

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

MAURÍCIO SCHAIDHAUER

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO NO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO
DO TURISMO RURAL**

Porto Alegre

2011

MAURÍCIO SCHAIDHAUER

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO NO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO
DO TURISMO RURAL**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre em
Desenvolvimento Rural.**

Orientador: Prof. Dr. Marcelino de Souza

Porto Alegre

2011

S296a Schaidhauer, Maurício
Assistência técnica e extensão no desenvolvimento e promoção do turismo rural / Maurício Schaidhauer. – Porto Alegre, 2011.
147 f. : il.

Orientador: Marcelino de Souza.
(Série PGDR – Dissertação, n.138).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

1. Turismo rural. 2. Assistência técnica. 3. Extensão rural. I. Souza, Marcelino de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 631.117

MAURÍCIO SCHAIDHAUER

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO NO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO
DO TURISMO RURAL**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre em
Desenvolvimento Rural.**

Aprovado em Porto Alegre, 20 de junho de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelino de Souza – UFRGS - Orientador

Prof. Dr. Glauco Schultz - UFRGS

Prof. Dr. José Geraldo Wiziniewsky - UFSM

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel- UFRGS

*Olhar para trás não é uma
forma nostálgica de querer voltar,
mas um modo de melhor
compreender o presente para
melhor construir o futuro.
Paulo Freire*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao PGDR, pela oportunidade concedida.

Aos colegas do PGDR que me acolheram muito bem.

À minha esposa, Letícia Ferrão Zanenga, pelo apoio, estímulo, carinho e paciência de entender meus longos períodos de ausência.

A minha família, principalmente meus pais, Wilson Buffi Schaidhauer e Elisabeth Schaidhauer que me estimularam e me apoiaram em todos os momentos.

A família da minha esposa, principalmente meus sogros Juares Zanenga e Serjane Ferrão Zanenga que acompanharam todo este processo e me apoiaram muito.

Aos amigos Elásio Soares de Faria e Marcio Juchem que me auxiliaram no desenvolvimento de meu estudo.

E ao Professor Marcelino de Souza, que acreditou no meu trabalho, teve a paciência necessária para compreender minhas limitações e que sempre esteve ao meu lado na construção deste estudo.

Meu muito obrigado.

RESUMO

Até meados dos anos 80, a atividade de turismo rural atraía pouca atenção nas abordagens específicas para auxiliar no processo de desenvolvimento rural. No entanto, com as alterações nas estruturas econômicas das zonas rurais, esta atividade começou a ser discutida, não apenas como uma forma de gerar emprego e renda, mas também como mais uma alternativa para minimizar o êxodo rural e sustentar as famílias no campo. Atualmente, existe um discurso oficial que o turismo rural se apresenta como uma atividade que pode exercer um papel muito importante na vida das pequenas comunidades, pois poderá incrementar a renda e valorizar a cultura da vida no campo e dos produtos agroindustriais oriundos da agricultura familiar. Dentro desta perspectiva, algumas entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER buscam apoiar esta iniciativa de turismo em algumas regiões. Porém, em análises a partir da participação de atividades de extensão rural, observou-se que as ações e informações sobre este tema precisa ser ampliada, tanto para as famílias rurais como para as próprias entidades que se propõem a prestar assistência técnica para o desenvolvimento do turismo rural. Diante desta expectativa, o objetivo deste estudo consiste em descrever o fornecimento de informação e da assistência técnica e extensão rural direcionada ao desenvolvimento e promoção do turismo rural. A pesquisa foi realizada nos municípios de Nova Esperança do Sul e Rolante no Estado do Rio Grande do Sul e Praia Grande em Santa Catarina, onde se identificaram iniciativas de turismo rural que foram apoiadas por entidades de assistência técnica. Metodologicamente parte-se da pesquisa bibliográfica, realizando-se posteriormente a coleta de dados a qual utilizaram roteiros de entrevistas aplicados a 19 famílias que foram atendidas pelas entidades de assistência técnica e extensão rural e 3 extensionistas responsáveis pelas atividades de turismo rural. Posteriormente, delineou-se uma análise de caráter analítico-descritivo com vistas a alcançar os objetivos propostos. Os resultados evidenciam que não existem diretrizes nem ferramentas de planejamento das entidades de ATER que orientem os técnicos extensionistas para desenvolverem o turismo rural. Comprovam-se que existem ações isoladas de apoio a atividade, mais por iniciativas dos extensionistas locais que buscam através de suas ações e recursos apoiar as famílias que buscam empreender na atividade turística. Também, verifica-se que o turismo rural é uma atividade desafiadora de ser desenvolvida e a entidade apoiadora desta iniciativa tem dificuldades em auxiliar as famílias que estão inseridas nas atividades trabalhando isoladamente. Constata-se que, para apoiar iniciativas de turismo rural, devem ser planejadas ações interdisciplinares, contando com o apoio de outras entidades e com ações sinérgicas entre as mesmas para desenvolver a atividade nas comunidades/regiões beneficiadas.

Palavras-chave: Turismo rural. Assistência técnica. Extensão rural.

ABSTRACT

Until the mid-80s, rural tourism was not very much mentioned in the specific material elaborated to help the development of the rural area. Nevertheless, with changes in the economical structure of the rural zones, this activity started being discussed not only as a way of generating jobs and income, but also as an alternative to minimize rural exodus and help maintaining families in the countryside. Nowadays, the official discourse says that rural tourism is a very important activity to the life of small communities because it can increase income and enhance the countryside lifestyle while promoting agro-industrial products from familiar agriculture. Within this perspective, some institutions that offer technical assistance and rural extension (known as ATER) try to encourage tourism in some regions of Brazil. However, researches on rural extension point out that the action and information about the topic need to reach both rural families and the institutions that give technical assistance for the development of rural tourism. Given this expectation, the aim of this work consists of the study of the information and technical assistance provided to the development and promotion of rural tourism. This study was done in the towns of Nova Esperança do Sul and Rolante, in the State of Rio Grande do Sul, and in Praia Grande, State of Santa Catarina, Brazil, where some initiatives on rural tourism supported technical assistance institutions were identified. The methodology used in this work consists of a consulted bibliography and a further data collected through interviews with 19 families that were supported by technical assistance institutions, as well as other interviews with three technicians of agricultural extension responsible for rural tourism activities in the places mentioned. Then, a descriptive analysis was done with the aim of reaching the proposed objectives. The results have shown that the ATER institutions do not use any guidelines or specific tools in their struggle to develop rural tourism. It was proved that there are isolated actions to support the activity, but this happens due to the initiative of local extension technicians who seek, through their own action and resources, to encourage families that want to do business with tourism. It was also verified that rural tourism is a challenging activity and that the institutions that support it have difficulties in helping families that are working in the field independently. It was acknowledged that, in order to support rural tourism programs, interdisciplinary actions must be planned. These should count on the support of other institutions and act in a synergetic way in order to develop tourism activities in the beneficiated communities/regions.

Key-words: Rural tourism. Technical assistance. Rural extension.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Exemplo de Matriz de Planejamento.....	30
Figura 2: Exemplo de matriz de assistência técnica.....	31
Figura 3: Inter-relações entre os diversos atores e setores dos destinos de Turismo Rural.	33
Figura 4: Distribuição dos estabelecimentos agropecuários com receita de turismo rural no Brasil, IBGE (2006).	44
Figura 5: Localização do Município de Nova Esperança do Sul/ RS.....	47
Figura 6: Localização do Município de Rolante/RS.....	50
Figura 7: Localização do Município de Praia Grande/SC	52
Figura 8: Idade, em anos, das pessoas entrevistadas em Nova Esperança do Sul	56
Figura 9: Período, em anos, que as famílias vivem nas propriedades em Nova Esperança do Sul.	56
Figura 10: Nível de escolaridade das pessoas entrevistadas em Nova Esperança do Sul	57
Figura 11: Atividades desenvolvidas pelas famílias entrevistadas de Nova Esperança do Sul.	58
Figura 12: Idade, em anos, das pessoas entrevistadas em Rolante.	60
Figura 13: Período, em anos, que as famílias vivem na propriedade no município de Rolante.	60
Figura 14: Nível de Escolaridade das pessoas entrevistadas no município de Rolante	61
Figura 15: Percentual de renda familiar que provém do turismo no município de Rolante.	62
Figura 16: Idade, em anos, das pessoas entrevistadas no município de Praia Grande.....	64
Figura 17: Período, em anos, que as famílias vivem na propriedade no município de Praia Grande.....	64
Figura 18: Nível de Escolaridade das pessoas entrevistadas no município de Praia Grande.	65
Figura 19: Percentual da renda familiar que provém do turismo no município de	

Praia Grande.	66
Figura 20: Radiais da Demanda Turística.....	68
Figura 21: Meses com maior fluxo de turistas no município de Nova Esperança do Sul.....	69
Figura 22: Meses com maior fluxo de turistas no município de Rolante	70
Figura 23: Meses com maior fluxo de turistas no município de Praia Grande. .	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários com receitas de turismo rural no Rio Grande do Sul	45
Tabela 2: Número de estabelecimentos agropecuários com receitas de turismo rural em Santa Catarina.....	46

LISTA DE SIGLAS

ACAR/MG - Assistência Rural de Minas Gerais.
ACEVAM - Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba
AIA - American International Association
AMCENTRO - Associação dos Municípios do Centro do Estado
AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMPARA - Associação dos Municípios do Vale do Paranhana
ANEP - Associação Nacional de Empresas de Pesquisa
APCE – Associação Praia Grandense de Condutores para o Ecoturismo
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CITURDES - Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável
DRP – Diagnóstico Rural Participativo
EMATER/RS - Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ESAV – Escola Superior de Agricultura de Viçosa
ETA - Técnico de Agricultura
EXPOINTER - Exposição Internacional de Animais do Rio Grande do Sul
F.A.T – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FACCAT - Faculdades Integradas de Taquara
FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MTUR - Ministério do Turismo
ONG - Organização Não Governamental
PD/A - Projetos Demonstrativos da Mata Atlântica
PMNT - Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNT – Plano Nacional de Turismo

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SICREDI - Sistema Crédito Cooperativo

TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar

UFES - Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
2.1	CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA.....	19
2.2	TURISMO E POLÍTICA PÚBLICA.....	21
2.3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO COM ÊNFASE NO TURISMO RURAL	22
2.4	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL.....	28
3	METODO EMPREGADO NA PESQUISA.....	35
3.1	ABORDAGEM E DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	35
3.2	PLANO DE AMOSTRAGEM DA PESQUISA.....	36
3.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS	38
3.4	APURAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	41
4	O DESENVOLVIMENTO E OS IMPACTOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TURISMO RURAL PARA AS FAMÍLIAS RURAIS.....	43
4.1	PANORAMA DO TURISMO RURAL NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA.....	43
4.1.2	<i>Caracterização dos locais de estudo</i>	<i>46</i>
4.1.3	<i>Perfil socioeconômico das famílias pesquisadas.....</i>	<i>55</i>
4.1.4	<i>O perfil do turista dos locais pesquisados.....</i>	<i>67</i>
4.1.5	<i>A assistência técnica e extensão rural junto às famílias.....</i>	<i>72</i>
4.1.6	<i>Avaliação do trabalho de assistência técnica e extensão rural pelas famílias</i>	<i>77</i>
4.1.7	<i>Os Benefícios e entraves no desenvolvimento da atividade</i>	<i>80</i>
4.2	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E A EXTENSÃO RURAL NO TURISMO RURAL: O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PELOS TÉCNICOS	86
4.2.1	<i>Perfil dos técnicos que atuam junto às famílias pesquisadas.....</i>	<i>86</i>
4.2.2	<i>O Planejamento para a assistência técnica e extensão rural no turismo rural</i>	<i>86</i>
4.2.3	<i>Formação de lideranças para a assistência e extensão rural.....</i>	<i>89</i>

4.2.4	<i>Realização de visitas técnicas e cursos de capacitação</i>	<i>91</i>
4.2.5	<i>Pesquisa de mercado para o desenvolvimento do turismo rural, pela assistência técnica e extensão rural</i>	<i>93</i>
4.2.6	<i>Métodos e estratégias de assistência técnica e extensão no turismo rural.....</i>	<i>94</i>
4.2.7	<i>Acesso ao crédito aos empreendedores de turismo rural, facilitados pela assistência técnica e extensão rural</i>	<i>96</i>
4.2.8	<i>Parcerias no desenvolvimento da atividade de assistência técnica extensão rural</i>	<i>97</i>
4.2.9	<i>Promoção e marketing na assistência técnica e extensão rural para o turismo rural.....</i>	<i>98</i>
4.2.10	<i>O processo de auto-avaliação das atividades realizadas pelos técnicos.....</i>	<i>101</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
5.1	SUGESTÃO PARA AS ENTIDADES DE ATER	107
	REFERÊNCIAS.....	110
	APÊNDICE A - ENTREVISTA COM O AGENTE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E/OU EXTENSIONISTA	114
	APÊNDICE B – A ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS RURAIS ENVOLVIDAS COM A ASSISTÊNCIA TÉCNICA	123
	APÊNDICE D – FOTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL – RS.....	142
	APÊNDICE E – FOTOS DO MUNICÍPIO DE ROLANTE – RS.....	144
	APÊNDICE F – FOTOS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - SC	146

1 INTRODUÇÃO

A Extensão rural teve origem nos Estados Unidos, nasceu como um instrumento de ensino e educação informais, fora dos moldes da Escola formal, precisamente

para que “os agricultores, donas de casa e jovens rurais tivessem oportunidade de aprender, sem prejudicar as lides rurais ou domésticas, cotidianas, ou, mesmo, abandoná-las” (OLINGER, 1996, p.12).

No Brasil, pode-se inferir que a extensão, de forma institucionalizada chegou por volta de 1930 com a Semana do Fazendeiro, instituída pela Escola Superior de Agricultura de Viçosa (ESAV), hoje Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. No entanto, foi em 1948 em Santa Rita de Passo Quatro, interior de São Paulo, que ocorreu a primeira experiência extensionista. “O serviço abrangia assuntos de agropecuária e economia doméstica e tinha por objetivo aumentar a produção, a produtividade e a renda das famílias rurais, garantindo-lhes um melhor nível de vida.” (OLINGER, 1996, p.47).

Em dezembro do mesmo ano (1948) foi firmado um convênio de extensão no Brasil, entre a American International Association (AIA) e o governo de Minas Gerais que deu origem à Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR/MG).

O Presidente Juscelino Kubitschek, baseado nos bons resultados obtidos pela ACAR-MG, assinou em 1954 um acordo com o governo norte-americano e criou o Escritório Técnico de Agricultura (ETA).

[...] visando uma cooperação técnico-financeira, para execução de projetos de desenvolvimento rural, entre os quais se destacava a coordenação nacional das ações de extensão rural. Diversos escritórios (ETAs) foram criados em cada Estado, nos anos seguintes, tendo em muitos casos sido os embriões de cada ACAR no respectivo estado. (PEIXOTO, 2008, p. 18).

Olinger (1996, p. 50) relata que [...] os escritórios eram instalados em acomodações modestas, com um agrônomo, uma moça treinada em economia doméstica (curso de 2º grau), e uma auxiliar de escritório e um veículo (jipe). Com essa equipe de campo faziam-se visitas às propriedades rurais para conhecer de

perto os problemas sentidos pelos agricultores e suas comunidades; organizavam-se reuniões para levantar os problemas e ajustar com os participantes as soluções viáveis; faziam-se demonstrações práticas e palestras visando aumentar a renda e mostrar às donas de casa como melhorar sua qualidade de vida; identificavam-se líderes para conseguir seu apoio e ajudavam-se os pequenos agricultores a obter financiamento bancário através de planos de empréstimos.

É com esse viés que a extensão aporta no Brasil, ou seja, sob a forte influência norte-americana, como um instrumento educativo de “superação do atraso” da agricultura no país.

A atividade extensionista consistia em angariar recursos para o agricultor por meio de crédito bancário e orientá-lo, segundo padrões técnico-científicos, na aplicação desses recursos em prol da produtividade agrícola (LOUSA DA FONSECA, 1985).

Esse processo de transferência de tecnologias foi, num primeiro momento, um grande atrativo para a agricultura familiar brasileira, tanto que houve uma intensa difusão de tecnologias agrícolas através da extensão pública rural. Essas tecnologias eram altamente intensivas de capitais e poupadoras de força de trabalho, e para a sua aquisição eram necessários recursos que estavam aquém das possibilidades de muitos desses agricultores, fazendo com que uma grande parcela do segmento da agricultura familiar ficasse à margem dos avanços tecnológicos e do mercado diante da capacidade produtiva dos grandes produtores.

Porém, a partir dos anos 80, começa a ser repensado um novo modelo para o desenvolvimento rural brasileiro, onde são colocados em discussão os fundamentos do processo de modernização agrícola, ou seja, nasce um movimento diverso àquele estabelecido pelo enfoque tradicional¹ que divulgava o espaço rural como exclusivamente agrícola.

Com a discussão das alterações das estruturas econômicas das zonas rurais, o serviço de extensão começou a repensar a sua atuação, iniciando timidamente atividades não relacionadas exclusivamente com a agricultura. Mesmo incipientes, as atividades não-agrícolas foram se inserindo nas ações dos extensionistas, muitas delas timidamente apoiadas pelo sistema de extensão rural.

¹Entende-se por tradicional aquele sistema estruturado com base na idéia de commodities, visando a produção padronizada e direcionada pelo mercado.

Uma das ações mais recentes que vem sendo desenvolvida pela extensão no Brasil é o “turismo rural”, que até os anos 80 atraía pouca atenção como uma atividade que poderia promover o desenvolvimento rural.

No entanto, nas últimas décadas, o número de empreendimentos de turismo rural no Brasil vem crescendo, motivado por alguns fatores como: a presença de agentes externos em comunidades rurais que veem o espaço rural como uma forma de oportunidade de negócio, as iniciativas por parte das famílias rurais em empreender uma atividade não-agrícola e o apoio de entidades de assistência técnica que buscam através dos técnicos ou projetos de políticas públicas democratizar esta atividade para as famílias que habitam o meio rural.

Desta forma, constatou-se nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul a existência de iniciativas locais de entidades de assistência técnica e extensão rural que estão presentes para auxiliar as famílias rurais no processo de inserção nesta atividade. Porém, em análises de campo, observou-se que as ações e informações sobre este tema precisam ser mais bem debatidas, tanto para as famílias rurais como para os próprios agentes das entidades que se propõem a prestar assistência técnica sobre o desenvolvimento da atividade de turismo rural.

As ações visando o fornecimento de informação para o desenvolvimento do turismo rural são especialmente importantes porque as pequenas comunidades rurais geralmente não possuem recursos suficientes para contratar expertise ou subsidiar profissionais. A assistência técnica e informação de origem externa para o desenvolvimento do turismo rural podem oferecer confiança e incentivo para as pessoas das localidades a fim de que desenvolvam e promovam o turismo por elas mesmas.

No decorrer da minha trajetória profissional observei que existem alguns “gargalos” na forma de se trabalhar o turismo rural como atividade, principalmente na extensão rural, onde constatei a quase inexistente presença de corpo técnico qualificado nas entidades para desenvolver tais ações e há uma carência de metodologias de trabalho de campo para o desenvolvimento das atividades que são propostas.

Em consequência, as famílias rurais acabam tendo algumas dificuldades de implementar a atividade de turismo rural, tais como: desenvolver um planejamento das atividades nas propriedades; formar o preço do serviço que esta

sendo oferecido; entender a legislação dos produtos e serviços do turismo rural; fazer investimentos, que as vezes acabam sendo desnecessários; além da falta de informação sobre como divulgar e comercializar o empreendimento.

Além disso, observou-se que trabalhar com o turismo rural no Brasil ainda é um desafio, pois a atividade apresenta alguns problemas por não ser ainda muito difundida no meio. Algumas destas dificuldades encontradas são:

- a) a falta de informação e de confiança dos agentes financeiros para apoiar o acesso ao crédito;
- b) um certo despreparo governamental no apoio às famílias e projetos de turismo rural, o que pode fazer com que muitas iniciativas não alcancem os resultados previstos.

Portanto, para entender este processo, o presente estudo tem por objetivo descrever a prestação de assistência técnica e a promoção da extensão rural direcionada ao desenvolvimento e promoção do turismo rural.

Pretende-se especificamente identificar as atividades de planejamento, as metodologias e estratégias utilizadas pelas entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), caracterizar as atividades de treinamento e formação de lideranças e de capacitação no desenvolvimento das ações de ATERs e verificar a existência de pesquisa de mercado, informação de acesso ao crédito, parcerias e atividade de promoção e marketing nas ações estudadas.

Além disso, para conhecer melhor as pessoas envolvidas neste processo, foram levantadas informações adicionais acerca do perfil socioeconômico das famílias e dos técnicos, as motivações das famílias para o ingresso na atividade turística, os benefícios e entraves para o desenvolvimento do turismo rural, o perfil da demanda turística e uma auto-avaliação do trabalho da assistência técnica.

A pesquisa foi desenvolvida nos municípios de Nova Esperança do Sul e Rolante no Estado do Rio Grande do Sul e Praia Grande em Santa Catarina, onde se constataram existência de iniciativas de turismo rural contando com o apoio de entidades de assistência técnica.

Com base na coleta de dados e nas observações realizadas, o presente estudo foi estruturado em quatro capítulos. O primeiro apresenta-se o problema estudado, o segundo é dedicado à revisão da literatura onde são realizados dois tipos de discussão. A primeira, que aborda os conceitos de política pública, o turismo e a política pública e as políticas públicas de turismo com ênfase no turismo rural.

Num segundo momento, fez-se uma análise conceitual da assistência técnica e extensão no desenvolvimento do turismo rural tendo como base conceitual os estudos realizados pelos pesquisadores Patrick Long e Jonelle Nuckolls.

O terceiro capítulo refere-se aos procedimentos metodológicos, onde são abordados, como foi desenvolvida a presente pesquisa, o delineamento e abordagem utilizada, o plano de amostragem desenvolvido, os procedimentos utilizados na coleta e análise de dados bem como a apuração e análise das informações obtidas.

No quarto capítulo são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. Este capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira, se apresenta o panorama do turismo rural nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a caracterização dos municípios pesquisados e o perfil sócio econômico das famílias entrevistadas, além de ser apresentado o perfil do turista de cada local investigado. Também são apresentadas as informações coletadas junto às famílias sobre o papel da assistência técnica e extensão rural, bem como os benefícios e entraves que a atividade turística trouxe para as mesmas.

Na segunda parte, apresenta-se uma análise das informações coletadas dos técnicos extensionistas e as estratégias que os mesmos utilizaram para planejar e executarem as atividades de assistência técnica e extensão, bem como o processo de auto-avaliação das atividades realizadas pelos mesmos.

Por fim, retomam-se as questões mais relevantes do trabalho nas considerações finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo tem como foco principal apresentar as discussões dos conceitos de política públicas tanto para o turismo como para o turismo rural. Além disso, aborda-se a assistência técnica e extensão no desenvolvimento do turismo rural.

2.1 CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA

Existe uma falta de consenso na definição de políticas públicas, mas identificam-se elementos comuns nas definições encontradas na literatura pertinente, quais sejam: A política é feita em nome do “público”; A política é geralmente feita ou iniciada pelo governo; A política é interpretada e implementada pelos atores públicos e privados; A política é o que o governo tenta fazer; Política é o que o governo escolhe não fazer. Todavia, a noção de política pública mais adequada parece incluir todas as ações governamentais e não somente o que os governos prometem ou afirmam fazer.

Ao se falar em políticas públicas, entende-se por ações e/ou recursos advindos do Estado voltados para um público que possam ser aplicadas de diferentes maneiras. Ela compreende tudo o que o Estado faz, podendo oportunizar a melhoria da qualidade de vida da população redistribuindo renda, ou privilegiar setores dominantes da sociedade aumentando ainda mais a concentração da renda e da desigualdade social.

Para George, Mair e Reid (2009):

A política pública é muito mais do que os governantes fazem. Uma política é um plano de ação para guiar ou influenciar decisões, ações e outros assuntos. As políticas são desenvolvidas como ferramentas para administradores a fim de alcançar claramente objetivos políticos, gerenciais, financeiros e administrativos identificados. O termo pode ser aplicado a indivíduos, grupos, organizações do setor público e privado. O processo político inclui a identificação de alternativas e as escolhas daquelas que terão impactos mais positivos. (GEORGE; MAIR; REID, 2009, p.199)

Já Boneti (2006) descreve as políticas públicas como sendo:

O resultado da dinâmica de poderes entre grupos econômicos, políticos, classes sociais e outras organizações da sociedade civil. Essas relações determinam o direcionamento das ações do Estado na realidade social. O que significa dizer que numa política pública, da elaboração a sua operacionalização, envolve uma rede de micro poderes contribuindo com o fortalecimento e interesses específicos de cada instância do poder. (BONETI, 2006, p.14).

Silva e Souza Lima (2010, p.5) relatam que as políticas públicas no Brasil têm o caráter eminentemente político “[...] devido a determinados grupos sociais que, para verem executadas ações públicas de seus interesses, exercerem influências sobre os tomadores de decisões governamentais”.

Para os autores já mencionados anteriormente, as políticas públicas brasileiras são:

[...] produtos de um intrincado processo de pressões políticas exercidas por grupos da sociedade civil, bem organizados e influentes politicamente, e das predisposições políticas do governo em se sensibilizar acerca dessas pressões. Esses grupos são detentores de agendas bem desenvolvidas e de redes de comunicação estabelecidas que permitem influenciar os tomadores de decisões dos poderes executivos a alocarem recursos e executarem políticas públicas de governo nos três níveis de poder: o federal, o estadual e o municipal (SILVA; SOUZA LIMA, 2010, p.5).

Silva e Souza Lima (2010) afirmam com alguma margem de segurança que o Brasil não apresenta ainda uma tradição democrática no estabelecimento de políticas públicas de governo.

Constata-se, então, após uma análise das políticas públicas brasileiras atuais e anteriores, que essas apresentam características precárias no que se refere à sustentabilidade, a médio e longo prazos, em função da ausência de participação da maioria da sociedade civil na elaboração de políticas de desenvolvimento econômico, social, ambiental, etc. (SILVA; SOUZA LIMA, 2010, p. 06).

Para os autores citados (2010, p.6), a ausência de processos consistentes em termos democráticos, nos contextos de elaboração dessas políticas, faz prevalecer às incapacidades de satisfação da maioria da população, gerando tensões sociais que revelam profundas necessidades de mudanças.

Outro aspecto importante mencionado por Souza (2006) é que somente nas últimas décadas se registrou o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como as instituições, regras e modelos que regem a sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

Porém, repara-se que no Brasil as pessoas transferem para os governos a responsabilidade de determinar as ações das políticas públicas. Esta “cultura” impregnada faz com que não sejam criadas ferramentas efetivas entre os governos e outros representantes da sociedade, tornando o voto uma das únicas formas de expor os direitos civis e de participação dos cidadãos.

2.2 TURISMO E POLÍTICA PÚBLICA

Nota-se que a atividade turística vem ampliando seu espaço dentro das políticas públicas no Brasil, visto que, nos últimos anos é crescente o interesse das economias locais em desenvolver esta atividade.

No Brasil, as políticas de turismo são ainda um campo que vêm ocupando espaço paulatinamente no âmbito do planejamento e gestão pública, diferentemente de outras políticas como as direcionadas à saúde e à educação, que já têm agendas e projetos definidos (MAIA, 2004, p.17).

Para Gastal e Moesch (2007), a política pública deve ter como objetivo democratizar o bem público turismo, possibilitando que o lazer e a hospitalidade sejam acessíveis a todos os visitantes e cidadãos, não apenas como uma potencialidade, mas como realidade, e que a sociedade organizada incida nessas definições. As autoras apresentam algumas sugestões que seriam importantes para a democratização das políticas públicas voltadas para o turismo.

[...] ter normatizações jurídicas; realizar intervenções diretas na forma de linhas de financiamento, implantação de infra-estrutura, gerenciamento de informações, treinamento e qualificação de recursos humanos e consolidar diretrizes políticas que não incentivem apenas o turismo nos seus desdobramentos econômicos, mas também nas suas implicações socioculturais centradas na pessoa, ou seja, no turista (GASTAL; MOESCH, 2007, p.42).

Nota-se que, para o desenvolvimento de uma política pública voltada para o turismo, a participação do Estado é considerada primordial, pois serão necessárias ações governamentais para direcionar a atividade turística e medir os resultados desejados pela sociedade.

Para George, Mair e Reid (2009, p.200) existem três principais objetivos de políticas de turismo (particularmente no nível local e regional), que são: a diversificação econômica; a renovação econômica e no enfoque da repartição social.

Assim, Cruz (2002) define política pública de turismo como, um conjunto de diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações definidas, no âmbito do poder público, com o objetivo de alcançar e/ou dar continuidade ao desenvolvimento da atividade turística em um território. Especificamente em relação ao turismo, as políticas públicas servem para o desenvolvimento harmônico da atividade.

Desta forma, percebe-se que uma política pública voltada para o turismo deve criar estratégias junto aos atores locais articulando ações para fortalecer o local, abrindo espaços para que sejam criados novos moldes de gestão e aprofundar a participação democrática da atividade turística, fazendo com que as comunidades se desenvolvam em nível local e regional.

2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO COM ÊNFASE NO TURISMO RURAL

A partir da década de 1990, a temática do turismo rural tornou-se foco de uma série de discussões no cenário acadêmico e político brasileiro, o que têm contribuído para a sua valorização e expansão. Desde então, percebe-se uma crescente influência do Estado, com a criação de políticas públicas específicas, no sentido de viabilizar novas estratégias de fortalecimento e fomento dessa atividade em prol do desenvolvimento local e regional.

Para tanto, faz-se necessário inicialmente, apresentarmos um breve panorama histórico das principais intervenções governamentais voltadas para o turismo no cenário brasileiro.

Segundo Hens (2009), o marco inicial das políticas públicas de turismo no Brasil aconteceu no ano de 1966, com a criação do Conselho Nacional do Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), por meio do Decreto nº 55, de 18 e novembro de 1966. Na década de 1970, a partir da promulgação do decreto-lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, é criado o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), com o propósito de conseguir incentivos fiscais para o desenvolvimento da atividade turística.

Na década de 1980, fortemente marcada pela abertura do regime político e por um exorbitante quadro inflacionário decorrente da profunda crise econômica pela qual o Brasil passava, a atividade turística não apresentou grandes avanços, sobretudo, em termos de incentivos por parte da iniciativa privada e setores públicos.

No ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o turismo é brevemente citado no artigo 180, o qual estabelece que “[...] a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1988). Tal aspecto só vem a reforçar a idéia que o turismo continuava em segundo plano no quadro de estratégias e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do país.

Entretanto, na década de 1990, diferentemente das décadas anteriores, as várias transformações ocorridas na esfera política, social e econômica brasileira acabaram contribuindo para a valorização da atividade turística. Novas iniciativas de caráter governamental começam a surgir, gerando debates entre governos, iniciativas privadas, instituições de ensino e a sociedade civil (HENS, 2009), suscitando ‘novos olhares’ acerca do turismo e de suas potencialidades enquanto estratégia de desenvolvimento local e regional.

Um dos principais programas implementados nesse período, o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PMNT), criado no ano de 1994 com vistas à gestão participativa, tinha como finalidade estimular o desenvolvimento da atividade turística a partir da descentralização das políticas públicas de turismo, “delegando aos municípios a responsabilidade de desenvolvimento das suas localidades turísticas, enquanto que o governo federal passou a representar um

organizador e orientador de tomada de decisões” (HENS, 2009, p. 59).

No ano de 1996, é apresentado o Plano Nacional de Turismo (PNT) 1996-1999, que em sua proposta apresentava um conjunto de quatro macro-estratégias para sua execução:

[...] o ordenamento, o desenvolvimento e a promoção da atividade turística pela articulação entre o governo e a iniciativa privada; a implantação de infra-estrutura básica e de infra-estrutura turística adequada às potencialidades regionais; a qualificação profissional dos recursos humanos envolvidos no setor; a descentralização da gestão turística por meio do fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais e da terceirização de atividades para o setor privado. (OLIVEIRA, 2008, p.184).

Paralelamente ao processo de desenvolvimento dessas políticas públicas para o turismo, cria-se no ano de 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), estabelecido pelo Decreto nº. 1946, de 28.06.96, com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável, estimulando e fortalecendo a agricultura familiar (SANTOS; PIRES, 2010).

A linha de crédito específica para o turismo rural foi criada em 1999, ano em que as atividades não-agrícolas começaram a ter espaço nesse Programa. Por conseguinte, Pedro e Klein, (2004), relatam que:

O turismo rural na agricultura familiar passou então a ser compreendido como sendo uma atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que realizam as atividades econômicas peculiares da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar o seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, oferecendo produtos e serviços de qualidade, bem como proporcionando bem-estar aos envolvidos (PEDRON; KLEIN, 2004. p.96).

Dando continuidade a esse processo, no ano de 1998 é realizado I Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável (CITURDES), na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Na ocasião, foi elaborada a Carta de Santa Maria, a qual propõe:

- a) que as instituições governamentais estabeleçam em parceria com a iniciativa privada, políticas e diretrizes voltadas para o segmento do turismo no espaço rural; a criação de associações locais e regionais integradas a uma instituição de representatividade de âmbito nacional;
- b) a revisão da legislação existente que interfere direta ou indiretamente no segmento e a sua conseqüente normatização;
- c) o estímulo à capacitação de profissionais por meio de entidades

públicas e privadas;

d) o estímulo à pesquisa de turismo no espaço rural de maneira que os registros sigam uma terminologia unificada e venha facilitar a interpretação e análise dos dados. (UNIVERSIDADE...,1998, p.1).

Esse documento, sem dúvida representou um marco para o turismo rural no Brasil, possibilitando o seu reconhecimento diante dos poderes públicos e privados. Segundo Santos e Pires (2010):

A Carta de Santa Maria foi o ponto de partida para a mobilização institucional, via Ministério do Esporte e Turismo, que, no período de 1999 a 2003 e em parceria com técnicos, agentes e atores da atividade turística no meio rural, passa a trabalhar em função do desenvolvimento do turismo rural no Brasil (SANTOS; PIRES 2010, p.64).

Posteriormente, no ano de 2003, é criado o Ministério do Turismo, e juntamente com ele, é lançado o Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas (PNT 2003-2007), estruturado em 7 macro-programas, os quais visam, dentre outros objetivos, promover o turismo em nível nacional, estadual e local, contribuindo para o desenvolvimento do produto turístico com qualidade, a partir da valorização das diversidades regionais, culturais e naturais (BRASIL, 2003).

No conjunto desses macro-programas destaca-se o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em 2004, que se constituiu em um aspecto extremamente importante na formatação e no ordenamento do turismo rural. Nesse programa, a visão de desenvolvimento está focada na gestão compartilhada, com planejamento nacional, considerando, no entanto, as especificidades regionais e locais.

Por conseguinte, “[...] o turismo rural, enquanto atividade é visto como fornecedor de produtos não industrializados, vindos da agricultura familiar para redes de hotéis e restaurantes” (SANTOS e PIRES, 2010, p.64).

Ainda, segundo Hens (2009), o processo de regionalização da atividade turística proposto por esse programa é um elemento importante para o fortalecimento das regiões e para a criação de pólos turísticos. Entretanto, para que isso aconteça de fato, é fundamental que se constitua um novo modelo de comunicação entre as diferentes esferas de poder (municipal, estadual e federal), passando-se a atuar de forma integrada e em sintonia, compondo assim uma base

sólida para a consolidação do turismo como atividade econômica relevante.

Nesse mesmo contexto, no ano de 2003 é apresentado outro importante documento, o qual tem como finalidade fortalecer a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, fomentar o turismo nas áreas rurais, buscando a partir disso, promover o desenvolvimento sustentável. Trata-se do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e que, dentre seus princípios norteadores², destaca:

- I. A prática do Associativismo;
- II. A valorização e resgate do patrimônio cultural (saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e suas organizações;
- III. A inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais;
- IV. A gestão social da atividade, priorizando a interação dos agricultores familiares e suas organizações;
- V. O estabelecimento das parcerias institucionais;
- VI. A manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do Turismo Rural na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura familiar;
- VII. O comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos;
- VIII. A compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território nacional, respeitando os valores e especificidades regionais;
- IX. A descentralização do planejamento e gestão deste Programa (BRASIL, 2003).

Para possibilitar a articulação e o intercâmbio de informações através do debate de questões relevantes para o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar foi criada a Rede Rural na Agricultura Familiar (TRAF) (BRASIL, 2003).

A partir disso, conforme enfatizam Santos e Pires (2010) estabeleceram-se um conjunto de diretrizes e estratégias, abordando a formação e capacitação continuada dos agricultores, crédito para infra-estrutura básica e turística, consolidação de leis, criação de ambiente favorável para inserção dos produtos, a fim de priorizar a articulação, a participação e a solidariedade.

Essa necessidade de fortalecer o turismo rural e ordenar a estrutura das propriedades rurais que passaram a incorporar a atividade turística como parte de sua rotina resultou também no lançamento de mais um documento oficial, as

² O documento PNTRAF está vinculado ao MDA e encontra-se inacabado. Disponível em: <<http://www.portal.mda.gov.br/o/875076>>. Acesso em 18 nov. 2010.

Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil 2003 – 2007, elaborado em 2003 pelo Ministério do Turismo (MTUR), propondo diretrizes e estratégias com o intuito de promover ações regulamentadoras e articuladas que possibilitassem a ordenação e promoção da atividade do turismo rural. Para tal, são apresentadas 7 diretrizes, detalhadas em estratégias específicas: 1) ordenamento; 2) Informação e comunicação; 3) articulação; 4) Incentivo; 5) capacitação; 6) envolvimento das comunidades; 7) infra-estrutura (BRASIL, 2003).

Conforme o documento, esse conjunto de diretrizes foi proposto levando-se em conta a singularidade e a diversidades das características turísticas existentes no Brasil, buscando a partir disso valorizar cada região e fomentar o seu desenvolvimento como um todo.

Posteriormente, no ano de 2007, em decorrência dos resultados obtidos com o PNT 2003-2007, propôs-se um segundo documento referencial, “Turismo no Brasil 2007-2010”, com o intuito de avançar na construção e efetivação de políticas que conduzissem o Brasil ao posto de um dos principais destinos do mundo.

Segundo Santos e Pires (2010):

Esse documento não aborda especificamente o segmento turismo rural, assim como nenhum outro segmento. No entanto, no eixo temático que trata da estruturação e diversificação da oferta, o turismo rural aparece como sugestão de segmentação (SANTOS; PIRES, 2010, p.110).

Essas inúmeras iniciativas governamentais apresentadas consolidam o turismo rural como vetor de desenvolvimento sustentável e revelam a sua importância dentro do cenário político, social e econômico brasileiro. Entretanto, apesar de todos esses esforços, ainda há muito que fazer para que o turismo rural no Brasil seja promovido em termos de políticas públicas e efetivamente se torne uma atividade capaz de promover o desenvolvimento sustentável em todo o território nacional.

Para Santos e Pires (2010), devido à diversidade existente em cada região e às peculiaridades de cada Estado, no que concerne à organização territorial

e institucional, as ações governamentais, as articulações e parcerias acabam condicionando a sociedade e fazendo com que o turismo não se desenvolva de forma homogênea em todo o território nacional. Desse modo, as políticas nacionais em torno do turismo rural devem, à priori, estar incorporadas a políticas regionais e estaduais, para que as eventuais divergências possam ser superadas no processo de desenvolvimento da atividade. Nesse contexto, ressaltam-se as palavras de Hens (2009), para quem:

A política pública para o turismo é a melhor alternativa para planejar a atividade turística de forma coerente com respeito ao desenvolvimento das comunidades locais em relação ao crescimento econômico de todos os agentes envolvidos, todavia, devem estar coordenadas com as demais políticas setoriais (HENS, 2009, p.49).

Ou, conforme expressa Goeldner, Ritchie e Mc Intosh (2002), a política de turismo é um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, estratégias e objetivos de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura, na qual são adotadas as decisões individuais e coletivas que afetam diretamente o desenvolvimento do turismo e as atividades diárias em um destino turístico. A política de turismo, neste sentido, necessita ser compreendida no contexto mais amplo de uma política de desenvolvimento e não apenas direcionada para o desenvolvimento do setor.

Foi possível observar, ao longo desse texto, que as políticas públicas de turismo, em especial aquelas voltadas especificamente para o turismo rural, são muito recentes no Brasil e, embora tenham representado um avanço em termos de reconhecimento e valorização da atividade por parte das esferas públicas e privadas, ainda apresentam muitas lacunas e desafios a serem superados.

2.4 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL

Alguns autores da literatura norte-americana argumentam que para desenvolvimento bem sucedido do turismo rural, são necessários três elementos principais: (1) Liderança, (2) um processo de planejamento, e (3) assistência técnica

(LONG; NUCKOLLS,1993).

Segundo os autores Long e Nuckolls (1994):

O desenvolvimento do turismo sustentável só será possível se a comunidade rural tiver uma liderança, esta for eficaz no desenvolvimento do planejamento e poder acessar a assistência técnica para complementar as competências locais a fim de eliminar as informações e lacunas de recursos (LONG; NUCKOLLS,1994, p.19).

Os autores enfatizam alguns fatores-chave para organizarem recursos para o planejamento do turismo rural:

- a) a liderança de indivíduos ou grupos, levando a uma representação equilibrada da comunidade;
- b) a educação de moradores e outros interessados;
- c) a adoção de estratégias de planejamento que se adaptem à situação local;
- d) o acesso às informações e conhecimentos técnicos específicos.

O'Brien e Hassinger (1992, p.523) apontam que os "[...] tipos de liderança diferem de uma comunidade rural para outra e que esforços de líderes locais podem fazer uma diferença na resposta das comunidades locais em responder a problemas".

A bem sucedida promoção e desenvolvimento do turismo requer de lideranças. Os resultados de suas pesquisas mostram que o desenvolvimento do turismo na comunidade depende de "pessoas que compreendem a importância do turismo, financiam e o promovem, e seu entusiasmo é crucial para o sucesso da atividade na comunidade".

Relatos de entrevistados apresentados por estes autores de uma das comunidades menos bem-sucedidas no desenvolvimento do turismo rural lamentam a falta de "liderança de cabeça aberta" que apoiaria, financiaria, e promoveria o turismo. Além disso, a participação e a cooperação de vários líderes é especialmente importante nas áreas rurais por que a elas frequentemente faltam recursos e financiamentos. Entre os líderes locais mencionados como necessários para desenvolver e promover o turismo estavam pessoas do governo local, grupos

da comunidade, a comunidade de negócios, organizações não-lucrativas tais como as casas de comércio e “conventions e visitors bureaus”.

Entretanto, a solução para a maioria dos agentes de extensão é obter o maior apoio de pessoas da localidade que tenham as qualidades de direção e influência na comunidade.

Já dentro do processo de planejamento, Oakley e Garforth (1992), relatam que:

Nenhuma atividade de extensão deve ser planejada isoladamente; cada demonstração, sessão pública ou exibição de filme faz parte de um programa global de extensão, através do qual o agente de extensão e os agricultores trabalham para o desenvolvimento de sua zona (OAKLEY; GARFORTH, 1992, p.133).

A figura 1, obtida de Long e Nuckolls (1993) ilustra um modelo simples para o planejamento do turismo. Nota-se na figura que o ponto de partida está implícito na comunidade dependendo do seu estágio de desenvolvimento. O mais provável é desenvolver simultaneamente uma ou mais atividades de planejamento nas comunidades envolvidas.

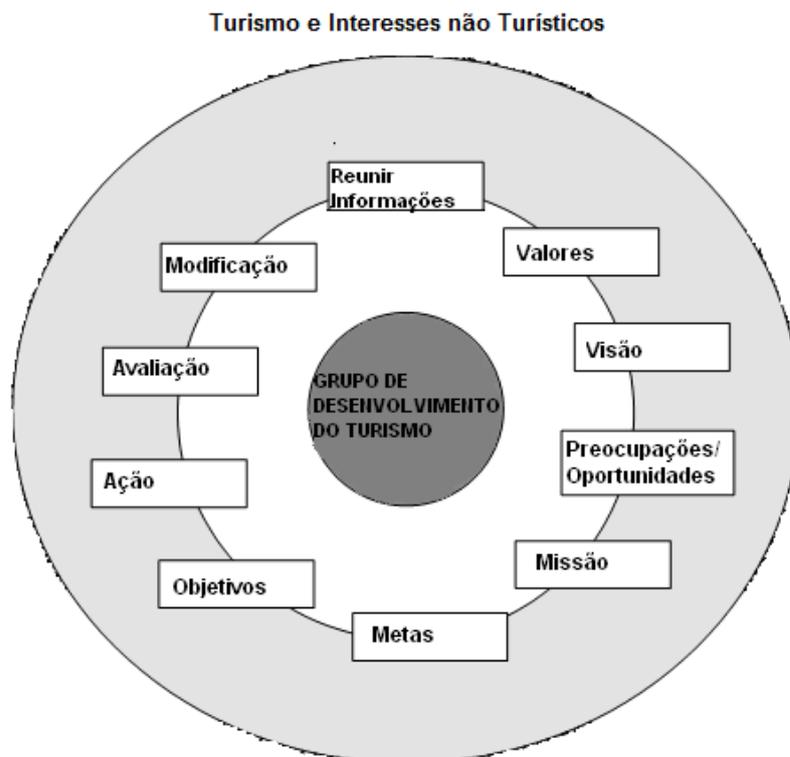


Figura 1: Exemplo de Matriz de Planejamento
Fonte: Elaboração própria (2010).
Nota: Adaptação de Long e Nuckolls (1993).

Além disso, uma série de atividades como o desenvolvimento da visão, missão e dos valores identificará as principais oportunidades e preocupações das comunidades e servirá como base para o desenvolvimento de atividades no futuro.

Já a assistência técnica em turismo rural é considerada por Long e Nuckolls (1994, p.29) “[...] o ingrediente final necessário para organizar efetivamente o desenvolvimento do turismo”. Os autores definem assistência técnica para o turismo como sendo “[...] os recursos, expertise e/ou informações fornecidas às comunidades, tanto por entidades públicas como privadas para assisti-las, em seu desenvolvimento”.

Long e Nuckolls (1993) apresentam uma matriz para a assistência técnica no turismo rural, assinalando as devidas ações deste serviço e os prestadores de assistência técnica correspondentes, conforme a figura 2.

PRESTADORES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (exemplos gerais)	OFERECENDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO TURISMO					
	Formação de Liderança	Pesquisa de Mercado	Planejamento	Parcerias	Garantindo o Financiamento	outros
Agências Governamentais ou Conselhos Locais / Regionais		X	X	X		
Agências e Escritórios de Turismo Regional, Estadual e Federal.	X		X	X		
Representantes do Setor Privado da Indústria do Turismo	X		X			
Centros de Turismo na Universidade / Programas Acadêmicos	X	X	X		X	
Consultores Privados do Setor de Turismo	X		X	X	X	
Programas de Extensão	X		X			
Agências Estaduais e Federais de Artes e História Local			X	X	X	
Agências Estaduais e Federais de Recursos Naturais e Vida Selvagem			X	X	X	

Figura 2: Exemplo de matriz de assistência técnica

Fonte: Elaboração própria (2010)

Nota: Adaptação de Long e Nuckolls (1993).

Long e Nuckolls (1993) relatam que, cada grupo requer um grau de assistência técnica para o desenvolvimento do turismo. Esta assistência, usualmente

ocorre sob a forma de especialistas e/ou recursos (humanos, físicos e financeiros) e pode ser encontrada tanto internamente, bem como externamente à comunidade.

A assistência interna à comunidade pode se originar de uma entidade do governo local, uma empresa privada ou de uma organização que tem como único objetivo prestar assistência para o desenvolvimento da comunidade.

No caso dos agentes externos à comunidade, a assistência pode ser encontrada a partir de uma variedade de agências estaduais e federais, universidades, consultores privados e organizações sem fins lucrativos.

A disponibilidade, a aplicabilidade e a utilidade desta assistência deve ser claramente definida e promovida para que os potenciais utilizadores possam avaliá-la e incorporá-la em seus planos.

Com a integração destes 3 ingredientes fundamentais (liderança, processo de planejamento e assistência técnica), o turismo rural poderá se desenvolver de forma ordenada, seguindo certas diretrizes e estratégias de um planejamento integrado, podendo se constituir numa alternativa para a sustentabilidade e a sobrevivência da agricultura familiar e de comunidades rurais.

Porém, Long e Nuckolls (1994, p.33) fazem uma importante observação sobre o trabalho sinérgico entre as entidades para obter resultados favoráveis com o desenvolvimento do turismo. Segundo estes autores, “[...] para obter o sucesso de um empreendimento rural no desenvolvimento do turismo sustentável, este dependerá da relação sinérgica de lideranças locais, planejamento e assistência técnica”.

Quando pensamos em termos de políticas públicas brasileiras, o turismo rural no Brasil vem obtendo avanços no sentido de uma maior compreensão acerca do papel dos agentes de desenvolvimento nas ações de turismo. Neste sentido, foi lançada uma publicação pelo Ministério do Turismo, no ano de 2010, a “Cartilha de Turismo Rural: orientações básicas” onde consta a importância da inter-relação entre os diversos atores e setores da sociedade para o desenvolvimento do turismo rural (BRASIL, 2010 p.42), conforme apresentado na figura 3.

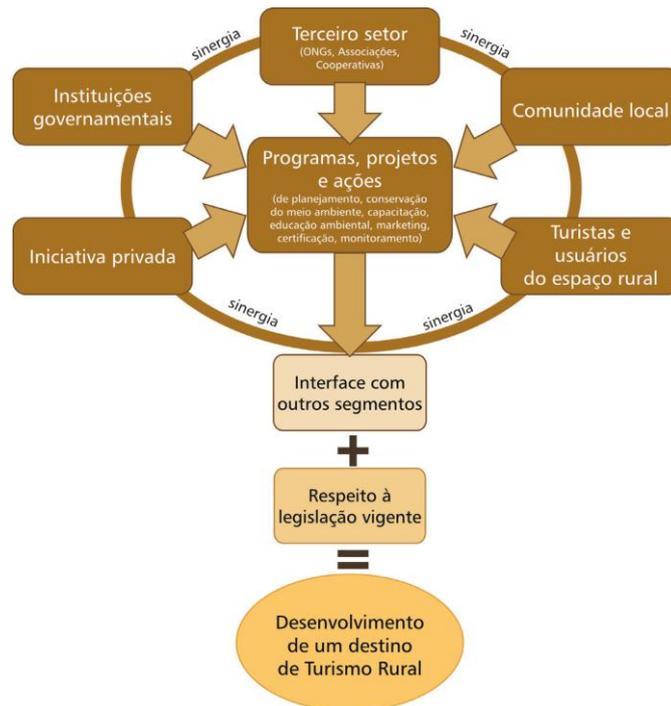


Figura 3: Inter-relações entre os diversos atores e setores dos destinos de Turismo Rural. Fonte: BRASIL (2010).

Além disso, existem iniciativas de grupos que estão se articulando para contribuir com desenvolvimento do Turismo Rural, entre eles: a Rede TRAF que visa o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar no País; a Rede Nacional de Turismo Rural, que busca aproximar os diversos componentes do Turismo Rural que tem como objetivo a troca de informações e experiências e o fortalecimento das relações entre os diversos participantes do segmento de Turismo Rural especificamente no Rio Grande do Sul; e o Grupo Gestor do turismo rural, que conta com a presença de 15 instituições públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul e que visa ações e programas direcionados ao processo de ordenamento e fortalecimento do turismo rural do Rio Grande do Sul.

Pode-se constatar, a partir dos elementos apresentados, a inexistência de um plano para o desenvolvimento do turismo rural no país. O que se tem, no entanto, são articulações entre entidades, empreendimentos e gestores públicos interessados no desenvolvimento do setor que buscam discutir a atividade e conhecer algumas realidades que vêm sendo desenvolvidas na área. Este fato é constatado pela publicação das autoras Rameh e Santos (2011), abordando a questão da extensão rural e o turismo rural na agricultura familiar no Estado do Pernambuco. Segundo as autoras (2011, p.62) “[...] o turismo rural ainda não é

prioridade entre as ações do IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco, apesar do seu potencial de gerar divisas e estimular outras atividades agrícolas e não agrícolas”.

Rameh e Santos (2011) destacam que:

Devido à sobrecarga de trabalho e à falta de treinamento em turismo, os agentes de ATER (que possuem em sua quase totalidade formação na área das ciências agrárias) não se sentem aptos para apoiar os beneficiários da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em Pernambuco no desenvolvimento do turismo na agricultura familiar. Outras dificuldades que os extensionistas encontram para o desenvolvimento do trabalho no turismo rural são: a insuficiência de recursos; a carência de apoio institucional; a falta de capacitação para os extensionistas e agricultores; a incompreensão dos agricultores sobre a importância do turismo; o descrédito dos agricultores na atividade; a ausência de turismólogos trabalhando no serviço de ATER; o desconhecimento de um norte concreto para suas ações; a insensibilidade dos gestores municipais ao turismo; e o desconhecimento pelos agricultores dos potenciais turísticos do seu município (RAMEH; SANTOS, 2011, p.62).

Devido a estas análises, constata-se que este tema ainda tem muito há ser debatido dentro das esferas das políticas públicas e entidades de assistência técnica para que o tema seja aprimorado.

3 METODO EMPREGADO NA PESQUISA

Para atingir os objetivos propostos e visando responder às perguntas do referente estudo, os esclarecimentos apresentados neste capítulo tratam da abordagem e dos métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, o tipo de amostragem e os instrumentos utilizados para a coleta de dados, bem como a apuração e a análise das informações dos dados coletados.

3.1 ABORDAGEM E DELINEAMENTO DA PESQUISA

Considerando-se que o objetivo geral da presente pesquisa é estudar as ações das entidades de assistência técnica direcionadas ao desenvolvimento e promoção do turismo rural, buscou-se inicialmente um referencial bibliográfico que permitisse abordar de forma aprofundada o tema proposto.

Com o delineamento da análise, procurou-se entender o embate entre a teoria e os fatos. Para Gil (2009, p.49), “[...] o delineamento ocupa-se precisamente do contraste entre a teoria e os fatos e sua forma é a de uma estratégia ou plano geral que determine as operações necessárias de fazê-lo”.

Dada a opção teórica feita anteriormente, considerou-se aprofundar neste estudo o caráter qualitativo e descritivo. Na abordagem qualitativa algumas particularidades são apontadas por Ludke e André em Elesbão (2002):

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. [...] Os dados coletados são primordialmente descritos. [...] A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. [...]. O “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são foco da atenção especial pelo pesquisador. [...] A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. [...] no início há questões ou focos de interesse muito amplos, que no final se tornam mais diretos (LÜDKE; ANDRÉ, 1986³, apud ELESBÃO, 2002, p. 71).

³ LÜDKE, M; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Já o estudo descritivo, conforme Almeida (1989, p.71) permite que se “[...] descreva claramente as características de uma situação ou de um grupo de indivíduos”. Desta forma, o trabalho confrontou as etapas das ações realizadas pelos extensionistas pesquisados com aquelas encontradas nas bibliografias consultadas. Para tal também se optou por desenvolver um estudo de campo que para Gil (2009).

[...] procura muito mais o aprofundamento das questões propostas. O planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa (GIL, 2009, p.57)

Em resumo, a pesquisa descritiva tem como foco a descoberta e a observação de fenômenos procurando descrevê-los, classificá-los e observá-los

3.2 PLANO DE AMOSTRAGEM DA PESQUISA

A amostra da pesquisa é definida por Gil (2009, p.90) como “[...] um subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características deste universo ou população”.

Para a realização da pesquisa proposta, utilizou-se uma amostra intencional não-probabilística que, segundo Almeida (1989), “[...] consiste em selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas”.

[...] o critério da escolha, neste tipo de amostra, é a razão e não o aleatório, mas a razão é fundada nos critérios pré-estabelecidos. Daí o problema de representatividade é discutível, mas não se exclui totalmente, dependendo de cuidados na escolha dos elementos (ALMEIDA, 1989, p.87).

Desta maneira, para o desenvolvimento do presente estudo, optou-se pelo universo desta amostra constituído pelas ações de extensão para o turismo rural em três municípios: Nova Esperança do Sul e Rolante no Estado do Rio Grande do Sul e Praia Grande no Estado de Santa Catarina.

Tais escolhas não foram aleatórias, mas sim guiadas por quatro critérios apresentados abaixo:

a) a existência de publicação dos estudos realizados pela Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)-RS, que deu um suporte para a escolha dos municípios e experiências que seriam investigadas;

b) o conhecimento de iniciativas em turismo rural de pequenas Organizações Não Governamentais (ONG`s), no Estado de Santa Catarina dando assistência para os agricultores familiares através de recursos de políticas públicas;

c) o fato de estarem em regiões geograficamente diferentes, onde os mercados consumidores são distintos.

No Rio Grande do Sul, os trabalhos publicados que auxiliaram nos estudos foram às publicações da EMATER/ RS, através da publicação da Série Realidade Rural, Volume 38 Turismo Rural e da Série Realidade Rural volume 48, Processos de Desenvolvimento do Turismo em Nova Esperança do Sul/ RS e Microrregião. Esses documentos foram determinantes na escolha das experiências a serem estudadas.

No Estado de Santa Catarina não foram encontradas publicações no foco de assistência técnica em turismo rural da entidade EPAGRI/ SC. Porém, constataram-se iniciativas que buscam difundir esta prática no Estado de Santa Catarina, entre elas citam-se: o projeto Acolhida na Colônia e o projeto conduzido pela Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba (ACEVAM), sendo esta última ação escolhida para fazer parte deste estudo.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

O procedimento de coleta de dados foi composto de duas etapas: 1) coleta de dados secundários e 2) coleta de informações junto aos técnicos e as famílias rurais aplicando roteiros de entrevistas semi-estruturadas. De forma complementar, utilizou-se o método qualitativo e a técnica da observação não-participante, coleta de imagens fotográficas obtidas durante a aplicação das pesquisas e acesso a internet, verificando as páginas das entidades de extensão rural e das prefeituras dos municípios pesquisados.

Na primeira etapa da pesquisa, que consistiu na coleta de dados secundários, realizou-se a análise de documentos para se obter e apurar o máximo de informações referentes ao processo de implantação de trabalhos de assistência técnica em turismo rural nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como a utilização de dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006).

Na segunda etapa, foi feita coleta de dados junto às famílias e aos técnicos que se dedicaram ao desenvolvimento das atividades de assistência técnica. Para a sua consecução, optou-se pela utilização do método de entrevista como instrumento de investigação. Para Haguette (2007) o mesmo é um processo de interação social entre duas pessoas (ou mais) no qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.

Gil (2009, p.109) aponta que a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas Ciências Sociais. É onde o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação.

Para tal, foi elaborado um instrumento qualitativo de entrevista semi-estruturada, a qual, de acordo com Triviños (1987), é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar

na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Após a elaboração do roteiro de entrevista semi-estruturada, fez-se contato com os técnicos dos escritórios regionais da EMATER e também com o técnico da ACEVAM através de telefonemas para investigar o interesse das mesmas em receberem o pesquisador. Cabe destacar que todos os extensionistas foram bem receptivos com o pesquisador e se propuseram a responder à pesquisa. Também, de forma pró-ativa, os mesmos acompanharam o pesquisador nas propriedades das famílias selecionadas para apresentá-lo e marcar as visitas individuais para a realização das entrevistas.

Vale destacar também que antes da coleta de todas as informações junto aos técnicos e as famílias foi realizado um teste com o roteiro de entrevistas, o qual ocorreu no município de Praia Grande/ SC, nos dias 08 e 09 de agosto de 2010.

Foi aplicado 1 roteiro de entrevista com o técnico extensionista e 2 roteiros de entrevistas com as famílias de agricultores. Após tal teste, retornou-se e ajustou-se o instrumento de pesquisa visando-se o aprimoramento do mesmo.

Na sequência, houve a aplicação dos roteiros de entrevistas com todos os técnicos e todas as famílias. Esta ação foi dividida em dois momentos, sendo que o primeiro momento contemplou a coleta de informações com os extensionistas que participaram diretamente na assistência técnica e extensão rural às famílias participantes dos roteiros nos municípios. Num segundo momento, as entrevistas foram realizadas diretamente com as famílias envolvidas com a atividade de turismo rural e receberam assistência técnica pelas entidades de ATER. Todo trabalho de coleta de informações foi realizado com o envolvimento direto do pesquisador.

O primeiro levantamento de dados em campo ocorreu no município de Rolante nos dias 16 e 17 de agosto de 2010, onde se entrevistou a extensionista da EMATER do município e organizou-se a visita a todos os agricultores que fazem parte do roteiro de turismo "Caminho das Pipas". Nestes dias, a extensionista apresentou o pesquisador às famílias.

Nos dias 23 e 24 de agosto de 2010, o pesquisador fez as primeiras pesquisas com as famílias do município de Rolante e viajou para o município de Praia Grande nos dias 29 e 30 de agosto para fazer as últimas coletas com as famílias no referido município.

A visita do pesquisador no município de Nova Esperança do Sul ocorreu no período de setembro de 2010, onde o primeiro dia foi destinado a fazer a

entrevista com o extensionista e ir a campo acompanhado do mesmo para ser apresentado às famílias do roteiro.

Com a agenda de horários marcados, nos dias 14 e 15 de setembro de 2010, foram realizadas as entrevistas com as famílias que trabalham com turismo no município e que foram apoiadas pela EMATER local.

A última pesquisa de campo foi realizada no dia 21 de setembro de 2010 no município de Rolante para entrevistar as últimas 3 famílias. No total, participaram deste estudo 19 famílias e 3 extensionistas.

Também foi utilizada a observação não-participante, onde, segundo Richardson (1999):

Este tipo de observação o investigador não toma parte nos conhecimentos objeto do estudo como se fosse membro do grupo observado, mas apenas atua como observador atento. Baseado nos objetivos da pesquisa, e por meio de seu roteiro de observação, ele procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessa ao seu trabalho (RICHARDSON, 1999, p. 260).

A observação não-participante foi associada às entrevistas para captar as informações que não poderiam ser captadas apenas com as respostas aos formulários da pesquisa. Esse tipo de observação contribuiu para investigar se havia coerência entre as respostas obtidas através das entrevistas com os extensionistas e a realidade apontada pelas famílias entrevistadas.

Segundo Almeida (1989):

A observação não-participante não exige um plano sistemático de observação, mas facilita a padronização de situações a serem investigadas e a elaboração do plano de observação. Quando o observador está fisicamente isolado (atrás de uma porta ou espelho ladrão), ele pode concentrar sua atenção nas situações que lhe interessam. Quando está presente, o investigador não pode provocar alterações na situação observada ou induzir os elementos a certos comportamentos que são do seu interesse, mas deve esperar que os mesmos ocorram naturalmente (ALMEIDA, 1989, p. 95).

Essa técnica foi utilizada no decorrer das entrevistas através da observação dos sujeitos da pesquisa.

3.4 APURAÇÃO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Com a finalização das pesquisas, iniciou-se a etapa de análise e interpretação dos resultados.

Gil (2009, p.156) destaca que “A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas os problema proposto pela investigação”.

Em relação à interpretação dos dados, (GIL, 2009 p.178) relata que “[...] o que se procura na interpretação é a obtenção de um sentido mais amplo para os dados analisados, o que faz mediante sua ligação com conhecimentos disponíveis, derivados principalmente de teorias”.

Sendo assim, programaram-se as etapas subseqüentes com a realização das seguintes atividades:

- a) transcrição das anotações, com a subseqüente digitação das informações obtidas nos roteiros de entrevistas em dois programas específicos: Word e Excell;
- b) consistência das informações coletadas e estabelecimento das categorias explicativas;
- c) elaboração do esquema de análise a ser utilizado na interpretação das informações obtidas.

Todas as respostas das perguntas (α -numéricas) contidas nos roteiros de entrevistas foram digitadas no programa Word visando facilitar a nossa análise como também, buscando a elaboração das categorias de análise. Este trabalho permitiu resumir todas as respostas em arquivos eletrônicos.

Após esta fase, os mesmos foram impressos e agrupados em conformidade com os “blocos” de questões apresentados nos roteiros. As respostas impressas foram coladas “lado a lado” de tal forma que pudessem ser apresentadas em uma única folha reunindo todas elas, ou seja, uma espécie de “*folha resumo*”.

De posse desse material impresso novamente os resultados foram sendo digitados de maneira a adquirir o formato de um texto preliminar. Saliemos que todo esse processo foi bastante lento, repetitivo e necessitou o acompanhamento do pesquisador responsável. Apesar destas dificuldades de organização inicial o

trabalho avançou pouco a pouco em direção às etapas posteriores.

Além disso, como os roteiros de entrevistas contemplavam também perguntas que admitiam respostas que poderiam ser expressas em números, as mesmas foram digitadas de forma que permitissem a organização de um pequeno banco de dados no programa Excell. Posteriormente, estes dados foram importados e tabulados eletronicamente no programa SPSS visando a apresentação de estatística descritiva – frequências simples de algumas variáveis (sexo, escolaridade, idade, número de pessoas nas famílias, etc.) as quais permitiram elaboração de um perfil social e econômico das famílias pesquisadas.

Complementarmente, vale ressaltar que o fato do pesquisador ser um conhecedor do desenvolvimento prático da atividade de turismo rural possibilitou uma interação muito rápida e estabeleceu um vínculo com praticamente todas as famílias pesquisadas nas comunidades. Esta foi uma característica fundamental para a realização da pesquisa uma vez que o roteiro da entrevista era extenso e requeria o consentimento e disponibilidade de tempo por parte dos entrevistados.

4 O DESENVOLVIMENTO E OS IMPACTOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TURISMO RURAL PARA AS FAMÍLIAS RURAIS

Antes de iniciar a discussão dos resultados da pesquisa, vamos apresentar um panorama da incidência da atividade de turismo rural nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

4.1 PANORAMA DO TURISMO RURAL NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA

Por não dispor de muitas pesquisas que apontassem as realidades do turismo rural no Brasil, esta pesquisa baseou-se no estudo desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2006, segundo o censo agropecuário.

O censo apontou a existência de 3.551 estabelecimentos com receitas de turismo rural no país, conforme destacado na figura 4.

O IBGE (2006) considerou a atividade de turismo rural como sendo:

O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no estabelecimento agropecuário, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, como hospedagem, alimentação (fornecimento de refeições prontas), recepção à visita ao estabelecimento agropecuário, recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural. (IBGE, 2006).

Porém, a pesquisa não considerou o valor da receita proveniente da venda da produção do estabelecimento por ocasião da visita de turistas. Isso nos leva a pensar que o número de produtores rurais envolvidos com a atividade pode ser maior do que o apontado na pesquisa do IBGE.

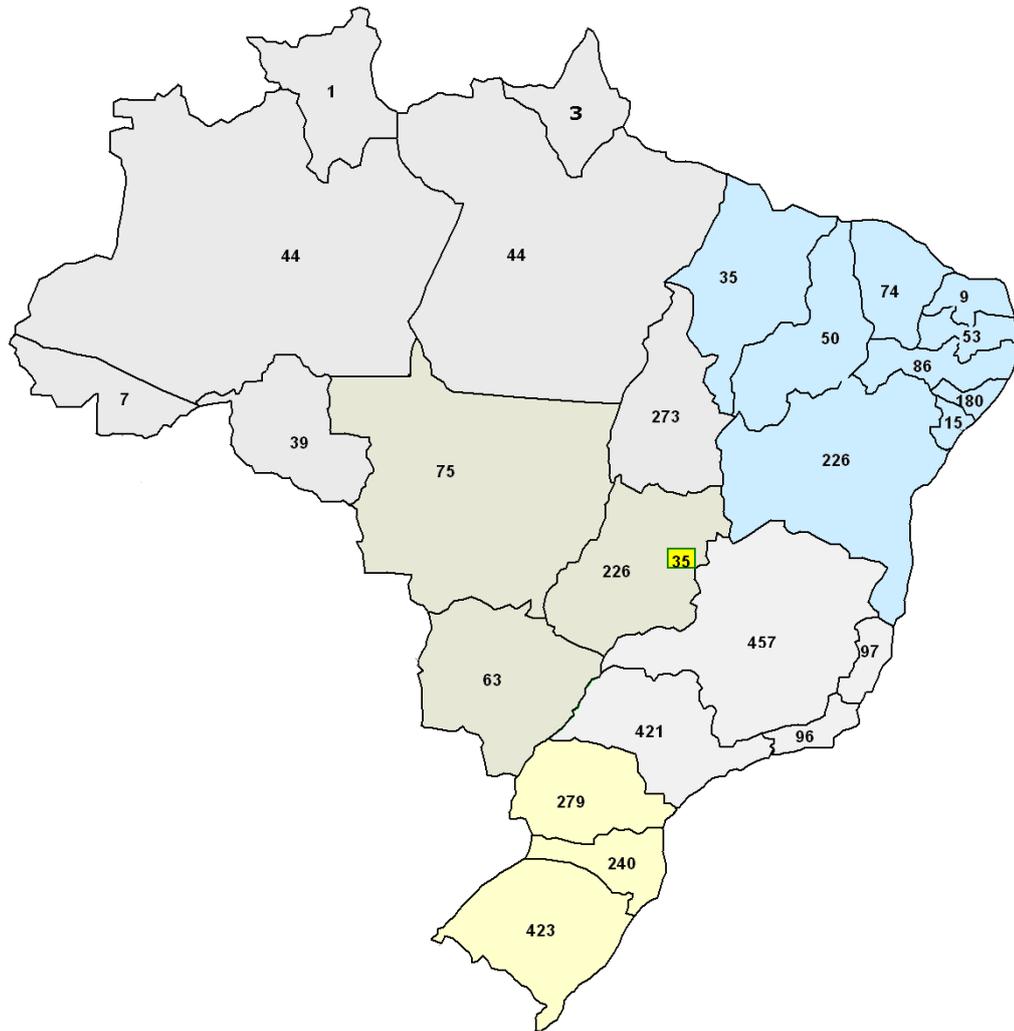


Figura 4: Distribuição dos estabelecimentos agropecuários com receita de turismo rural no Brasil, IBGE (2006).

Fonte: Elaboração própria (2011), a partir de dados do IBGE.

No Estado do Rio Grande do Sul, o IBGE apontou a existência de 423 estabelecimentos com receitas de turismo rural divididos pelas seguintes regiões: Noroeste, Metropolitana, Nordeste, Sudeste, Centro Oriental, Sudoeste e Centro Ocidental. Percebe-se que a região “Noroeste” do Estado do Rio Grande do Sul tem a maior concentração de agricultores com receitas advindas da atividade de turismo rural, com “174” estabelecimentos, enquanto a região “Centro Ocidental” do Estado tem a menor concentração de estabelecimentos que apresentam receitas com a atividade, chegando ao número de “15” estabelecimentos agropecuários.

Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários com receitas de turismo rural no Rio Grande do Sul

Região	Número de estabelecimentos	Porcentagem (%)
Noroeste	174	41,13
Metropolitana	94	22,22
Nordeste	65	15,36
Sudeste	29	6,86
Centro Oriental	25	5,92
Sudoeste	21	4,96
Centro Ocidental	15	3,55
Total	423	100

Fonte: IBGE, (2006).

A pesquisa apontada na tabela 1, demonstra que existe uma concentração de agricultores familiares recebendo receitas da atividade de turismo rural no Rio Grande do Sul. Dos 423 estabelecimentos agropecuários apontados pelo IBGE, 274 ou 64,7% estavam enquadrados como sendo de agricultura familiar enquanto 149 empreendimentos pesquisados como não-familiar, perfazendo 35,3%.

Já no Estado de Santa Catarina, o Censo Agropecuário mostra a existência de 240 estabelecimentos que obtinha receitas da atividade de turismo rural, sendo divididos pelas seguintes regiões: Oeste Catarinense, Sul Catarinense, Serrana, Norte, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis. É constatado na pesquisa que a região Oeste Catarinense tem a maior concentração de estabelecimentos que apresentam receitas da atividade de turismo rural, totalizando 64 e a região da Grande Florianópolis tem a menor incidência de estabelecimentos agropecuários, com 19 correspondentes, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2: Número de estabelecimentos agropecuários com receitas de turismo rural em Santa Catarina

Região	Número de estabelecimentos	Porcentagem (%)
Oeste Catarinense	64	26,61
Sul Catarinense	43	17,92
Serrana	42	17,51
Norte	41	17,11
Vale do Itajaí	31	12,92
Grande Florianópolis	19	7,93
Total	240	100,00

Fonte: IBGE, (2006).

Destes estabelecimentos agropecuários, enumerados na tabela 2, a pesquisa mostra uma maior incidência de agricultores familiares atuando na atividade de turismo rural no Estado em relação aos agricultores não-familiares. Dos 240 estabelecimentos agropecuários, 150 ou 62,5% estão enquadrados como agricultura familiar e 90 estabelecimentos pesquisados são não-familiares.

O que se pode concluir é que nos dois Estados pesquisados (RS e SC), há uma incidência de agricultores familiares que declararam receitas advindas da atividade de turismo rural, destacando-se a importância desta atividade para o meio rural.

4.1.2 Caracterização dos locais de estudo

A primeira experiência estudada é o município de Nova Esperança do Sul, que se localiza na Região Centro-Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, conforme apontado na figura 5 Este município faz parte da Associação dos Municípios do Centro do Estado (AMCENTRO), composta por 35 municípios.

Está localizado há 460 km da Capital, Porto Alegre e 148 km de Santa Maria, município pólo da região. Sua área territorial é de 191,39 km² e sua população esta estimada em 5.180 habitantes, na maioria descendentes de

imigrantes de origem Italiana. O Censo Agropecuário elaborado pelo IBGE em 2006 apontou que o município possuía 398 estabelecimentos agropecuários (IBGE 2006).

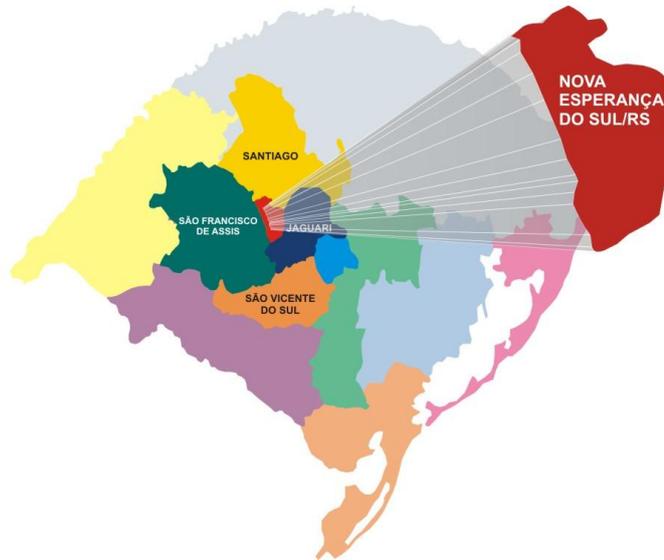


Figura 5: Localização do Município de Nova Esperança do Sul/ RS
Fonte: Elaboração própria (2011).

Nova Esperança do Sul faz parte da chamada “Metade Sul” do Rio Grande do Sul, que segundo Santos (2005, p.37) apesar de abranger 54% do território do Estado “[...] a região tem tido indicadores socioeconômicos pouco favoráveis se comparados com a Metade Norte do Estado do Rio Grande do Sul”.

Santos (2005, p.41) destaca que na região, o poder está organizado em torno dos proprietários rurais pecuaristas e orizicultores [...] divididos em três grupos sociais: os proprietários rurais pecuaristas; os sócios menores (parceiros e arrendatários), especialmente arrozeiros (lavradores – empresários) e os trabalhadores rurais (permanentes e temporários)”. Neste contexto, segundo o autor, “[...] existe a tendência de diminuição dos empregos permanentes com o estabelecimento de novas relações de trabalho que são os empregos temporários, reforçando o êxodo rural regional”.

Porém, o município de Nova Esperança do Sul se diferencia no contexto da Metade Sul. Deponti (2007) relata:

[...] por ter sido colonizado predominantemente por imigrantes italianos, a partir de 1890, por ser constituído por minifúndios, ter agropecuária diversificada, industrialização na cidade e topografia mais acidentada. Mas assim mesmo sofre influências regionais no que se refere ao individualismo e o baixo nível de empreendedorismo (DEPONTI, 2007, p.17).

Relatos apontam que os primeiros imigrantes chegaram na localidade em 1860, avistaram uma área de topografia semelhante à de onde vieram e estabeleceram-se ali, e dando-lhe o nome de Nova Milano. Com o passar do tempo e pelo fato de trazerem consigo a esperança de um futuro promissor, denominaram a localidade Nova Esperança que ocorreu em 1905, conforme PERUFO (2011).

Segundo Pefuro (2011), os imigrantes, ao chegarem, foram abrindo clareiras, plantando e construindo suas casas e, posteriormente, igrejas, escolas e estabelecimentos fabris e comerciais. Estabeleceram-se com o comércio, ferraria e, principalmente, com a agricultura de subsistência, bem como com carros e carretas para frete. As mercadorias, muitas vezes exportadas, eram trocadas por produtos de primeira necessidade durante o processo de colonização.

No ano de 1900, parte de Nova Esperança do Sul integrava o 4º distrito do município de São Francisco de Assis. As terras que hoje separam os municípios de Jaguari, Santiago e São Francisco de Assis foram doadas à Mitra Diocesana de Santa Maria, que mandou construir uma paróquia no local. Na mesma época foi criada a Sociedade Comercial e Industrial São José que, entre outras atividades afins, intermediava e vendia glebas de terra às famílias de imigrantes que já residiam no local (PERUFO, 2011).

Em 1920, com a emancipação da cidade de Jaguari, que desmembrou-se do hoje município de São Vicente do Sul, Nova Esperança passou a integrar o novo município de Jaguari como o seu 2º distrito e a sede do povoado foi elevada a categoria de vila, no mesmo ano. A emancipação do município foi realizada em 20 de dezembro de 1987 através de um plebiscito, sendo aprovado pela população, que no dia 13 de abril de 1988, pela Lei estadual nº 8.559, foi criado o Município de Nova Esperança do Sul (PERUFO, 2011).

Atualmente, a agropecuária e a indústria de couro são as principais bases econômicas do município. No contexto industrial, a produção de couro e sapatos tipo exportação é uma das principais economias do município, sendo o maior gerador de empregos.

No que diz respeito à agropecuária, a soja, o arroz e o milho são as três principais culturas agrícolas comerciais do município. Porém, Deponti (2007, p.25) destaca que “[...] as propriedades possuem aproximadamente 20 hectares, mas normalmente não estão conseguindo dar um sustento satisfatório com as atividades agropecuárias tradicionais e desejam a complementação de renda”. Para tanto, a atividade de turismo rural foi uma das estratégias tomadas para incentivar a geração de renda para os agricultores familiares no município de Nova Esperança do Sul.

Os empreendimentos que atualmente estão recebendo visitantes e foram apoiados pela Entidade de Assistência Técnica – EMATER são:

a) Gruta Subterrânea Nossa Senhora de Fátima: é considerada a maior Gruta da América Latina. É um destino de romeiros, de pessoas da região de países vizinhos que habitualmente visitam o espaço. Possui atrativos naturais e trilhas pela mata nativa, além de duas cascatas. O local fica aberto o ano todo;

b) Casa de Pedra da Família Ferrari: é uma casa de pedra que atualmente funciona como fábrica de couros, porém já atendeu grupos de turistas servindo almoço no meio rural;

c) Balneário Pivotto: espaço no meio rural que oferece atividades de lazer, tais como: banho de rio, campo de futebol, quadra de vôlei e de bocha, churrasqueiras, cabanas para aluguel e lancheria;

d) Propriedade dos Viero: ponto de venda de produtos agroindustriais localizado próximo do Balneário Pivotto. No período de temporada, abastece os visitantes com produtos como: chimias, pães, ovos, açúcar mascavo, banha, milho pipoca, vinagre, vinho, licor e cachaça entre outros produtos produzidos na propriedade;

e) Balneário Nono Giusepe: espaço de lazer no meio rural que oferece para os visitantes: banho de rio, espaço para camping, churrasqueiras, campo de futebol, quiosques e lancheria;

f) Pousada do Sol: empreendimento de meio de hospedagem do município.

Os balneários da Gruta Subterrânea de Nova Esperança do Sul são os empreendimentos que mais recebem turistas. A entrevista apontou que as famílias recebem em torno de 15.750 visitantes durante o ano.

A segunda experiência estudada localiza-se no município de Rolante, localizado na Região do Vale do Paranhana, denominada Encosta da Serra do

Estado do Rio Grande do Sul, conforme especificado na figura 6. O município faz parte da Associação dos Municípios do Vale do Paranhana (AMPARA), a qual é composto por 6 municípios. Distante 97 km da Capital Porto Alegre, possui uma área territorial de aproximadamente 297 Km² e uma população estimada em 20.306 habitantes. O censo agropecuário realizado pelo IBGE no ano de 2006 apontou que o município possuía 1.080 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006).

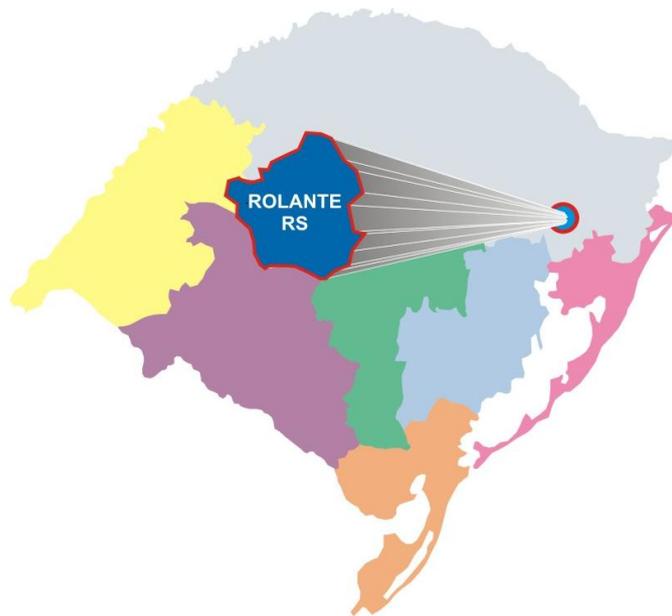


Figura 6: Localização do Município de Rolante/RS
Fonte: Elaboração própria (2011).

Relatos apontam que em 1888 iniciou-se o povoamento da sede de Rolante no município de Santo Antônio da Patrulha. De acordo com alguns historiadores, os tropeiros que levavam gado do Rio Grande do Sul para São Paulo se reuniam em Viamão para seguir a estrada geral de Cristóvão Pereira de Abreu na direção do território paulista. Esse roteiro atravessava o território do atual município de Rolante.

Alves (2011) comenta que o nome Rolante proveio do fato de o arroio, que serve de divisa atualmente entre esse município e o de Santo Antônio da Patrulha ser impetuoso e violento no período de suas cheias, levando tudo de roldão. (ALVES, 2011)

Segundo relatos orais, em 1882 teve início a chegada dos primeiros imigrantes alemães, vindos das colônias velhas, que se dirigiam para Alto Rolante (hoje Distrito de Rolante). Em 1955, o município emancipou-se de Santo Antônio da Patrulha (ALVES, 2011).

A atividade turística de turismo rural em Rolante teve início na comunidade de Boa Esperança (localidade onde foi desenvolvido o referido estudo) que possui aproximadamente 86 habitantes. Deste total, 9 famílias desenvolvem atividades ligadas a recebimento de turistas, no roteiro denominado “O Caminho das Pipas”.

Esta atividade teve início após os produtores de vinho e de suco de uva de Boa Esperança legalizarem suas cantinas. Segundo o relato das famílias, o turismo foi se desenvolvendo aos poucos. Os produtores recebiam os turistas que visitavam a localidade em busca dos vinhos e produtos coloniais que começavam a ganhar destaque na produção local. A prefeitura e a EMATER, percebendo a demanda das pessoas pelos produtos agroindustriais da comunidade em estudo, resolveram em conjunto apoiar o turismo local.

Portanto, diferentemente do turismo existente em Nova Esperança do Sul, o turismo de Rolante nasceu da procura dos turistas por produtos da pequena agroindústria, principalmente o vinho de mesa.

Na mesma época, a Faculdade Integrada de Taquara (FACCAT) apoiou o grupo de agricultores, com a realização de estudo e propostas de promoção para as famílias rurais, surgindo o nome promocional “O caminho das Pipas” para sua divulgação.

Estas mesmas entidades passaram a oferecer cursos e palestras aos produtores, qualificando-os para que pudessem oferecer melhores serviços aos clientes que frequentavam a localidade em número cada vez maior.

O roteiro de turismo rural na agricultura familiar “Caminho das Pipas” explora o potencial natural de subidas de montanhas, proporcionando ainda a degustação e compra de vinhos e produtos coloniais. Entre os produtos, destacam-se: pães, cucas, biscoitos, salames, *schmiers*, geléias, compotas, licores, graspa colonial e vinhos e uvas bordô, borgonha, niágara, cabernet, merlot e moscato (SPRICIGO, 2007, p. 89)

O Roteiro é composto por 08 (oito) cantinas de produção de vinho artesanal, onde se destacam as seguintes famílias: Vinhos Dallarosa, Vinhos

Benatto, Vinhos Sbardelotto, Vinhos Montemezzo, Vinhos Dom Franchesco, Vinhos Finger, Vinhos Boa Esperança e Vinhos Del Lazzari.

Todas as cantinas possuem um serviço semelhante de atendimento ao visitante, com demonstração dos espaços, a apresentação dos tipos de vinhos e sucos, degustação e vendas no varejo.

A terceira experiência estudada está localizada no município de Praia Grande – SC, conforme apontado na figura 7. O município compreende uma área de 279 km² e possui uma população de 7.318 mil habitantes. O município faz parte da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense – AMESC, a qual é composta por 15 associados. No Censo Agropecuário de 2006, o município possuía 469 estabelecimentos agropecuários.



Figura 7: Localização do Município de Praia Grande/SC
Fonte: Elaboração própria (2011).

Relatos apontam que por volta de 1890 surgiram os primeiros colonizadores: italianos, alemães e portugueses que, às margens do enorme e despraiado de seixos rolados - derivação do nome Praia Grande - fixaram as primeiras moradias, numa verdadeira fusão de costumes, línguas e tradições mas, sobretudo, impondo sua própria cultura (IBGE, 2011).

Estes imigrantes foram atraídos pelas terras férteis que costeavam o Rio

Mampituba - que na língua indígena significa rio com predominância de serpentes. Brightwell (2008), relata que no século XIX a localidade de Praia Grande era conhecida como Roça da Estância, devido ao fato que os fazendeiros estabelecidos no planalto gaúcho acima dos canyons utilizavam as áreas de planície para cultivarem produtos que não se adaptavam ao clima serrano. Durante a primeira metade daquele século, a “Roça da Estância” serviu basicamente à produção de alguns alimentos básicos – como hortaliças, mandioca e feijão. Neste período, a escala de circulação dos alimentos não estava determinada por relações de intercâmbio, mas por uma dinâmica de aprovisionamento do latifúndio e de sua força de trabalho. Os escravos eram enviados por estancieiros para abrirem pequenas áreas de cultivo na localidade de Pedra Branca, dando assim origem a um dos núcleos populacionais mais antigos do lugar, a comunidade de São Roque.

Com o passar das décadas, a mão-de-obra escrava foi se tornando mais escassa e o envio de produtos “serra acima” foi deixando de ser explicado unicamente pela demanda das estâncias. Os intercâmbios entre cidades ou vilas se generalizaram e a circulação de produtos passou a ocorrer em mão dupla. Na segunda metade do século XIX, os caminhos abertos pelos escravos já serviam ao deslocamento regional de tropas de animais e de alimentos transportados no lombo de mulas. Por volta de 1860, as localidades de Molha Côco (hoje, comunidade de Vila Rosa) e Passo do Sertão (hoje, município de São João do Sul) faziam parte de um trajeto que ligava a serra gaúcha aos municípios de Araranguá e Torres (BRIGHTWELL, 2008).

Brightwell (2008) destacou que no início do século XX se intensificaram as relações entre o planalto serrano e a planície do Mampituba. Os tropeiros traziam do alto da serra pinhão, charque, queijo, animais e retornavam, principalmente, com açúcar, cachaça, farinha de mandioca e feijão. Esta intensa atividade na região atraiu diversos comerciantes, principalmente de origem lusa que, por volta de 1917, transferiram-se de localidades mais próximas do litoral para instalarem-se ao pé da serra.

A prosperidade de Praia Grande estimulou a fixação de famílias de colonos alemães e italianos que inicialmente haviam se dirigido a outros destinos no sul catarinense e no Rio Grande do Sul. A maior parte destes imigrantes abriu pequenas áreas de cultivo, normalmente na forma de arrendamento. A agricultura,

principal economia do município, teve início com o cultivo do milho, cana - de açúcar e, conseqüentemente, a banana, o arroz e o fumo.

O turismo em Praia Grande se expandiu a partir de 1998 com a reabertura dos Parques Nacionais após um período em que permaneceram fechados à visitação pública. Como as restrições ambientais diminuíram o valor da terra para o uso agrícola, desde então o fluxo sistemático de visitantes de grandes centros urbanos, como Porto Alegre e São Paulo, vêm estimulando a conversão de várias propriedades rurais em espaços de turismo e lazer tais como pousadas, áreas de camping e lugares de prática do turismo rural e ecoturismo, conforme Brightwell (2008).

Tais atividades fizeram com que algumas famílias de agricultores familiares se interessassem pela prática do turismo rural e abrissem suas propriedades para o recebimento de turistas que visitam a cidade e os parques nacionais que estão em seu entorno. Os atrativos turísticos de Praia Grande pesquisados que receberam assistência técnica pela ACEVAM são:

a) Café rural do Rio do Boi: empreendimento no meio rural que oferece café rural. Além disso, possui estrutura para camping e uma trilha até a cachoeira na propriedade rural;

b) Nossa Casa Restaurante Rural: um empreendimento que oferece alimentação típica caseira, aberto ao público diariamente durante todos os períodos do ano;

c) Hospedaria Rural: meio de hospedagem localizado no meio rural;

d) Engenho de Açúcar mascavo: agroindústria familiar que mostra todo o processo de fabricação do açúcar mascavo e o trabalho com a produção orgânica que a família desenvolve, além da degustação e venda no varejo;

e) Família Spedo (Sistema Agroflorestal): a família oferece uma demonstração de como é desenvolvido o manejo de uma agrofloresta e de hortas orgânicas consorciadas. Nesta atividade, a família oferece degustação de sucos e venda de mudas de árvores nativas. Além disso, a família desenvolve o projeto “adote uma árvore”, onde cada visitante que quiser adotar uma árvore pagará uma taxa por muda e estará contribuindo para manter os recursos naturais do município, bem como ajudando a recuperar uma área degradada dentro da propriedade.

No próximo item, serão descritos o perfil socioeconômico das famílias entrevistadas nos municípios de Nova Esperança do Sul e Rolante (RS) e Praia Grande (SC), os quais foram pesquisados por participarem de iniciativas de ações de assistência técnica e extensão rural.

4.1.3 Perfil socioeconômico das famílias pesquisadas

Primeiramente apresenta-se aqui o perfil socioeconômico das famílias do município de Nova Esperança do Sul, onde a Entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER auxiliou 6 famílias na atividade de turismo rural.

Os empreendimentos que fizeram parte desta pesquisa no município de Nova Esperança do Sul envolvem 12 pessoas sendo 58% são mulheres e 42% homens. Assim, nas famílias entrevistadas há um número reduzido de pessoas que moram nas propriedades visitadas pelo pesquisador.

O estado civil das pessoas entrevistadas em Nova Esperança do Sul é predominantemente de casados, em sua maioria aposentados que criaram os filhos que também se casaram ou foram morar na cidade. Das 12 pessoas que moram nas propriedades pesquisadas, 9 eram casadas, uma solteira, uma divorciada e uma pessoa viúva.

A média de idade dos entrevistados está na faixa dos 54 anos. Isso ocorre porque 8 pessoas que moram nas propriedades estão na faixa de mais de 50 anos, 2 estão na faixa dos 40 a 49 anos, uma esta na faixa dos 30 a 39 anos e uma entre 10 e 19 anos, conforme apontado na figura 8. A pesquisa aponta que a maioria dos entrevistados vive na propriedade desde que nasceu.

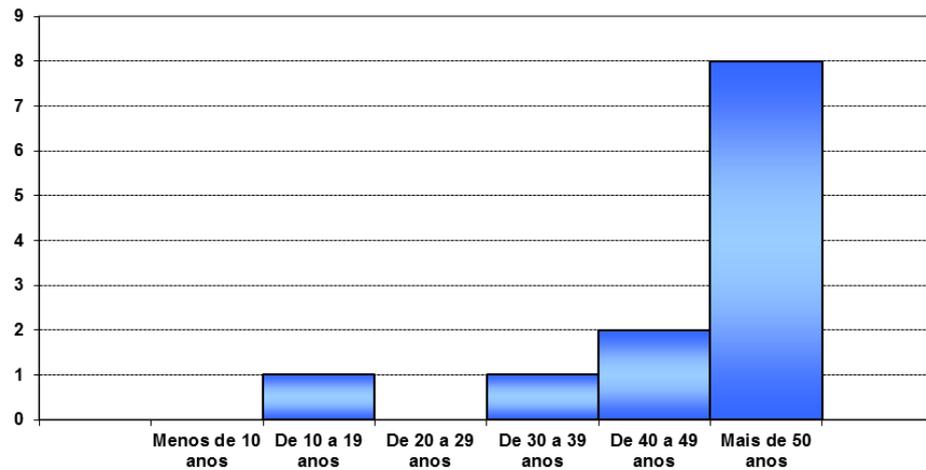


Figura 8: Idade, em anos, das pessoas entrevistadas em Nova Esperança do Sul
Fonte: Elaboração própria (2010).

O tempo médio que as famílias moram na propriedade é de 46 anos, ou seja, são moradores antigos daquela localidade, o que indica que a maioria das propriedades são oriundas e repassadas através de gerações, conforme apontado na figura 9.

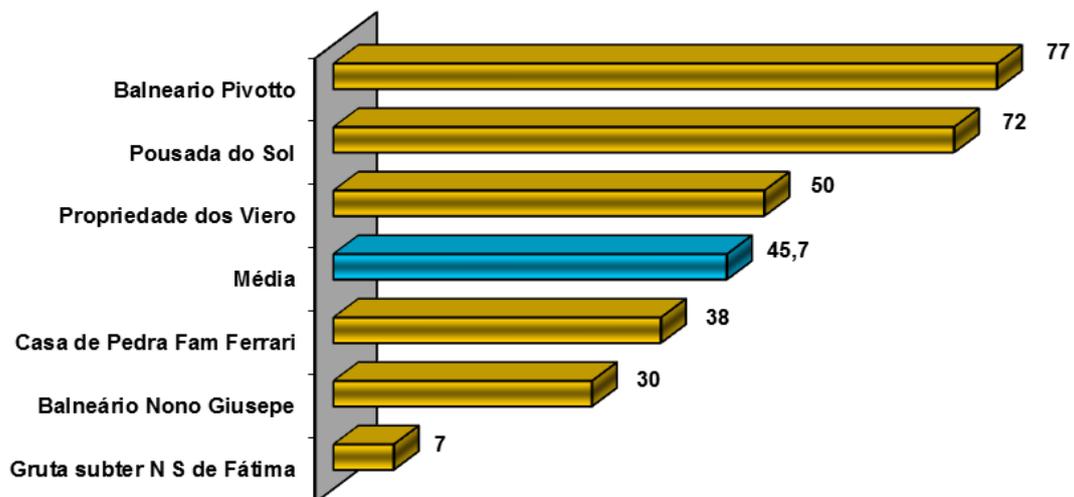


Figura 9: Período, em anos, que as famílias vivem nas propriedades em Nova Esperança do Sul.
Fonte: Elaboração própria (2010).

O nível de escolaridade da maioria das pessoas entrevistadas está concentrado no ensino fundamental incompleto, porém constata-se que em algumas famílias o nível de escolaridade está além do ensino fundamental, pois 2 pessoas já tinham concluído o ensino médio, 1 tinha curso superior completo e 1 já apresentava Pós graduação, conforme descrito na figura 10.

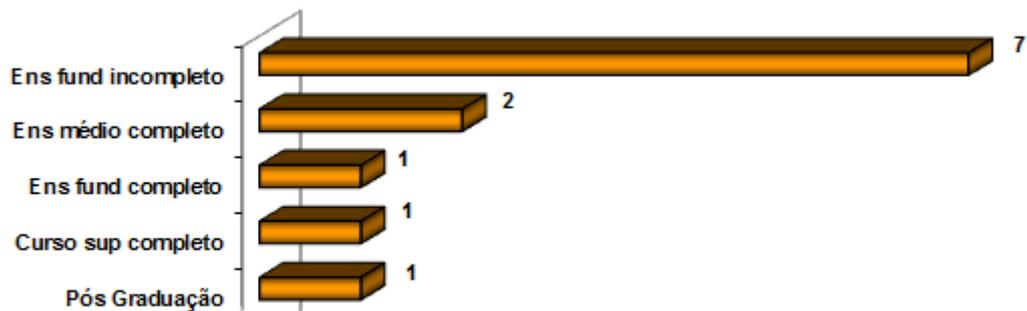


Figura 10: Nível de escolaridade das pessoas entrevistadas em Nova Esperança do Sul
Fonte: Elaboração própria (2010).

No que se refere a renda média mensal, 83% das famílias declarou que esta não ultrapassa o valor de R\$1.500,00, ou seja 3 salários mínimos⁴, porém para uma das famílias, a renda ultrapassa o valor de R\$ 3.001,00 por mês devido a soma das receitas do turismo e benefícios de aposentadoria.

Quando se apresentam os dados relativos às receitas obtidas pelas famílias, pode-se observar que para a grande maioria o turismo não ultrapassa 10% da renda familiar. Parte da receita mensal destas famílias provém dos benefícios de aposentadoria advindo do fundo de previdência. Portanto, constata-se que a atividade turística em Nova Esperança do Sul auxilia muito pouco na renda destas pessoas.

A respeito das atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias, a pesquisa aponta que o perfil pluriativo das propriedades que recebem assistência técnica e extensão rural. A figura 11 mostra que a maioria das famílias atua em mais

⁴ Base do piso salarial brasileiro do ano de 2010, cujo valor representa R\$ 510,00.

de uma atividade, principalmente na agricultura e a pecuária, atividades presentes em 4 das 6 famílias entrevistadas.

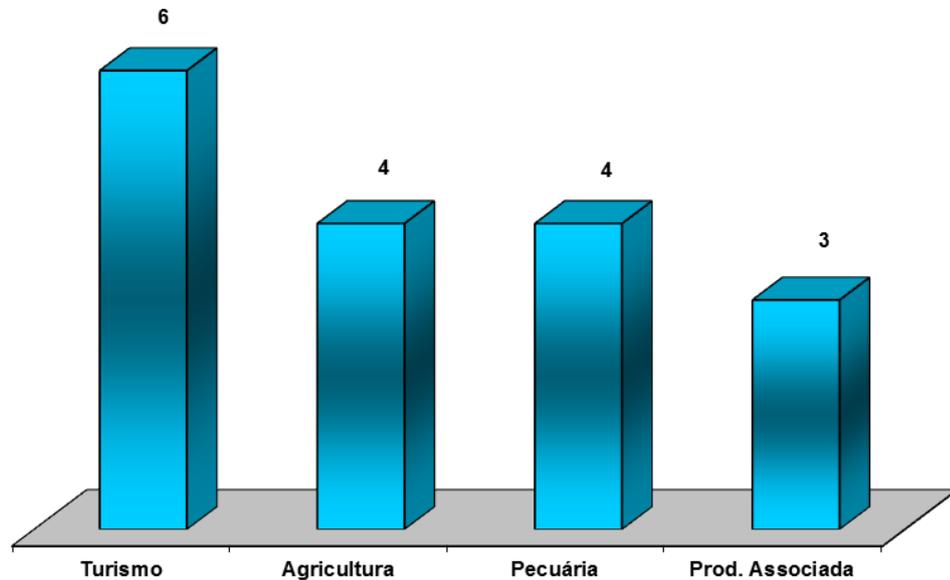


Figura 11: Atividades desenvolvidas pelas famílias entrevistadas de Nova Esperança do Sul.
Fonte: Elaboração própria (2010).

Com relação ao tempo em que as famílias estão atuando no turismo, a média está na faixa dos 11 anos. Este índice se dá pelo fato de que o empreendimento Balneário Pivotto recebe visitantes há duas décadas. Porém, cabe ressaltar que 3 empreendimentos iniciaram a atividade há 7 anos, período em que a EMATER de Nova Esperança do Sul começou a incentivar as atividades de turismo no município.

Dentre as principais motivações que fizeram com que as famílias de Nova Esperança do Sul se interessassem por ingressar na atividade de turismo rural, a maioria justificou que as pessoas vinham visitar a propriedade e incentivavam os empreendedores a entrar na atividade.

Outro fator que motivou a inserção na atividade deve-se ao fato de que um casal se aposentou e decidiu trabalhar em outra atividade. Porém, na propriedade da Gruta Subterrânea, a empreendedora relatou que está na

propriedade porque tem uma promessa para cumprir com a igreja de cuidar do espaço.

Desta forma, constata-se que o perfil dos agricultores que trabalham com o turismo rural no município de Nova Esperança do Sul são em sua maioria casados, nascidos na sua localidade e com baixo nível de escolaridade. Dentre suas características principais destacam-se o perfil pluriativo, trabalham na agricultura, pecuária e turismo, sendo esta última atividade uma das mais recentes, porém, uma atividade que para a maioria ainda não atingiu 10% da receita da família.

Já o perfil socioeconômico das famílias entrevistadas no município de Rolante que trabalham com a atividade de turismo rural, é composto por 9 famílias, sendo que 8 fizeram parte desta pesquisa. Estas foram consideradas por terem recebido assistência técnica oferecida pela EMATER.

O perfil dos entrevistados é composto, em sua maioria, pelo sexo masculino, com 55% de homens frente a 45% de mulheres. O grau de parentesco das pessoas entrevistadas que recebem turistas na comunidade de Boa Esperança é constituído principalmente por casais, porém a pesquisa aponta que em algumas destas famílias apresentam filhos que moram junto com pais, principalmente os homens, diferentemente do que foi apontado na pesquisa realizada em Nova Esperança do Sul.

A pesquisa aponta que 31 pessoas moram nas propriedades visitadas, sendo que 29 delas residem na propriedade e 2 são filhos que residem em outra propriedade rural, mas que desenvolvem seus trabalhos junto com as famílias.

O estado civil da maioria das famílias entrevistadas em Rolante é predominantemente de casadas. Das 31 pessoas que moram nas propriedades pesquisadas, 20 são casadas e 11 são solteiras.

A idade média dos moradores da localidade encontra-se na faixa de 41 anos, o que aponta um número considerável de jovens e crianças moradoras daquela localidade, conforme descrito na figura 12, que mostra 2 pessoas na faixa de menos de 10 anos, 6 pessoas na faixa de 10 a 19 anos, 3 na faixa de 20 a 29 anos, 2 na faixa de 30 a 39 anos, além de 8 pessoas na faixa de 40 a 49 anos e 10 pessoas na faixa acima dos 50 anos.

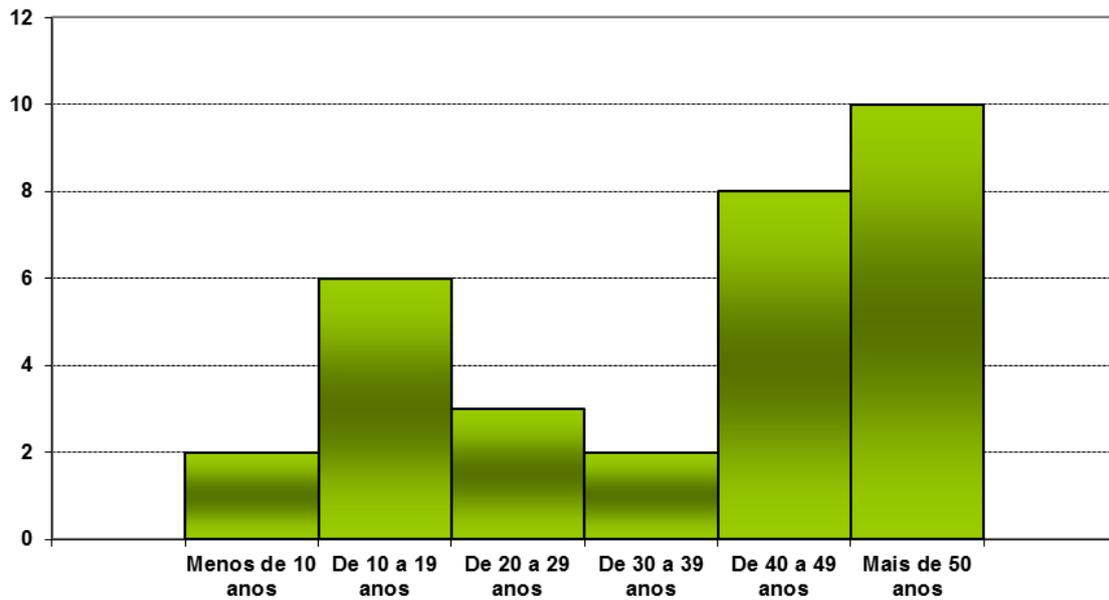


Figura 12: Idade, em anos, das pessoas entrevistadas em Rolante.
Fonte: Elaboração própria (2010).

O tempo médio que as famílias moram na propriedade é de 53 anos, ou seja, são famílias de agricultores que há décadas moram na localidade.

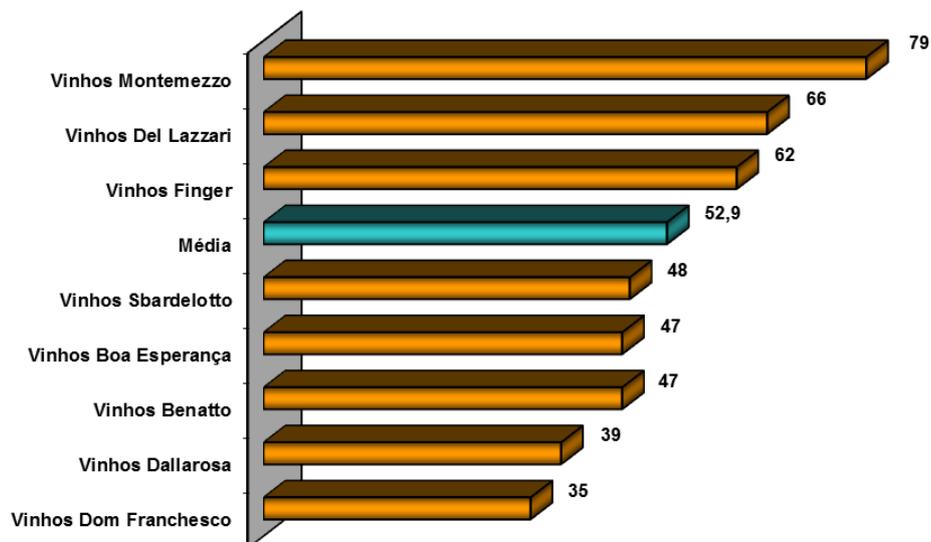


Figura 13: Período, em anos, que as famílias vivem na propriedade no município de Rolante.
Fonte: Elaboração própria (2010).

O nível de escolaridade da maioria das pessoas da comunidade está na faixa do ensino fundamental incompleto, indicando um nível ainda baixa, conforme apresentado na figura 14.

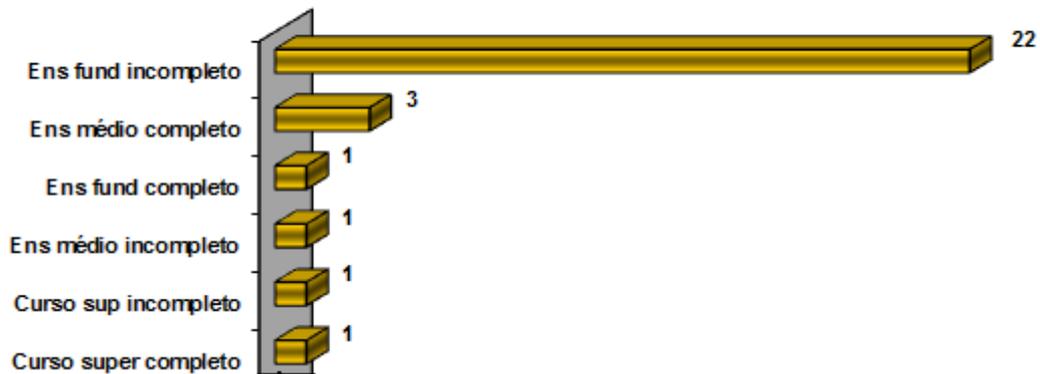


Figura 14: Nível de Escolaridade das pessoas entrevistadas no município de Rolante
Obs: 2 pessoas não foram computadas por serem menores de 05 anos e não estudarem.
Fonte: Elaboração própria (2010).

Sobre a renda média mensal, destaca-se que a maioria das famílias entrevistadas declararam possuir renda entre R\$ 3.001,00 e R\$ 5.000,00 por mês, diferentemente de Nova Esperança do Sul, que a renda média não passa de R\$ 1.500,00 da receita familiar. Ou seja, o nível de renda é bastante superior comparativamente.

No que se refere à renda que provém do turismo, aponta-se que para a metade das famílias entrevistadas a atividade representa de 11 a 20% da renda familiar, porém outras 3 famílias relataram que a atividade ainda não atinge a 10% da renda. Verifica-se, portanto, que no município de Rolante, diferentemente de Nova Esperança do Sul, parece existir uma maior porcentagem da renda advinda da atividade de turismo rural, conforme apontado na figura 15.

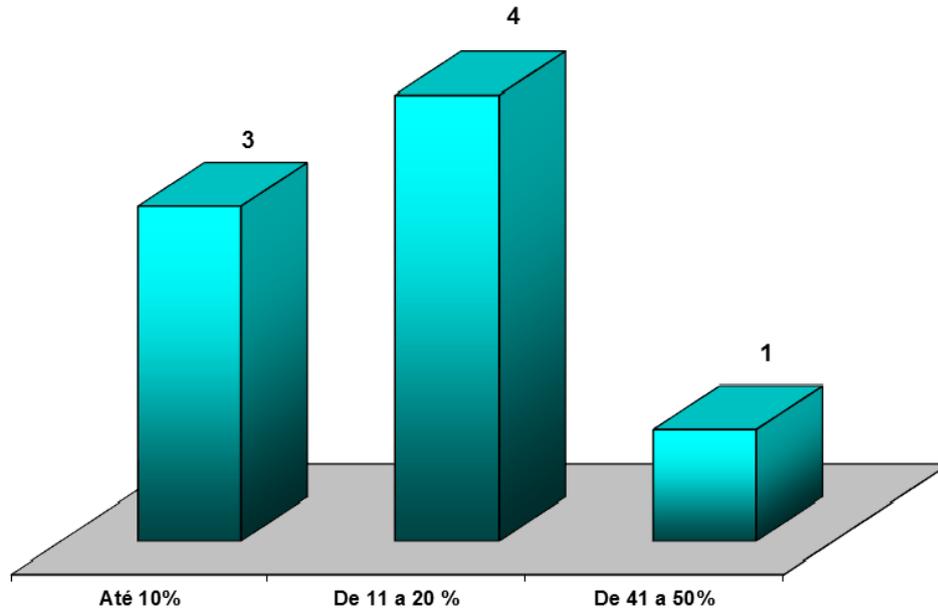


Figura 15: Percentual de renda familiar que provém do turismo no município de Rolante.
Fonte: Elaboração própria (2010).

A respeito das atividades desenvolvidas, a pesquisa apresenta atividades comuns entre as famílias de Nova Esperança do Sul e Rolante. Uma delas é a característica pluriativa das pessoas entrevistadas. Nesta comunidade, todas as famílias 8 famílias trabalham em atividades caracteristicamente iguais, como a agricultura, o turismo e a produção associada. Destas famílias, 4 ainda tinham atividades ligadas à pecuária.

Sobre o tempo em que as famílias estão atuando com o turismo, a pesquisa apontou que a comunidade de Boa Esperança encontra-se na média de 8 anos, período em que as agricultores familiares da comunidade iniciaram a legalização das cantinas e a EMATER começou a se envolver diretamente nas ações de assistência técnica na localidade.

As principais motivações que fizeram com que as famílias se interessassem pela atividade de turismo rural veio principalmente da necessidade da comercialização dos vinhos, porque era quase inviável vender a uva *in natura* e as famílias começaram a agregar valor ao produto, produzindo a bebida. Algumas famílias relataram que com o apoio da administração municipal e da EMATER para a legalização da agroindústria se estimulou também as pessoas da comunidade a começar a pensar no recebimento dos turistas.

A pesquisa aponta que o perfil dos agricultores que estão inseridos no

roteiro de turismo rural Caminho das Pipas são em sua maioria casados, nascidos na sua comunidade onde as atividades e as propriedades estão sendo repassadas de geração para geração. O nível de escolaridade ainda é baixo, porque a maioria frequentou apenas o ensino fundamental.

Dentre suas características, possuem um perfil pluriativo, trabalhando na agricultura, na produção associada e com o turismo. Esta última é uma das atividades mais recentes, mas que vem se destacando e gerando um aumento de renda para uma boa parte das famílias.

No caso dos entrevistados do município de Praia Grande, a atividade turística é composta por 13 empreendimentos turísticos no meio rural, porém apenas 5 deles foram considerados para a realização desta pesquisa por entender que os mesmos receberam assistência técnica da ACEVAM.

Das famílias pesquisadas, destaca-se o número de moradores do sexo feminino que atingiu 61%, diante dos 39% do sexo masculino, portanto predominam as mulheres. Diferentemente dos municípios de Nova Esperança do Sul e Rolante, o grau de parentesco das famílias entrevistadas em Praia Grande é constituído, em sua maioria, por filhos que moram com os pais nas propriedades e trabalham nas atividades, inclusive com o turismo rural.

Os resultados obtidos nos indicam que o estado civil de 48% dos moradores entrevistados são de pessoas solteiras, 43% de pessoas casadas e 9% de viúvas. Diferente dos resultados obtidos nos municípios de Nova Esperança do Sul e Rolante, que teve a predominância de pessoas casadas.

A idade média dos moradores da localidade encontra-se na faixa dos 33 anos, diferentemente do município de Nova Esperança do Sul, indicando a presença de jovens que moram no meio rural nas propriedades pesquisadas, como é destacado no gráfico 9. Das famílias entrevistadas, 8 pessoas das famílias estão na faixa dos 10 a 19 anos, 2 estão na faixa de menos de 10 anos, 2 pessoas na faixa entre 20 e 29 anos, 4 na faixa de 30 a 39 anos, 3 pessoas na faixa de 40 a 49 anos e apenas 4 pessoas na faixa de mais de 50 anos.

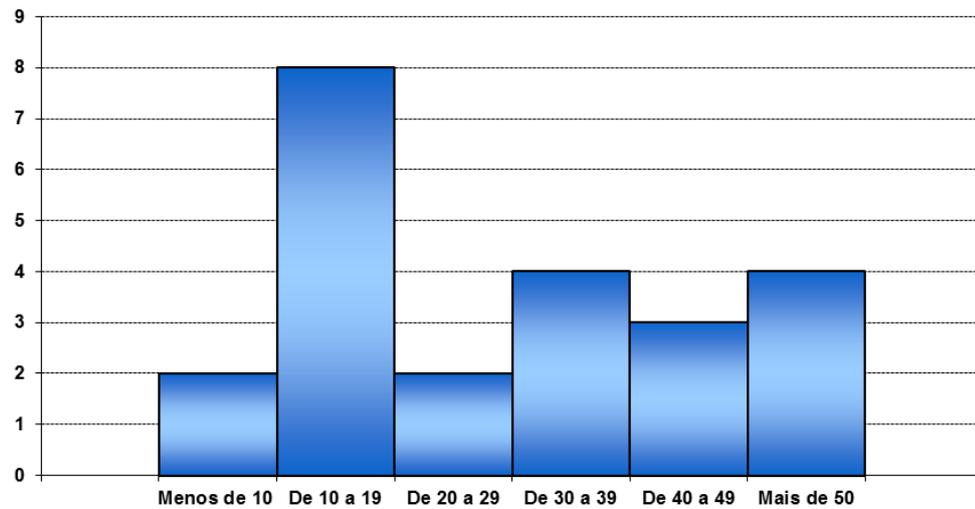


Figura 16: Idade, em anos, das pessoas entrevistadas no município de Praia Grande.
Fonte: Fonte: Elaboração própria (2010).

O período médio em que as famílias moram na propriedade é de 38 anos, o que indica que grande parte dos empreendimentos turísticos do meio rural são de agricultores que receberam suas terras de familiares, com destaque aos empreendimentos hospedaria rural e café rural rio do boi, que habitam as terras há aproximadamente 65 anos e viram o turismo como uma alternativa de trabalho, conforme apontado pela figura 17.

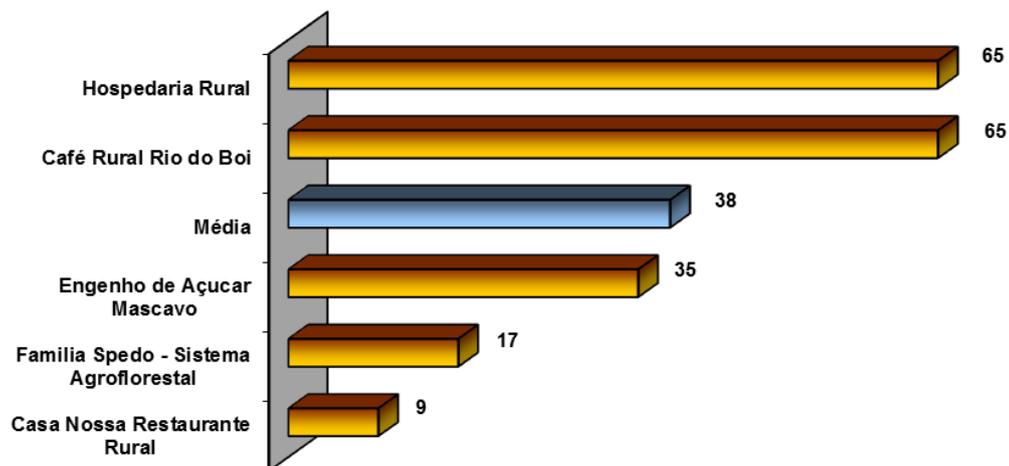


Figura 17: Período, em anos, que as famílias vivem na propriedade no município de Praia Grande.
Fonte: Elaboração própria (2010).

O nível de escolaridade da maioria das famílias entrevistadas está na faixa do ensino fundamental incompleto, porém, a pesquisa aponta que alguns membros das famílias cursaram ou estão cursando o ensino médio e em alguns casos, os entrevistados já estão cursando o curso superior, como é mostrado na figura 18.

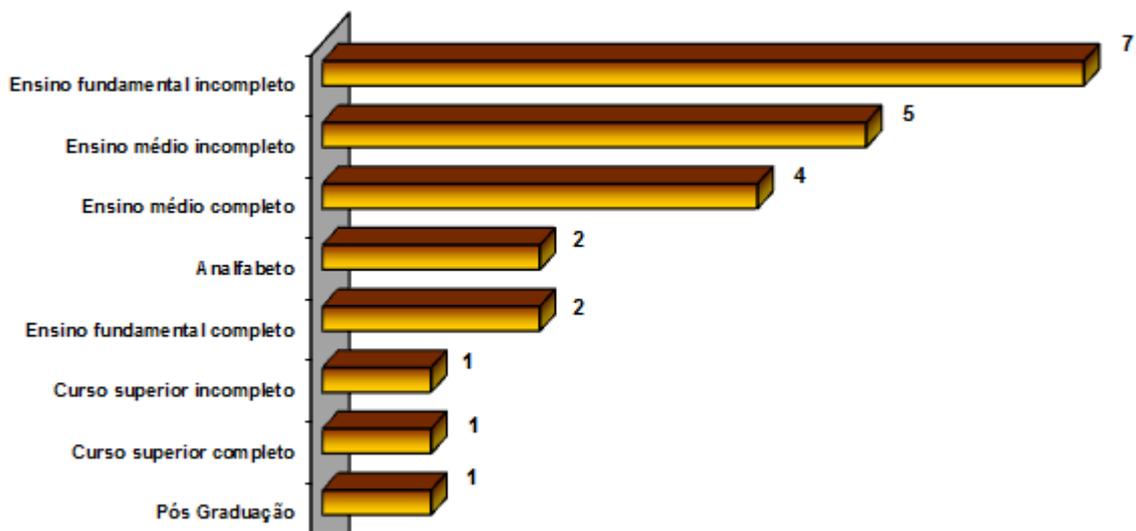


Figura 18: Nível de Escolaridade das pessoas entrevistadas no município de Praia Grande.
Fonte: Elaboração própria (2010).

Em relação à renda familiar, pode-se constatar através da tabulação dos dados que 60% das famílias recebem entre R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00 por mês e o restante não ultrapassa a renda de R\$ 1.500,00 mensais.

Do percentual da renda familiar que provém do turismo, o gráfico 12 mostra que para 3 famílias o turismo não ultrapassa a 10% da receita mensal, o que indica que para a maioria dos entrevistados, a renda está ligada a outras fontes como: aposentadoria de um dos membros da família, atividade pluriativa com trabalhos fora da propriedade, com a agricultura, pecuária ou na produção agroindustrial. Pode-se notar que para uma das famílias entrevistadas o turismo representa entre 31 e 40% da receita familiar e para um dos entrevistados o turismo preenche toda a receita familiar ficando na faixa dos 91 a 100% de sua receita.

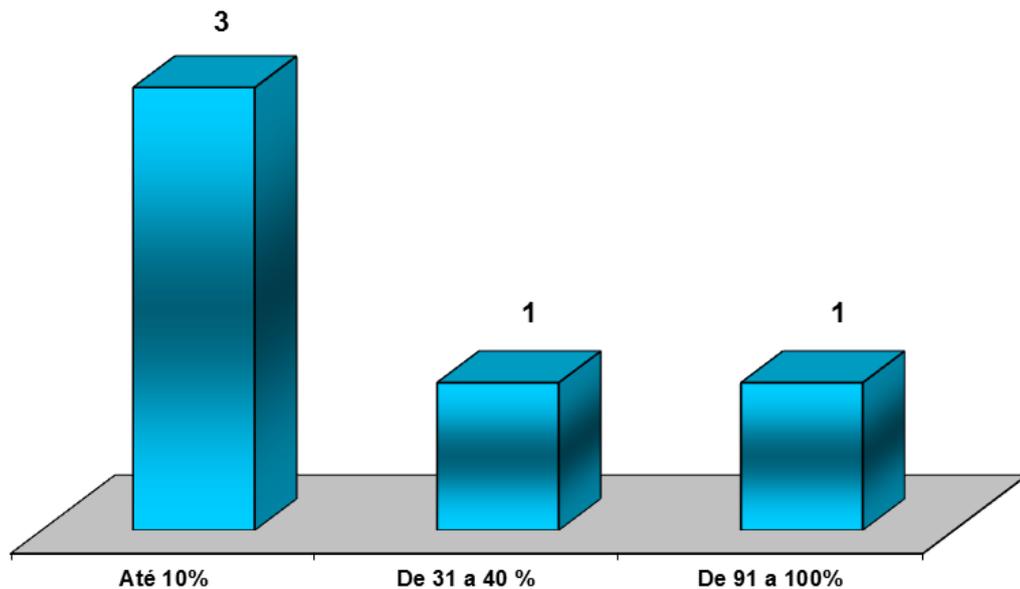


Figura 19: Percentual da renda familiar que provém do turismo no município de Praia Grande. Fonte: Elaboração própria (2010).

A respeito das atividades desenvolvidas pelas famílias, a pesquisa apresenta que a atividade pluriativa está presente nas famílias pesquisadas em Praia Grande, mostrando que suas características são semelhantes aos empreendedores dos municípios de Nova Esperança do Sul e Rolante. Porém a pesquisa aponta que uma das famílias, mesmo recebendo assistência técnica ainda não atua com a atividade turística.

Sobre o tempo em que as famílias estão atuando com o turismo, a pesquisa apontou que em Praia Grande o tempo médio de recebimento de turistas está na faixa dos 5 anos. Pode-se verificar que 3 empreendimentos surgiram após a ACEVAM iniciar os projetos de políticas públicas voltados para o turismo nas comunidades. Destes, um empreendimento ainda não recebe turistas, porém recebeu assistência técnica da entidade para iniciar a atividade.

Dentre as principais motivações que fizeram com que as famílias se interessassem pela atividade, a pesquisa apontou:

- a) retornar da cidade grande para morar no meio rural para ter uma melhor qualidade de vida e escolher o turismo como uma das atividades para trabalhar;
- b) ajudar na renda da família;

- c) ver o turista passar pela estrada e não ter ninguém oferecendo nenhum serviço para o mesmo;
- d) a necessidade de mudar de ramo;
- e) o convite da ACEVAM para fazer parte do roteiro;
- f) os cursos que, por intermédio da ACEVAM, deram confiança para abrir o negócio.

Em síntese, a pesquisa aponta os perfis dos agricultores familiares que estão inseridos nas atividades de turismo rural de Praia Grande, destacando que maioria é de pessoas solteiras, com um número significativo de jovens que moram nas propriedades pesquisadas. O nível de escolaridade ainda é baixo, mas com uma tendência de melhoria nos índices de escolaridade, possuem um perfil pluriativo, trabalhando principalmente com agricultura e turismo. Cabe-se também destacar que a introdução desta atividade é ainda bem recente para a maioria das famílias pesquisadas.

Nesta seção foi possível sintetizar o perfil e as características socioeconômicas das famílias entrevistadas de Nova Esperança do Sul, Rolante no RS e Praia Grande em SC, apontando a realidade das famílias pesquisadas. O próximo item irá descrever o perfil dos turistas que visitam as famílias nos locais pesquisados.

4.1.4 O perfil do turista dos locais pesquisados

Na pesquisa realizada com os empreendedores de turismo rural do município de Nova Esperança do Sul se constatou que a maioria dos turistas que visitam os empreendimentos são famílias, a maioria oriunda da Centro-Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, possuindo domicílio no máximo a 150 quilômetros da cidade e também de moradores locais.

A pesquisa aponta que os empreendimentos recebem os mesmos clientes mais de uma vez por ano. Além disso, a Gruta Subterrânea Nossa Senhora de Fátima, no último domingo do mês de janeiro de cada ano, realiza uma festa religiosa em honra à Santa com a presença de aproximadamente de 4.000 pessoas

num mesmo dia. Tais respostas não são precisas porque nenhum empreendimento possui uma lista ou levantamento do fluxo de visitantes.

Percebe-se que a visita aos empreendimentos de turismo rural se dá em nível regional, por um público que fica sabendo da existência dos atrativos e, pela proximidade, são os turistas que mais os visitam.

Neste sentido, utilizou-se o esquema das radiais de demanda turística de Lemos (1999), que explicita que, quanto mais distante o turista estiver, mais ele terá custos para chegar no destino e mais esforços estarão implicados na sua visita.

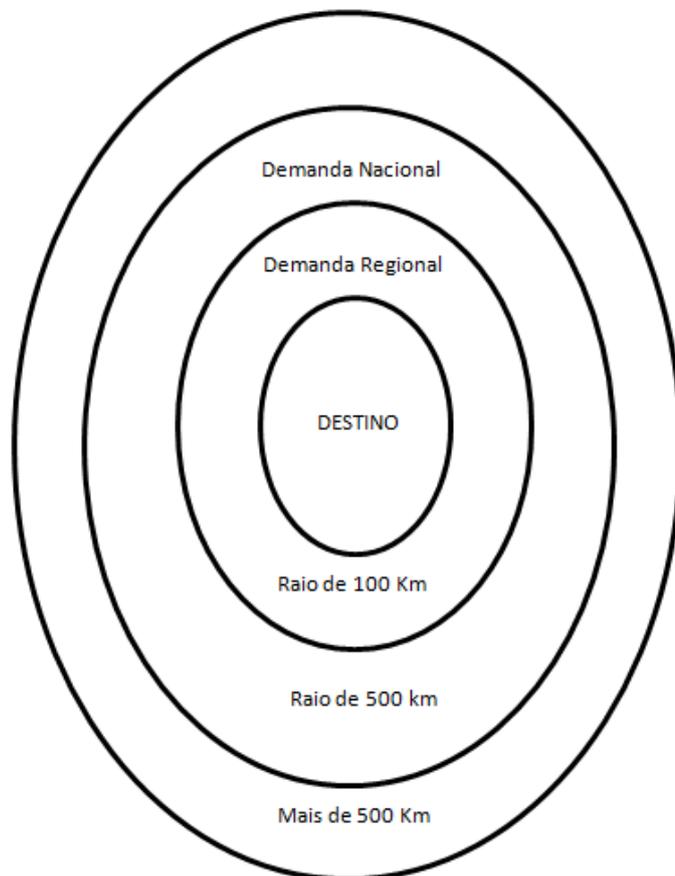


Figura 20: Radiais da Demanda Turística
Fonte: Lemos (1999, p.63)

Os meses de maior fluxo concentram-se no período do verão devido ao movimento de pessoas que visitam os balneários e à festa de Nossa Senhora de Fátima, como está apontado na figura 21.

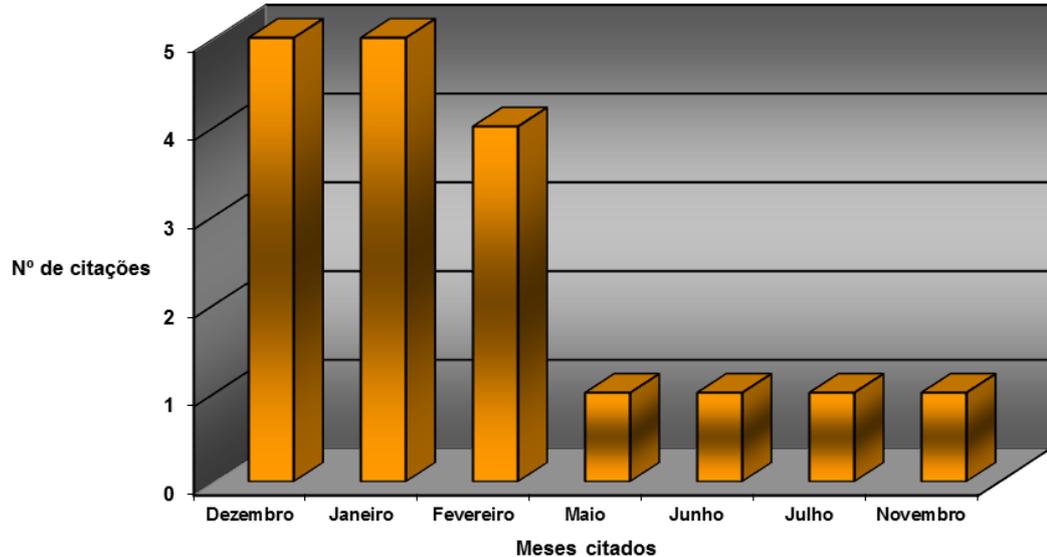


Figura 21: Meses com maior fluxo de turistas no município de Nova Esperança do Sul.
Fonte: Elaboração própria (2010)

Desta forma, a pesquisa aponta que o perfil do turista que visita o município de Nova Esperança do Sul são pessoas moradoras da região, na sua maioria famílias que possuem recursos limitados para viajar a outros destinos.

Cabe destacar que o período de maior fluxo corresponde ao verão, devido aos eventos e espaços de lazer e de banho que a cidade oferece aos seus moradores e visitantes. No caso das famílias pesquisadas no município de Rolante, as mesmas relataram que recebem aproximadamente 9.700 (nove mil e setecentas) visitas em média por ano, somando todas as pessoas que visitam as cantinas. Porém, cabe destacar que não há dados que confirmem tais resultados por não haver nenhum controle ou registro de fluxo de visitantes por parte dos empreendedores.

O principal público que visita os empreendimentos turísticos locais são famílias, cuja maioria dista cerca de 150 quilômetros das propriedades. É o caso da região do Vale dos Sinos, principal origem do público consumidor dos empreendimentos de turismo de Rolante.

No que se refere aos meses de maior fluxo de visitantes, destaca-se o

período de inverno, especialmente nos meses de junho, julho e agosto, apontados pela figura 22, provavelmente motivados pelo grande apelo da região à comercialização do vinho produzido do Caminho das Pipas. Porém, cabe ressaltar que outro momento de aumento de fluxo de visitantes são os meses de janeiro e fevereiro, nos quais os turistas são motivados pela compra de uvas *in natura* direto do parreiral.

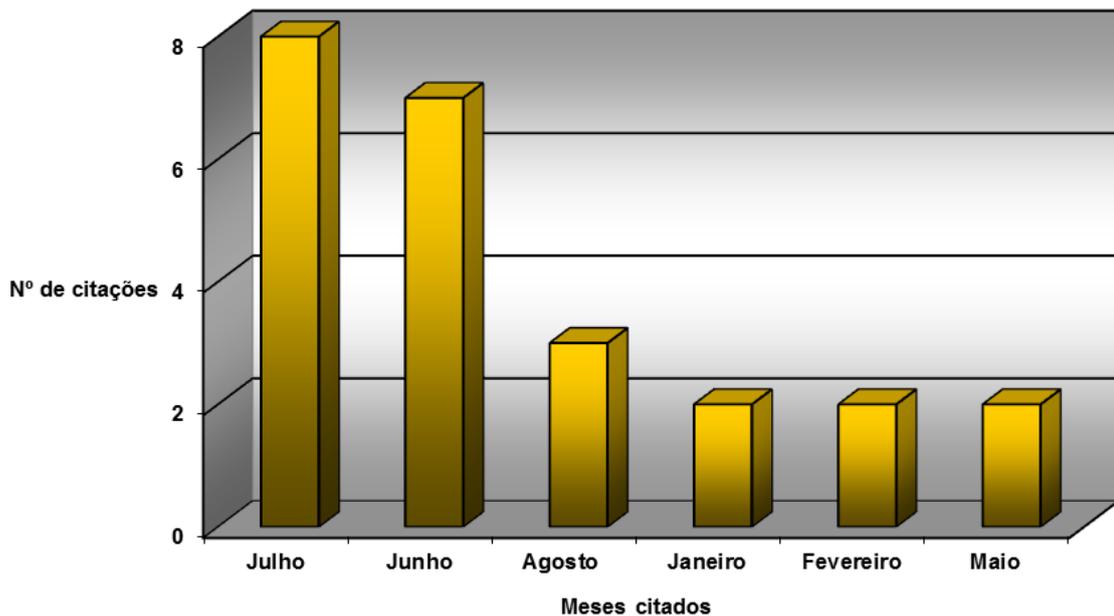


Figura 22: Meses com maior fluxo de turistas no município de Rolante
Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Desta forma, a pesquisa aponta que o perfil do turista que visita o roteiro turístico do município de Rolante compreende pessoas moradores da região, principalmente famílias residentes na região do Vale dos Sinos. O fluxo está diretamente ligado à comercialização do vinho de mesa (principal produto) no período de inverno, época de maior recebimento de visitantes.

No caso de Praia Grande, a pesquisa apontou uma média de 1.550 visitantes por ano nas 5 famílias pesquisadas. Porém, igualmente como ocorre em relação aos municípios de Nova Esperança do Sul e Rolante, os números não são precisos porque nenhum dos empreendimentos pesquisados possui um controle de fluxo de visitante.

O perfil do visitante dos empreendimentos turísticos de Praia Grande é bem variado. Nas entrevistas realizadas com as 5 famílias, cada uma respondeu que recebe um tipo de turista (famílias, grupos de estudantes, turistas individuais e casais), o que significa que o município tem um apelo para desenvolver ações voltadas para vários tipos de públicos, aproveitando os recursos naturais e os atrativos das propriedades.

Quanto à procedência dos turistas que visitam as famílias entrevistadas de Praia Grande, a maioria provém especialmente dos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Em apenas 1 das propriedades pesquisadas, a família relatou que seu público é regional, diferentemente do que foi apontado pelos pesquisados de Nova Esperança do Sul e Rolante.

Em relação aos meses de maior fluxo de visitantes em Praia Grande, estes se concentram nos meses de verão (janeiro, fevereiro e março) e no mês de julho, conforme descrito no gráfico 15, muito em função do período de férias escolares, de verão e de inverno.

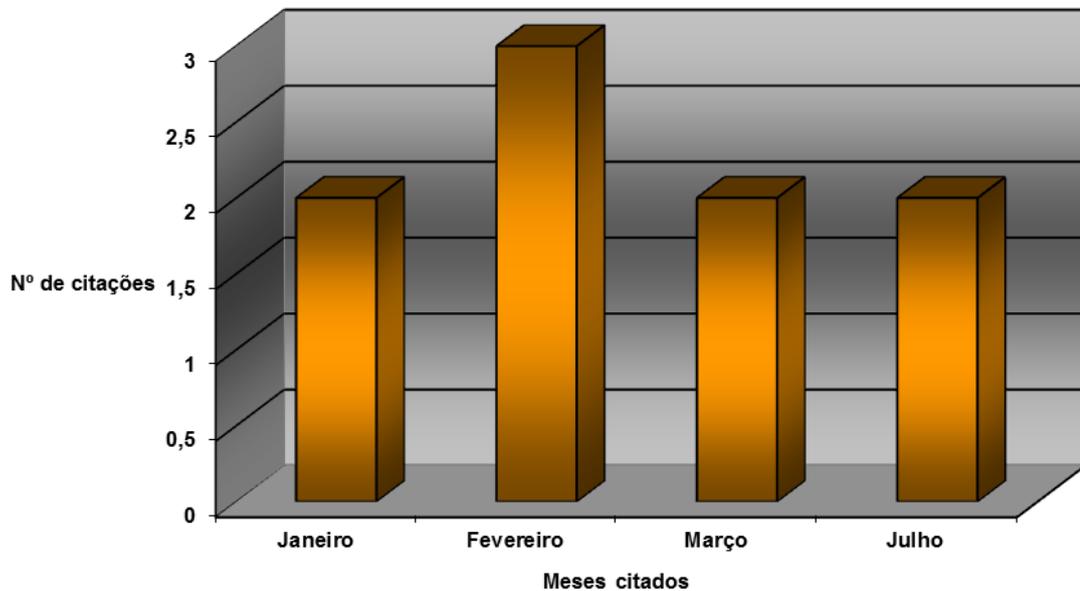


Figura 23: Meses com maior fluxo de turistas no município de Praia Grande.

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Nota: Apenas 3 famílias que tiveram visitas citaram 3 meses cada uma.

Deste modo, podemos apontar que o perfil do turista que frequenta o município de Praia Grande e visita as propriedades atendidas pela ACEVAM são de perfis bem variados. A maioria reside em destinos mais distantes, principalmente de

outros Estados. O período de maior visitação nos empreendimentos pesquisados está no período do verão, provavelmente devido à visitação aos canyons, onde há a possibilidade de se fazer trilhas e caminhadas ecológicas, tomar banhos de rios e cachoeiras.

A seguir, serão apresentadas as ações desenvolvidas pelas entidades de assistência técnica sob o ponto de vista das famílias pesquisadas que trabalham com o turismo rural nos três municípios.

4.1.5 A assistência técnica e extensão rural junto às famílias

Quanto à questão da assistência técnica junto às famílias rurais no município de Nova Esperança do Sul, percebe-se que a maioria absoluta dos entrevistados envolvidos com a atividade turística não participaram de cursos de capacitação voltados para o turismo. Apenas uma das famílias entrevistadas participou de um curso na área de turismo rural realizado no município de Porto Alegre por iniciativa própria.

O que se pode constatar é que não houve nenhum tipo de auxílio por parte da assistência técnica em promover a qualificação para os seus beneficiários.

Dentro dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento da atividade de turismo, constatou-se que nenhuma das 6 famílias entrevistadas no município de Nova Esperança do Sul recebeu orientações sobre as formas de planejamento de condução de visitantes.

Percebeu-se que a EMATER estimulou pouco seus beneficiários a planejarem outras atividades turísticas dentro das propriedades e deixou de repassar algumas orientações sobre formas de comercialização dos produtos turísticos que as famílias podem promover. Deve-se constatar que a entidade deixou de esclarecer como pode-se formar o preço dos produtos ou serviços que estão sendo ofertados aos turistas.

No que se refere ao apoio para a divulgação dos empreendimentos para o mercado turístico, as famílias que receberam assistência técnica pela EMATER de Nova Esperança do Sul não aperfeiçoaram esse trabalho e constata-se que ainda

carecem de apoio para saber como promover ou divulgar o seu empreendimento.

As informações sobre o acesso ao crédito na área de turismo foram exploradas por algumas famílias, porém esta informação não chegou a todas. Dentre os entrevistados, 2 pessoas tinham o conhecimento sobre as linhas de crédito e conseguiram acessá-las. Um dos beneficiários construiu um restaurante/lancheria e outro construiu cabanas para aluguel no balneário, sendo que outros 4 entrevistados não sabiam da existência de créditos e a forma de como obtê-los.

Sobre os investimentos que as famílias fizeram para receber visitantes, todos os entrevistados declararam que fizeram algum tipo de adequação em suas propriedades, investindo na construção de cabanas, no restaurante/lancheria, na copa, em churrasqueiras, pias, banheiros, cancha de bocha, campo de futebol, torneiras, chuveiros e mangueiras, plantação de árvores, cercas, forno a lenha e na pintura em galpões, notando-se que todos os envolvidos investiram na propriedade para melhor receber o seu visitante.

Dentro das ações coletivas desenvolvidas pelos beneficiários, os resultados da pesquisa apontam que a maioria dos entrevistados não faz nenhuma referência sobre esta ação. Assim, pode-se afirmar que os mesmos não discutem a atividade entre si, com a assistência técnica, tampouco, com os gestores da política pública municipal. Apenas um dos entrevistados disse que participa de um grupo de turismo, que é mantido pela própria Secretaria de Turismo.

Segundo o entrevistado,

[...] as pessoas foram para um evento na FIERGS - Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre-RS e num encontro de hoteleiros em Canela- RS.

Porém, o mesmo relatou que:

[...] atualmente este núcleo está desorganizado.

Outros entrevistados relataram que antigamente ocorriam reuniões, porém estas diminuíram gradativamente ou nunca mais ocorreram.

O que se percebe, através dos resultados obtidos, é que as ações desenvolvidas em Nova Esperança do Sul não foram planejadas adequadamente, que foram propostas atividades e realizados encontros com lideranças e famílias que gostariam de atuar com a atividade, porém sem uma diretriz de continuidade nos processos.

A EMATER e a política pública municipal incentivaram a atividade no município, deram apoio, discutiram a atividade, porém, por falta de conhecimento técnico dos gestores e da instituição, não conseguiram criar apelos para que o município seja visitado, tampouco conseguiram repassar informações aos agricultores familiares sobre como ser um empreendedor de turismo rural, como planejar, adequar, promover, comercializar, cobrar, investir e acessar crédito em sua propriedade.

Sem tais ações, a atividade de turismo foi pouco a pouco perdendo a sua importância. A falta de um trabalho mais próximo com as famílias e com as poucas pessoas envolvidas na propriedade fizeram com que a atividade fosse perdendo a sua importância. Consequentemente os recursos advindos do turismo ainda sejam mínimos quando comparados com outras atividades ou benefícios sociais que as famílias envolvidas recebem.

No município de Rolante percebe-se que alguns agricultores familiares foram estimulados a se capacitarem. Porém, nem todos os envolvidos com a atividade participaram dos cursos oferecidos. O estudo apontou que em 62% das famílias entrevistadas algumas pessoas já tinham feito algum curso de capacitação na área de turismo, enquanto 38% ainda não tinham feito nenhum curso.

Um dos cursos foi ministrado pela EMATER de Rolante, outros foram ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que apoiou os cursos de Turismo Rural - Identificação e Seleção de Oportunidades de Negócio, Planejamento e Implantação de Pousadas e Restaurantes Rurais e o Curso de Acolhida no Meio Rural.

Considerando os aspectos fundamentais para o desenvolvimento da atividade de turismo rural, pode-se verificar que as famílias não foram estimuladas pela entidade a planejar outras atividades na propriedade rural agregando valor aos produtos e serviços que já possuem. Das 8 famílias entrevistadas, nenhuma recebeu

orientação sobre como planejar e conduzir seus visitantes pela propriedade rural. Todas as famílias buscaram na prática cotidiana e nas conversas com os visitantes a melhorar a maneira de vender o produto aos turistas.

Constatou-se que a maioria das famílias entrevistadas não recebeu orientação sobre as formas de comercialização dos produtos e apenas 2 das 8 famílias relataram que a FACCAT estimulou e orientou sobre como melhorar e/ou divulgar os seus produtos para o consumidor final.

No que se refere às formas fixação dos preços dos produtos ou serviços oferecidos aos visitantes, pôde-se verificar que as famílias não têm a real dimensão de seus ganhos com a atividade, tampouco aperfeiçoaram o trabalho de divulgação para o mercado turístico. As mesmas ainda necessitam de apoio para promoção dos empreendimentos e a forma de como divulgá-los. Muitas esperam que a EMATER resolva isso para elas, o que pode ocasionar uma certa dependência das pessoas em relação à instituição na “venda” dos produtos do roteiro e/ou nos empreendimentos.

Sobre a possibilidade de acesso ao crédito no turismo rural, esta ação ainda não foi bem explorada na comunidade. Das 8 famílias entrevistadas, apenas 2 responderam que receberam informações, sobre as formas de como acessá-lo. Porém, cabe destacar que essas duas famílias que receberam tais informações são representantes do Conselho Municipal de Turismo de Rolante, que, por estarem ativos em encontros para discussão de turismo foram informadas das linhas de crédito para o turismo.

Outra questão a ser destacada é que a maioria dos entrevistados fez investimentos nas propriedades. Todos buscaram melhorar a parte estrutural, como por exemplo: pintura de porão, reestruturação da recepção da cantina, construção de banheiros, aquisição de mesas, construção do piso de porões, compra de saibro para colocar nos acessos as propriedades, aquisição de novas pipas e pias de lavar mãos e em taças de vinho. Assim, pode-se atestar que as famílias aprovaram esta nova alternativa (turismo rural) e buscaram fazer melhorias na propriedade para melhor acolher o visitante.

Com relação às ações coletivas das comunidades, a pesquisa apontou que a maioria dos entrevistados não faz nenhuma referência sobre esta ação. O que se pode afirmar é que provavelmente os mesmos não discutem a atividade com a assistência técnica e tampouco com os gestores da política pública municipal, o que

inviabiliza a criação de um projeto claro e específico para o turismo. Pode-se considerar que na ausência destas iniciativas os agricultores acabam não se inserindo no processo de desenvolvimento do turismo, conseqüentemente dificultando com que os mesmos ajam integralmente nas atividades de turismo. Outro elemento a destacar é a importância da promoção de lideranças locais que possam representar a atividade e multiplicá-la, tornando-a sustentável.

No município de Praia Grande, o desenvolvimento do turismo rural está diretamente relacionado com a entidade de assistência técnica e extensão rural ACEVAM, que capta recursos de políticas públicas com o objetivo de beneficiar os agricultores da região. Atualmente, a entidade vem desenvolvendo ações para cinco famílias que trabalham ou pretendem atuar na atividade.

Constatou-se que a entidade buscou desenvolver algumas estratégias para beneficiá-los. Uma delas foi promover cursos de capacitação que, de alguma maneira, foram aproveitados pelas famílias que participaram das atividades. Os cursos levados aos beneficiados foram: turismo e agroecologia, acolhida na agricultura familiar, formação de roteiros, gestão empresarial e gastronomia.

Porém, verificamos a ausência de desenvolvimento de algumas ações fundamentais, talvez pela falta de conhecimento ou pelos escassos recursos advindos das políticas públicas, que não avançaram para o apoio destas famílias.

Um dos casos relatados foi a falta de assistência técnica específica às famílias. Nenhum dos pesquisados recebeu orientações sobre como se planeja ou se desenvolve uma atividade e/ou sobre a condução de visitantes na propriedade. Não foi trabalhada com os agricultores a formação de preço do produto (serviço) para que as mesmas pudessem cobrar um preço condizente com o que se oferece ao visitante.

Nas entrevistas, ficou claro que inexistiu a informação de como acessar o crédito para o turismo rural. Porém, destaca-se que 4 das 5 famílias entrevistadas fizeram investimentos para o recebimento de turistas, o que podemos supor que estas famílias também aprovaram esta nova alternativa e buscaram fazer melhorias na propriedade para melhor acolher o visitante. No entanto, desconhecem a possibilidade de acesso ao crédito que poderia auxiliar algumas famílias na melhoria de infraestrutura das propriedades, proporcionando uma qualificação na oferta dos serviços e deixando de investir recursos próprios de outras atividades produtivas para estar direcionando ao turismo.

Com relação a formas de divulgação para o mercado turístico, a pesquisa comprova que parte das famílias entrevistadas em Praia Grande desconhecem alguns métodos de como promover ou divulgar seu empreendimento, e esperam que a entidade resolva isso para elas.

Nos processos de discussão do turismo na comunidade ou no município, nenhuma das famílias faz referência sobre estas ações, o que leva a entender que os entrevistados pouco discutem a atividade entre eles ou com a assistência técnica, sendo que tampouco dialogam com as instâncias de política pública municipal, o que dificulta a criação de um projeto claro e específico para o desenvolvimento do turismo rural.

Pode-se considerar que na ausência destas iniciativas os agricultores acabam se inserindo muito pouco no processo de desenvolvimento do turismo, fazendo com que eles não tomem partido das ações do setor e dificultando a criação de lideranças locais que possam representar o turismo rural e multiplicar a atividade pelo município.

4.1.6 Avaliação do trabalho de assistência técnica e extensão rural pelas famílias

No que diz respeito à avaliação das entidades de assistência técnica e extensão rural, a maioria das famílias pesquisadas em Nova Esperança do Sul considera importante a entidade de ATER para a atividade turística, principalmente no que diz respeito à presença da instituição no processo de desenvolvimento do turismo no município, tanto na articulação das reuniões, como no incentivo para se trabalhar com o turismo. Além disso, a instituição apóia os beneficiários em ações específicas, repassando dicas e orientações para os agricultores, na condução dos beneficiários em visitas técnicas em outros municípios, na articulação para conseguir as placas de sinalização turísticas que estão na entrada das propriedades e em outras formas de apoio, como o desenvolvimento de cursos para conservação e manejo de pomares, colheita e fabricação de vinhos, conforme relatado por 4 entrevistados.

Porém, 2 famílias consideram que a entidade não foi importante no processo, fazendo uma crítica ao sistema de condução das atividades de desenvolvimento do turismo rural. Segundo os beneficiários, não se teve muito apoio da EMATER e as pessoas não orientavam bem.

Em depoimento, um dos entrevistados relatou:

[...] eles queriam que as pessoas trabalhassem, mas nunca teve ninguém que nos orientasse como em Jaguari (município vizinho) que tem uma pessoa que orientava as pessoas.

Outro motivo de reclamação é a falta de demanda turística. As famílias reclamam que a EMATER às vezes trazia alguns grupos de excursão, mas a demanda era pequena e hoje os visitantes já são raros.

Percebe-se que a EMATER de Nova Esperança do Sul, na tentativa de apoiar as famílias rurais na área de turismo, teve uma boa receptividade por parte das mesmas, mas ficou clara a ausência de uma assistência técnica efetiva e de conhecimento técnico específico sobre a questão do turismo rural, fazendo com que a imagem da entidade ficasse um pouco desgastada junto aos empreendedores.

No município de Rolante, a maioria dos entrevistados que faz parte do Caminho das Pipas e que recebeu assistência técnica enfatizou que a EMATER contribuiu para o desenvolvimento das ações, tanto no âmbito da família, como para a comunidade. Para muitos, o impulso do turismo se deu porque a entidade estava presente e foi fundamental no período inicial, principalmente com a assistência social no combate ao borrachudo⁵, que diminuiu drasticamente na comunidade de Boa Esperança.

Para alguns, a EMATER foi uma alavanca para o desenvolvimento do turismo e de suas agroindústrias, porque a instituição ministrou curso na área de reaproveitamento de frutas, sendo este importante para abastecer a casa e as cantinas na comercialização de *chimias* e compotas. Além disso, a EMATER auxiliou a maioria dos agricultores no registro das cantinas, na legalização do vinho e atualmente no suco de uva.

Outra ação importante desenvolvida pela entidade foi à realização das missões técnicas, principalmente para o município de Santa Rosa de Lima no Estado de Santa Catarina possibilitando verificar como os agricultores daquela região trabalham com o turismo rural.

Porém, para algumas famílias, no que se refere ao turismo, a EMATER fez muito pouco. Para estas, a entidade ministrou apenas alguns cursos. Esses agricultores receberam auxílio da FACCAT e destacaram que esta foi a principal instituição no que se refere ao desenvolvimento do turismo da comunidade de Boa Esperança.

Segundo os entrevistados, foi a Faculdade, com o apoio do Sistema Crédito Cooperativo (SICREDI), que desenvolveu o projeto de sinalização e promoção e o colocou em prática. Para essas famílias, a FACCAT fez um trabalho isolado com os agricultores e depois convidou a EMATER que recebeu os créditos por ter desenvolvido as ações de turismo em conjunto com a prefeitura. Ou seja, há uma divisão de opiniões acerca do protagonismo e dos créditos pela realização de ações de assistência técnica nesta comunidade.

Na visão de algumas famílias, a EMATER trouxe excursões para mostrar um exemplo de comunidade que progrediu, mas muita coisa se deu de forma automática, com as famílias aprendendo muito com as pessoas que visitam as propriedades. Segundo alguns entrevistados, a instituição antigamente atuava mais na comunidade, porém atualmente está um pouco afastado dos agricultores do Caminho das Pipas.

Em Praia Grande, todas as famílias pesquisadas que receberam assistência técnica da ACEVAM destacaram que a instituição auxilia no processo de inserção da família na atividade de turismo rural. Muitas relataram que sem o incentivo da entidade não teriam começado a atividade pela falta de conhecimento e de capacidade técnica para atuar no turismo.

O apoio que recebem da ATER ajuda os agricultores a obter uma melhor preparação na hospitalidade através do conhecimento de experiências consolidadas, no acompanhamento do trabalho cotidiano na propriedade, na disponibilidade de proporcionar cursos para os beneficiários, no apoio do extensionista repassando conhecimento aos agricultores, incentivando-os e aumentando a auto-estima dos

⁵ Inseto também conhecido como pium. São pequenos, semelhante a pequenas moscas.

mesmos.

Para muitos, a ACEVAM é a única entidade que apóia o turismo no município, atuando de várias formas, realizando atividades que a política pública municipal necessitaria fazer de alguma forma.

Porém, uma das famílias entrevistadas, mesmo apoiando as iniciativas de assistência técnica ao turismo rural promovida pela ACEVAM, criticou algumas das ações, destacando que a instituição ainda apresenta deficiências. Segundo o entrevistado, apenas um membro da associação faz o trabalho de assistência técnica ao turismo, e esta pessoa é a única que se envolve diretamente na atividade. Também há dúvidas quanto ao funcionamento dos projetos, pois, nenhum agricultor foi chamado pela ACEVAM para falar como será o andamento destes agora e no futuro próximo, gerando incertezas entre as famílias.

Pode-se afirmar que a ACEVAM tem o seu trabalho valorizado pelos agricultores familiares que são beneficiados pela atividade turística, porém ainda faltam o aperfeiçoamento das atividades a serem desenvolvidas junto aos agricultores para profissionalizar melhor a atividade. Observou-se também a necessidade de uma melhor democratização do planejamento e da programação/realização das atividades que a entidade promove na área de turismo.

4.1.7 Os Benefícios e entraves no desenvolvimento da atividade

Na avaliação sobre os benefícios sociais e econômicos das famílias que trabalham com o turismo em Nova Esperança do Sul, muitos reconhecem que a atividade está sendo boa para eles, principalmente na parte social, onde se relatou que, com a atividade turística eles conheceram novas pessoas, fizeram muitas amizades, diminuíram a ociosidade, fazendo o dia passar mais rápido e que foram reconhecidos pelo trabalho que fazem. Afirmam que sua vida social está mais enriquecida pela convivência com as pessoas, além de terem aumentado suas finanças.

Dentre os aspectos negativos, grande parte do grupo entrevistado não tem nenhum tipo de reclamação sobre a atividade. Apenas uma das famílias relatou

que no último ano a receita da atividade foi muito baixa e que teve que se desfazer de um automóvel, trocando-o por outro de menor valor para manter a sua estrutura funcionando. Também foi abordada a questão da segurança, porque às vezes chegavam em suas propriedades pessoas estranhas e também à noite, deixando-os apreensivos.

Algumas das dificuldades encontradas pelos empreendedores de turismo no município foram percebidas por mais de um entrevistado. Todos relataram dificuldades principalmente na falta de apoio dos organismos governamentais, que não ajudaram de fato no desenvolvimento do turismo, além da falta de orientação sobre como receber o turista. Segundo informações de algumas famílias, a Prefeitura e a EMATER de vez em quando explicavam acerca de algumas atividades de turismo nas reuniões que faziam na cidade. Um dos entrevistados relatou da seguinte forma:

[...] eles queriam que recebêssemos, mas não tínhamos nenhuma orientação de como fazer.

Outro caso comentado se refere à relação com o cliente. Relatos dos entrevistados abordam que alguns clientes criavam problemas, principalmente nos balneários e na Gruta. Um dos entrevistados afirmou que:

[...] se estivéssemos com o portão fechado e com uma cobrança de pedágio (ingresso), diminuiria esse problema.

Dentro dos fatos constatados, é notória a falta de apoio e de planejamento dos empreendimentos que trabalham com o turismo, e isso pode acarretar vários problemas para as famílias que estão atuando na atividade, principalmente no que diz respeito às formas de como trabalhar na propriedade, na cobrança de ingresso de entrada, na formação de preço, na criação de regras de conduta além das formas de promoção. Sem uma orientação básica ou uma assistência técnica continuada, muitas destas famílias continuarão tendo inúmeros problemas para atuar com a atividade turística.

Em Rolante, a maioria dos entrevistados considera que a atividade ajudou muito as famílias e a comunidade, porque notou-se nitidamente o aumento de renda dos envolvidos com os recursos advindos do turismo. Nos depoimentos registrados, um dos entrevistados relatou que:

[...] toda a Boa Esperança ainda sobrevive por causa do turismo.

Também se manifestaram em relação ao êxodo rural, onde em outro depoimento destacou-se:

[...] quem sabe hoje a Boa Esperança não estaria mais com moradores se dependesse apenas da venda da uva.

Nos depoimentos dos entrevistados, todos avaliaram positivamente as ações de turismo como gerador de renda e destacaram melhorias na qualidade de vida como a possibilidade de pagar os estudos para os filhos, a aquisição de bens materiais como a compra de carro e a possibilidade de os filhos optarem por ficar em casa para trabalhar na atividade.

As famílias avaliam que o turista traz informações que estimulam e mudam a visão de mundo da família. O recebimento de visitantes colaborou para que as pessoas envolvidas com a atividade melhorassem sua forma de conviver, de receber pessoas, de atender ao público, de fazer novas amizades e de vender seus produtos. O turismo também ajudou a quebrar resistências na comunidade, principalmente na relação dos pais que atualmente estão apostando mais na atividade e compartilhando com os filhos as mudanças necessárias na propriedade.

As entrevistas apontaram que o turismo auxiliou as famílias a valorizarem o seu modo de vida, porque, segundo os agricultores, esse tipo de público gosta de ouvi-los contando como trabalham, e apreciam a apresentação das cantinas que estão abertas para o recebimento dos mesmos.

Em relação aos aspectos negativos, a maioria dos entrevistados não conseguiu responder o que a atividade trouxe para eles de ruim. Apenas apontaram algumas questões relacionadas principalmente à falta de privacidade, à diminuição

do sossego, os riscos com a segurança porque trabalham com a porteira aberta. Em um dos casos se mencionou a violência, porque este entrevistado foi assaltado uma vez. Um dos entrevistados considerou que a falta de planejamento do espaço ocasionou problemas para a família, porque não estavam preparados para a demanda de visitantes.

Porém, quando questionados sobre as maiores dificuldades encontradas para trabalhar com o turismo rural, a maioria dos beneficiários abordou problemas como: insegurança no atendimento ao público, a falta de mão-de-obra (porque as famílias não conseguem pessoas para trabalhar na propriedade ou no atendimento) a insegurança no saber falar⁶, a necessidade de aprender outra língua, a dificuldade de receber grupos de turistas e cobrar pela prestação de serviço e pela degustação, a adequação de espaço para degustação, a aquisição de um conhecimento mais amplo sobre a área (tendo em vista que o público é muito variado, principalmente os clientes que consomem o vinho e que muitas vezes fazem perguntas técnicas às quais os produtores não sabem responder) e a falta de preparo das famílias rurais para outras atividades como, por exemplo, fazer trilhas e passeios para levar os turistas. Ou seja, há necessidade de aperfeiçoamento e capacitação para melhorar cada vez mais a oferta dos serviços aos turistas.

Em Praia Grande, os agricultores familiares que receberam assistência técnica em turismo pela ACEVAM relataram que a atividade traz muitos benefícios para as famílias como, por exemplo, conhecer pessoas do mundo inteiro e aprender muito com elas, trocar idéias com os clientes, na possível quebra de mitos em relação ao turista, na valorização dos agricultores e do seu modo de vida, na agregação de renda e na melhoria da qualidade de vida.

Sobre os aspectos negativos, nenhuma família pesquisada em Praia Grande apontou quaisquer tipos de problemas. Inclusive algumas famílias reforçaram os aspectos positivos, com relatos como o apresentado por um informante:

[...] negativo não, só positivo, e bastante. Trabalhar com o turismo é uma das maiores faculdades do mundo.

⁶ Porque nas famílias ainda se fala o português inculto.

Ou depoimento como:

[...] cada dia gosto mais.

Porém, as dificuldades encontradas para trabalhar com o turismo rural ainda são grandes. Verifica-se que existem ainda muitos desafios a serem trabalhados com as famílias rurais de Praia Grande. Os entrevistados relataram que é muito difícil trazer turistas porque a maioria das pessoas que visitam o município vem de muito longe, o que acaba inviabilizando a comercialização dos seus produtos ou serviços nas regiões de origem de seus clientes, além das dificuldades financeiras encontradas pelos agricultores em fazer as melhorias nas propriedades.

Também há uma certa insegurança por parte das famílias rurais no atendimento ao turista, conforme pode ser atestado através do depoimento do entrevistado:

[...] às vezes queremos explicar de um jeito e as palavras não saem.

O fator climático também é destacado porque prejudica a atividade na região, em função dos altos índices de chuva que ocorrem durante todo o ano. Porém, os maiores desafios encontrados entre as famílias que trabalham com o turismo rural em Praia Grande são: a falta de divulgação dos empreendimentos, a quase ausência de comunicação com guias, pousadas e agências receptivas (que poderiam trabalhar em parceria) e a forma como a política pública conduz o turismo no município, apoiando ainda de forma inadequada os empreendimentos.

Outros fatores apontados pelo grupo de entrevistados de Praia Grande se referem à gestão dos empreendimentos. Alguns relatam a falta conhecimento, de experiências e de como fazer as coisas funcionarem bem na propriedade em relação aos custos e também a respeito de melhores formas de divulgação.

Um dos entrevistados relatou:

[...] trabalhar no recebimento de pessoas é complexo porque não é um produto que se compra no mercado.

O que pode se perceber com o depoimento é que alguns empreendedores que trabalham com o turismo rural têm dificuldades em lidar com o público e de trabalhar na atividade. Isso se dá porque historicamente a maioria dos agricultores trabalhava apenas para a produção de alimento. A comercialização de seus produtos se dava diretamente com os atravessadores, empresas e/ou cooperativas e, portanto, na maioria das vezes não tinham a necessidade de atender diretamente ao público.

Já na atividade turística, o agricultor não pode ficar apenas atrelado a sua atividade na propriedade e lidar apenas com o acolhimento do turista. O produtor rural necessita se tornar um empreendedor de turismo rural, buscando entender e operar com o mercado, promovendo ações que divulguem o seu empreendimento e a sua prestação de serviço.

Desta forma, avalia-se que muitos são os benefícios que o turismo rural está trazendo para o município de Praia Grande. Existe uma motivação das famílias em continuar atuando na atividade, porém, persistem dúvidas e necessidades a serem superadas para o desenvolvimento pleno da atividade.

Buscando complementar as análises realizadas até o momento e objetivando compreender de forma mais aprofundada a visão dos extensionistas nos municípios pesquisados, a próxima seção irá descrever a visão dos agentes das entidades de assistência técnica sobre o trabalho por eles desenvolvido direcionado ao turismo rural.

4.2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E A EXTENSÃO RURAL NO TURISMO RURAL: O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PELOS TÉCNICOS

Iniciaremos esta seção com a apresentação breve do perfil dos técnicos que atuam no desenvolvimento do turismo rural.

4.2.1 Perfil dos técnicos que atuam junto às famílias pesquisadas

O perfil profissional do extensionista da EMATER pesquisado em Nova Esperança do Sul é: possui aproximadamente 20 anos de atuação junto à entidade, é engenheiro florestal de profissão e atualmente ocupa o cargo de chefe de escritório municipal.

No escritório da EMATER em Rolante, a extensionista tem 15 anos de trabalho junto à entidade, é estudante do curso de Bacharelado em Turismo e está ocupando o cargo de chefe de escritório municipal.

O perfil técnico do extensionista da ACEVAM assim se apresenta: sua profissão é técnico em turismo e estudante de geografia e está trabalhando há 6 anos como auxiliar administrativo na entidade.

Como se pode observar, apenas um dos profissionais é do ramo das Ciências Agrárias, enquanto os demais possuem formação em turismo, o que representa uma transformação importante nos profissionais que exercem a assistência nas instituições.

4.2.2 O Planejamento para a assistência técnica e extensão rural no turismo rural

Nas diversas entrevistas realizadas, buscou-se compreender como se planejou a organização dos trabalhos das entidades de assistência técnica e extensão rural para apoiar as famílias no desenvolvimento do turismo rural.

Contudo, é imprescindível ter conhecimento que:

Embora costumemos falar sobre etapas do processo de planejamento [...] devemos sempre nos lembrar de que o processo nunca é totalmente linear (isto é, A que leva a B, que leva a C, que leva a D e retorna a A). Há feedback, ajustes e mudança constante entre todos os componentes do processo (HALL, 2004, p.114).

Portanto, como foi constatado no referido estudo, o processo de planejamento de cada entidade pesquisada teve uma estratégia de ação diferenciada.

No que se refere ao processo de sensibilização das famílias para o desenvolvimento do turismo rural, a ACEVAM fez reuniões nas comunidades de Praia Grande, convocando todas as famílias para apresentar a atividade de turismo. Já a extensionista da EMATER do escritório de Rolante apontou o turismo como uma alternativa nas reuniões de debate sobre o Desenvolvimento Rural Sustentável, e em Nova Esperança do Sul, buscou-se articular lideranças locais, entre eles, algumas famílias rurais para receber o repasse do PNMT na região e que posteriormente foi multiplicado para dentro do município.

Os métodos e estratégias utilizadas para sensibilizar as famílias foram articulados pela ACEVAM através do convite aos agricultores interessados para fazer uma visita técnica na localidade da Estrada Bonita, no município de Joinville, SC, onde foram apresentadas as atividades turísticas locais, ou seja, colocou-se frente a frente futuros empreendedores com aqueles que já desenvolviam o turismo rural.

O mesmo método foi aplicado pela EMATER Rolante: foram realizadas duas visitas técnicas com as famílias rurais, porém a entidade convidou as famílias de Boa Esperança para participar de um curso de turismo rural promovido pela entidade no município, o qual teve a participação de alguns integrantes que atualmente fazem parte do Caminho das Pipas.

No caso do município de Nova Esperança do Sul, a estratégia usada foi convidar várias pessoas envolvidas em setores da sociedade e famílias rurais para participar das oficinas de planejamento. Esta estratégia foi utilizada para fazer o

planejamento turístico como um todo e não para o turismo rural especificamente. Analisando o perfil do extensionista, pode-se dizer que este planejamento esta de certa forma coerente com a formação do técnico de extensão de Nova Esperança do Sul.

No trabalho de assistência técnica, no que se refere a cronogramas, todas as entidades responderam que tinham um cronograma para executar, porém cada região apresentou um método para desenvolver o seu trabalho. A ACEVAM tinha um cronograma que não obedecia ao tempo da comunidade e sim ao do projeto. Como tinha um projeto financiado através de políticas públicas, a entidade teve que criar um cronograma para três anos e executá-lo dentro do prazo. A EMATER de Nova Esperança do Sul teve um cronograma mais amplo para o planejamento, não entrando no método da execução de ações ou atividades com as famílias beneficiadas. Segundo o extensionista entrevistado, a entidade fez uma previsão para fazer a sensibilização, desenvolver um planejamento bem estruturado de ações práticas, ministrar palestras e fazer um seminário regional de turismo rural em uma das comunidades do município, todas as atividades foram realizadas dentro do prazo determinado.

Já a EMATER Rolante estruturou seu cronograma dentro dos prazos propostos pelo planejamento de projetos de desenvolvimento rural sustentável, cujo principal objetivo era legalizar as cantinas. De acordo com a entidade, o cronograma foi obedecido através do agendamento de cursos e visitas técnicas para a fiscalização ambiental, técnica e tributária para as famílias, a fim de repassar orientações de melhorias para as mesmas.

No que se refere a financiamentos externos para garantir apoio aos beneficiários, apenas a ACEVAM foi beneficiada por dois projetos, através de editais públicos. Um dos editais foi obtido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), através do Subprograma Projetos Demonstrativos da Mata Atlântica (PD/A), cujo projeto chama-se Práticas Sustentáveis de Agroecoturismo no Contexto da Mata Atlântica, que teve o seu período de execução entre 2006 e 2009. Outro projeto apoiado por iniciativa de políticas públicas foi o Edital de chamada pública de turismo de base comunitária, cujo nome foi “Turismo de Base Comunitária na área de influência dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral”, e teve seu prazo de execução entre os anos de 2009 e 2010.

As outras entidades usaram recursos próprios para incentivar o

desenvolvimento do turismo. Segundo o relato do extensionista de EMATER de Nova Esperança do Sul, a única forma de recebimento de recursos que se teve em todo o processo foi através de doações de caneta, papel e pastas dos agentes financeiros locais que apoiavam as ações, cursos e/ou eventos promovidos pela entidade.

Sobre as técnicas utilizadas para implementar as ações de turismo, a ACEVAM focou na realização de cursos, reuniões e viagens de intercâmbio. A entidade realizou cinco cursos e uma visita técnica na região do Alto Uruguai dos Estados do Rio Grande do Sul e Oeste Catarinense, proporcionando a visita a algumas propriedades de agricultores familiares que recebem turistas, além de mostrar outras iniciativas de produção agroecológica.

Já a EMATER de Rolante aplicou o Diagnóstico Rural Participativo – DRP, e através de suas análises, planejou as ações. Porém, o foco era principalmente a qualidade dos produtos, do saneamento e da preservação do meio ambiente, ou seja, o turismo rural não estava no centro do processo de planejamento.

Em Nova Esperança do Sul a entidade enfatizou a realização das Oficinas do PNMT, que discutia as ações de turismo. A instituição incentivou o método “Clube da Integração” de troca de experiências, que teve a duração de dois anos. Uma vez por mês realizava-se uma reunião itinerante em uma propriedade rural, onde a família apresentava a sua propriedade, seus produtos e serviços para que o grupo presente fizesse uma análise e discutisse as atividades.

O que foi percebido no referido estudo é que não existe uma fórmula para desenvolver o planejamento de todas as ações de turismo rural. As entidades pesquisadas buscaram atuar dentro de algumas necessidades que apontaram como interessantes para executar tais atividades.

4.2.3 Formação de lideranças para a assistência e extensão rural

No quesito formação de lideranças, a pesquisa apontou que as entidades de ATER que possuem um trabalho de assistência técnica continuada buscam desenvolver ações que identifiquem lideranças locais para ajudar o extensionista no

desenvolvimento das ações, o que não ocorre com entidades que buscam desenvolver projetos dentro do prazo determinado.

No estudo realizado, a ação da EMATER de Rolante identificou as lideranças através de reuniões e auxiliou a comunidade na criação da associação comunitária com a escolha de seu presidente. Segundo a extensionista entrevistada, foram identificados os chamados “líderes natos”, que foram convidados a se engajar nas ações em conjunto com a comunidade. Outra ação desenvolvida foi a valorização do jovem rural, que na comunidade de Boa Esperança é um público importante. A extensionista relatou que através deste movimento de incentivo a criação de líderes houve o estímulo para que alguns jovens assumissem certas responsabilidades e que nitidamente foi constatado que os mesmos ganharam mais respeito tanto pela comunidade como por suas próprias famílias.

Atualmente existe no município de Rolante um grupo de trabalho não formalizado na comunidade de Boa Esperança que discute formas conjuntas de participação em eventos, como também alguns problemas existentes, principalmente em tempo de crise relativa ao preço de safra da uva ou ao preço dos vinhos.

Já a EMATER de Nova Esperança do Sul buscou incentivar a participação dos atores locais que representam outras entidades e/ou órgãos públicos e produtores rurais, para que todos auxiliassem no desenvolvimento do turismo. Segundo o extensionista, através dos encontros para o planejamento do PNMT, foram discutidas e designadas atividades aos gestores locais e aos produtores rurais para que assumissem papéis de lideranças no desenvolvimento de ações em suas comunidades.

No município de Praia Grande, os projetos desenvolvidos pela ACEVAM não possuem ações que identificam ou trabalham a formação de líderes dentro do prazo do projeto. Segundo informações do extensionista da entidade, este tipo de ações não estava prevista no plano de trabalho do projeto.

A formação de lideranças deve ser bem analisada nas organizações de extensão pois quase sempre haverá um número reduzido de extensionistas que serão responsáveis por inúmeras famílias. Para (OAKLEY E GARFORTH,1992 p.127) os dirigentes locais podem ser um apoio extremamente valioso para o agente extensionista, de várias maneiras. “Podem assumir a responsabilidade de certas atividades; ajudar a organizar grupos locais de extensão; ajudar diretamente na difusão de novas idéias e práticas e de um modo geral servir de ponto de contato

entre os agentes e os agricultores”, na concepção difusionista de extensão rural.

O que se percebe é que a entidade que possui projetos com tempo determinado para seu encerramento não incentiva nenhuma liderança local entre os agricultores a abrir um debate sobre o desenvolvimento do turismo no município e de poder dar continuidade nos processos iniciados. O que se pode constatar é que, com o encerramento do projeto, provavelmente se terá deixado apenas um pequeno legado para as pessoas que queiram continuar trabalhando para o desenvolvimento do turismo em sua comunidade.

Já a entidade que possui uma assistência técnica continuada, neste caso a EMATER, incentiva a promoção de líderes locais para auxiliar no processo de desenvolvimento dos projetos e para que estes tenham a sustentabilidade desejada. O que se percebe é que as entidades que possuem uma assistência técnica continuada incentivam e tentam construir um corpo técnico para que este auxilie o extensionista no desenvolvimento do projeto.

4.2.4 Realização de visitas técnicas e cursos de capacitação

Considera-se que, para o desenvolvimento de ações de turismo rural, é importante incentivar o agricultor a experimentar diferentes iniciativas de outras comunidades que já estão trabalhando com o turismo rural. Desta maneira, é importante incentivar os beneficiários a conhecerem outros roteiros ou empreendimentos que estão desenvolvendo a atividade. A pesquisa possibilitou averiguar que as entidades de ATER incentivaram, de alguma maneira, o desenvolvimento de visitas técnicas a outros roteiros para apresentar aos beneficiários como é trabalhada a atividade.

Segundo o extensionista da ACEVAM, nos projetos desenvolvidos foram orçadas 2 visitas técnicas a roteiros de turismo rural, sendo um deles para o município de Joinville - SC, na localidade de Estrada Bonita e outra na região do Alto Uruguai - RS e Oeste Catarinense, nos municípios de Concórdia, Três Arroios e Marcelino Ramos onde foi visitado o roteiro Caminhos da Agricultura Familiar.

A extensionista da EMATER de Rolante relatou que os agricultores foram

convidados a conhecer várias iniciativas nos estados do RS e SC, entre elas o roteiro Caminhos de Pedra, no município de Bento Gonçalves, a Rota Colonial Morro Azul no município de Três Cachoeiras, a Rota do Café Campeiro no Município de Triunfo e a Rota Baunschweis de Dois Irmãos no Estado do Rio Grande do Sul e a Acolhida na Colônia no município de Santa Rosa de Lima, em SC, fazendo com que os agricultores que estavam se inserindo na atividade tivessem diferentes olhares acerca de propriedades rurais que se estruturaram para o recebimento dos visitantes.

Já o trabalho desenvolvido pela EMATER de Nova Esperança do Sul promoveu uma visita técnica pelo o roteiro Caminhos de Pedra, no município de Bento Gonçalves, mas segundo o extensionista, poucas famílias de agricultores foram beneficiadas. A visita técnica acabou sendo realizada com lideranças locais com o objetivo de que estes se apropriassem do assunto para futuramente repassar um pouco de conhecimento relativo à atividade turística. O extensionista relatou que também foram realizados circuitos internos dentro da rota turística Caminho das Origens⁷, sendo feito percursos em todos os municípios da Rota, mas sem muita participação dos agricultores que estavam iniciando a atividade de turismo rural.

No que se refere às capacitações, a pesquisa apontou que a entidade que trabalha com recursos de política pública enfatizou a realização da capacitação. Esta qualificação é direcionada aos produtos e serviços ofertados pelas mesmas.

Segundo o extensionista da ACEVAM, a entidade beneficiou a comunidade através de oferecimento de cursos de capacitação, totalizando aproximadamente 160 horas de atividades. Os cursos levados aos beneficiados foram: turismo e agroecologia, acolhida na agricultura familiar, formação de roteiros, gestão empresarial e gastronomia.

Já a EMATER de Rolante apoiou o desenvolvimento de uma capacitação em turismo rural com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), um com carga horária de 144 horas, além de capacitações em reaproveitamento de alimentos que foram realizadas no centro de treinamento da Fazenda Souza em Caxias do Sul. O restante dos cursos foi apoiados pela EMATER, porém foram ministrados por outras entidades que auxiliaram no processo de desenvolvimento da

⁷ A Rota Caminho das Origens é constituída por 11 municípios que fazem parte do Consórcio intermunicipal de turismo. Os associados são: Bossoroca, Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Pedro do Sul, São Miguel das Missões, São Luiz Gonzaga.

comunidade de Boa Esperança, entre eles o SENAR que ministrou os cursos de Gerenciamento de Propriedade Rural, de Turismo Rural - Identificação e Seleção de Oportunidades de Negócio, Planejamento e Implantação de Pousadas e Restaurantes Rurais e o Curso de Acolhida no Meio Rural. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) ministrou uma capacitação em elaboração de vinhos, através do estímulo da EMATER.

O trabalho desenvolvido no município de Nova Esperança do Sul não teve os mesmos resultados quanto ao incentivo na capacitação de pessoas para o desenvolvimento do turismo rural.

Segundo o extensionista entrevistado, as oficinas desenvolvidas no município foram as que mais se aproximaram das capacitações realizadas pelas outras entidades pesquisadas, onde uma série de assuntos foi discutido, porém nenhum tema foi aprofundado.

Pedron (2007) afirma em estudo desenvolvido com os empreendedores de turismo rural no município de São José dos Ausentes no Estado do Rio Grande do Sul, que:

[...] através dos cursos de capacitação, as famílias ficaram mais seguras e confiantes para recepcionar os turistas. Isso fez com que os empreendedores se motivassem a iniciar suas experiências com grupos de visitantes (PEDRON, 2007, p.58).

Desta forma, nos municípios pesquisados que obtiveram ações de capacitação para o turismo rural podem obter melhores resultados aos seus beneficiários, levando informações sobre o desenvolvimento da atividade, esclarecendo as dúvidas e fornecendo mais segurança para o agricultor familiar trabalhar com esta atividade turística.

4.2.5 Pesquisa de mercado para o desenvolvimento do turismo rural, pela assistência técnica e extensão rural

De acordo com a Associação Nacional de Empresas de Pesquisa (ANEP), a pesquisa de mercado é a coleta sistemática, o registro, a classificação, a

análise e a apresentação objetiva de dados sobre hábitos, comportamentos, atitudes, valores, necessidades, opiniões e motivações de indivíduos e organizações dentro do contexto de suas atividades econômicas, sociais, políticas e cotidianas.

Porém, constatou-se na que as entidades de ATER ainda não planejaram desenvolver nenhum tipo de pesquisa de mercado para analisar o comportamento dos turistas que estão no destino para verificar as necessidades dos mesmos, tampouco se preocuparam em fazer uma pesquisa com operadores ou agências de turismo (que basicamente comercializam os destinos) dos produtos turísticos que estão ofertando.

Também foi constatado na pesquisa desenvolvida que a EMATER de Nova Esperança do Sul e de Rolante e a ACEVAM de Praia Grande ainda não buscaram avaliar os produtos e serviços dos empreendimentos em que estavam prestando assistência técnica.

Constata-se que este tipo de ação precisa ser melhor difundida dentro das entidades de assistência técnica e extensão rural que foram pesquisadas, buscando apresentar ferramentas para que se possam auxiliar as instituições a buscar fontes e dados para conhecer o mercado consumidor, calcular a demanda turística nos empreendimentos que assessoram, avaliar o grau de satisfação dos turistas e das famílias que atuam com o turismo rural, além de identificar e dimensionar os problemas ou necessidades dos visitantes.

4.2.6 Métodos e estratégias de assistência técnica e extensão no turismo rural

O planejamento para o desenvolvimento de atividades tem a favor uma ação consertada para a assistência técnica. Neste sentido, uma das atividades necessárias é a construção de um plano de ação com as famílias beneficiadas para que, afinal, as mesmas tenham mais segurança das ações que irão desenvolver e, se for necessário, corrigir o tempo e as “distorções” no percurso tendo em vista o alcance dos objetivos e metas traçados.

Nos municípios pesquisados, nenhuma das entidades desenvolveu um plano com as famílias. A desconsideração deste aspecto é regra quase geral, exceto no caso do extensionista de Nova Esperança do Sul que informou ao pesquisador

que foi construído um plano de ação para as famílias, porém informalmente, onde se propuseram algumas práticas para apenas algumas famílias, e não para todos os envolvidos.

Sobre o planejamento para a criação de uma política de formação de preço com as famílias que atuam ou irão atuar com a atividade de turismo, os resultados obtidos permitem constatar que nenhuma entidade de assistência técnica pesquisada trabalhou com os beneficiários neste assunto. Todos os agricultores que trabalham com o turismo rural estão sem a orientação de quanto tempo gastam para adequar a propriedade para o recebimento de visitantes, o que ofertar a eles, como negociar com as agências de viagens e operadoras de turismo as porcentagens de ganho, quanto cobrar por uma hospedagem, alimentação, o preço de ingresso e a condução do visitante pela propriedade.

Sobre a continuidade da atividade de apoio ao recurso estudado, pode-se perceber que existe uma constante preocupação em se continuar auxiliando as famílias no desenvolvimento do turismo rural. A ACEVAM, por exemplo, continua trabalhando no apoio das famílias que foram pesquisadas. Atualmente a entidade contratou um técnico para atuar no projeto de política pública para junto às famílias. O técnico está construindo um plano de ação com o intuito de planejar as atividades nas propriedades, a formação de um valor de ingresso e novos métodos de comercialização das atividades desenvolvidas dentro das propriedades rurais. Outra abordagem que vem sendo apoiada pela entidade de ATER é a inclusão das famílias na divulgação junto ao *trade* turístico e nas discussões de reuniões e seminários regionais específicos de turismo.

Já a EMATER de Rolante está apoiando o SENAR em novas capacitações, incentivando a legalização do suco de uva de algumas cantinas e prestando assistência individual para a melhoria dos espaços e arredores das propriedades a fim de auxiliar na ambientação das mesmas. Já a EMATER de Nova Esperança do Sul não deu continuidade à atividade de assistência técnica, alegando a falta de demanda. Ou seja, a maioria dos agricultores deste município que atuam na atividade não procurou a entidade e nenhum novo empreendedor de turismo rural surgiu para que fosse dado o apoio necessário ao desenvolvimento do turismo rural. Neste sentido, verificou-se que existe no município um clima de desestímulo ao andamento da atividade, fazendo com que não haja interesse pelo ingresso de novos agricultores na atividade turística.

4.2.7 Acesso ao crédito aos empreendedores de turismo rural, facilitados pela assistência técnica e extensão rural

Dentro das ações de acesso ao crédito, percebe-se que as entidades que trabalham com assistência técnica continuada estão preocupadas em repassar informações às famílias rurais referentes às linhas de crédito que podem beneficiar os agricultores familiares.

Segundo os extensionistas da EMATER de Rolante e Nova Esperança do Sul, foram apresentadas as linhas de crédito aos beneficiários em reuniões individuais ou nos encontros nas comunidades. Conforme o entrevistado, dois agricultores acessaram o crédito, um com a finalidade de construir cabanas e outro para construir um restaurante/lancheria no meio rural. Segundo o extensionista, foi realizado um trabalho junto ao Banco do Brasil para que fosse esclarecido e liberados os recursos do PRONAF Turismo Rural para as famílias enquadrados nos critérios da instituição que tivessem o interesse utilizá-lo na propriedade.

A extensionista de Rolante relatou que fez encontros individuais e abordou o assunto em palestras. Àqueles que mostravam maior interesse, a extensionista agendava encontros individuais para repassar informações mais detalhadas.

Segundo a entrevistada, existem no município muitas dificuldades do banco em esclarecer aos agricultores sobre as linhas de crédito para o turismo, pois segundo a técnica, esta linha é um problema, porque além da falta de compreensão dos agentes financeiros, este tipo de assunto é pouco debatido dentro da própria EMATER que ainda precisa ter mais informações sobre como acessar este recurso para posteriormente repassar às famílias rurais.

Já a ACEVAM, não abriu nenhum tipo de discussão sobre linhas de crédito em turismo rural com os beneficiários do projeto. Segundo o extensionista, a entidade não se atentou em dar esse tipo de apoio e informação para as famílias e nem com as empresas financiadoras de crédito do município. Assim, pode-se afirmar que em Praia Grande não se divulgou as informações de como se pode acessar o crédito para as famílias rurais.

4.2.8 Parcerias no desenvolvimento da atividade de assistência técnica extensão rural

Para o desenvolvimento de parcerias, os resultados da pesquisa permitem evidenciar que todas as entidades de assistência técnica buscaram fortalecer suas ações através dessa prática, evidenciando o que é apontado por Long e Nuckolls (1994, p.30), que nenhuma agência de assistência técnica, seja ela pública ou privada, podem satisfazer as necessidades de todos os grupos interessados no desenvolvimento de turismo, no entanto, combinando os recursos, uma variedade de fornecedores de assistência técnica e desenvolvimento de parcerias de longo prazo, progressos importantes podem ser feitas para a satisfazer as necessidades locais.

Na entrevista realizada com a extensionista da EMATER de Rolante, a mesma relatou que o projeto foi apoiado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, que desempenhava mais um papel de representação e apoio à atividade, além da prefeitura municipal de Rolante, através da sua Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo que apoiou financeiramente na melhoria da infra-estrutura na comunidade e aportou recursos para divulgar e financiar o transporte dos beneficiários para feiras e eventos.

Um apoio semelhante teve a EMATER de Nova Esperança do Sul. Segundo o extensionista, era a prefeitura municipal que dava apoio e estimulava o grupo. A Secretaria de Turismo era a entidade mais envolvida no processo de mobilização comunitária.

Já a ACEVAM recebeu apoio institucional da Prefeitura Municipal, além de auxiliar na divulgação e valorização da atividade no município. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), auxiliou na divulgação do projeto e a EPAGRI, forneceu orientações técnicas a entidade, além da Associação Praia Grandense de Condutores para o Ecoturismo (APCE), que apoiou na divulgação das propriedades que recebem visitantes.

4.2.9 Promoção e marketing na assistência técnica e extensão rural para o turismo rural

Dentro das ações de promoção e marketing, a pesquisa apontou que todas as entidades de assistência técnica estão preocupadas em divulgar a sua própria imagem junto às iniciativas de turismo rural. Todos os entrevistados fizeram previsões no planejamento da assistência técnica relacionando o tema da promoção/divulgação dos roteiros ou dos empreendimentos turísticos apoiado por eles. O que é assegurado por Wilson; et al, (2001, p.136), onde relatam que “esse tipo de informação e assistência técnica é especialmente importante para o desenvolvimento do turismo porque pequenas comunidades geralmente não possuem dinheiro suficiente para contratar expertise ou subsidiar profissionais”.

Wilson; et al (2001, p.136) observaram que assistência técnica e a informação para o desenvolvimento do turismo podem dar confiança e incentivo para as pessoas das localidades para desenvolver e promover o turismo por elas mesmas. Contudo, enfatizam que o valor da informação e da assistência técnica de fontes externas, a necessidade de agências centrais organizadas e de conselhos podem ajudar a fornecer informação e assistência técnica para o turismo em níveis regional e estatal.

Na pesquisa realizada no município de Rolante, a extensionista da EMATER, buscou desenvolver uma estratégia de participar de eventos de expressão regional com os beneficiários divulgando o Caminho das Pipas. A entidade apoiou o grupo em eventos como Exposição Internacional de Animais do Rio Grande do Sul, (EXPOINTER) em evento de turismo na FACCAT, em eventos municipais de municípios vizinhos e no Seminário Regional da EMATER na região de Porto Alegre, contando com a participação de 466 municípios do Estado do Rio Grande do Sul e em eventos locais como Rolantefest e Festa das Cucas. Também usou o Programa de Televisão da EMATER, chamado de “RS Rural” como forma de aumentar a divulgação das cantinas de Rolante e do trabalho da entidade.

Outro método utilizado para promover o turismo do Caminho das Pipas, foi inserir fotos das cantinas junto aos produtos agroindustriais do “Sabor Paranhana” nas gôndolas de supermercados.

A imprensa local também foi uma grande parceira da EMATER Rolante no desenvolvimento de uma imagem para o turismo do município. Segundo a extensionista entrevistada, a mídia impressa foi grande aliada deste projeto, principalmente os jornais, como o “Folha do Sapateiro”, “Jornal NH”, o “Correio Popular” e a “Folha Rolantense” publicando matérias sobre o Caminho das Pipas. Outro meio de divulgação foi a Revista Caminhos do Sul. Além disso, a extensionista foi convidada para dar entrevista na rádio comunitária de Rolante para falar das ações desenvolvidas com a comunidade de Boa Esperança.

No que se refere à promoção e marketing desenvolvido pela EMATER de Nova Esperança do Sul, a entidade teve a parceria do Consórcio de Municípios que buscou desenvolver as atividades de turismo na região. Segundo o entrevistado, este projeto trouxe uma maior divulgação do município como um todo nos meios de comunicação, com inserções na RBS de Santa Maria, no programa da Rede Vida e na Programa da EMATER, RS Rural. Além disso, conseguiram criar cartões postais como forma de divulgação dos atrativos do município.

No que se diz respeito à promoção de inauguração dos empreendimentos turísticos, nenhuma das entidades pesquisadas se preocupou em criar um marketing positivo com as famílias que se inseriram nas atividades, não estimulando nenhuma divulgação dos empreendimentos/ roteiro turístico nos municípios pesquisados.

O que se conclui é que os empreendimentos que inauguraram durante o período em que a entidade estava prestando assistência às famílias abriram suas portas sem “chamar a atenção” dos gestores municipais e da imprensa, fazendo com que o novo empreendimento não recebesse a atenção de mídias espontâneas da imprensa local e regional que poderiam ter divulgado o novo atrativo turístico do município. A entidade deixou de reforçar a sua imagem enquanto instituição que auxilia os agricultores no desenvolvimento das atividades de turismo rural.

No que se refere ao apoio da imprensa, a entidade teve como parceira a imprensa local com inserções em meios de comunicação nas emissoras já citadas, em programas de rádio comunitária e em programas da prefeitura municipal. A cobertura da mídia também ajudou na divulgação do projeto, com inserções principalmente nos jornais “Expresso ilustrado” e “Folha regional”, os dois editados no município de Santiago.

Segundo o extensionista, a entidade buscou a promoção e divulgação do turismo municipal em eventos regionais, levando o projeto do município para a EXPOINTER em Esteio/ RS e também em outro evento que ocorreu no município de Tramandaí. Porém, não foi promovida nenhuma ação específica por parte da entidade que auxiliasse as famílias que estão trabalhando com o turismo. Segundo as informações obtidas junto ao técnico, a EMATER não orientou nenhum agricultor sobre os tipos e as formas de promoção e divulgação de seus empreendimentos.

O que se pode concluir a partir das informações recolhidas é que a entidade desenvolveu um trabalho de divulgação do roteiro levando a informação de como são desenvolvidos os projetos da EMATER. Porém, os beneficiários e os empreendimentos de turismo rural, tiveram pouco contato com esse tipo de orientação, o que é essencial para o desenvolvimento das ações da família no turismo rural.

Já a ACEVAM criou estratégias de promoção principalmente focadas na criação de folheteria e participação de feiras e eventos de turismo e agricultura familiar. Segundo o extensionista, a entidade participou, divulgando o projeto no Salão de Turismo em São Paulo, no Salão Catarinense de Turismo em Florianópolis e na Feira da Agricultura Familiar em Joinville/SC. Outra estratégia usada para divulgar os empreendimentos de turismo foi levar a informação para os empreendedores de meios de hospedagem do município, para que os mesmos repassem aos seus clientes outras opções de lazer.

A entidade captou recursos para fazer as placas de identificação das propriedades que serão colocadas na entrada de cada empreendimento beneficiado pelo projeto que está trabalhando com o turismo. Porém, os projetos executados não tiveram um plano de trabalho para reforçar a imagem das famílias beneficiadas e da própria ACEVAM com a imprensa local, diferentemente das ações desempenhadas pela EMATER – RS nos projetos em Rolante e Nova Esperança do Sul.

Pode-se concluir, a partir das informações coletadas e analisadas, que a ACEVAM divulga pouco as suas ações para a população local, tampouco apresenta os benefícios que a entidade pode trazer para os agricultores e para a comunidade da região, fazendo com que as pessoas deem pouca importância do trabalho que a entidade vem realizando.

4.2.10 O processo de auto-avaliação das atividades realizadas pelos técnicos

Nesta seção se discute a visão dos extensionistas em relação às ações de turismo em seu município. A extensionista da EMATER de Rolante relatou que o turismo trouxe benefícios para os agricultores como: o resgate cultural que estava se perdendo dentro da comunidade, a melhoria da auto-estima das famílias devido o incremento de renda, o interesse dos jovens em permanecer nas propriedades trabalhando em conjunto com as famílias. Além disso, percebeu que os agricultores estão orgulhosos de morar na comunidade (valorização do rural). Sobre os aspectos negativos, a extensionista não identificou nenhuma resposta negativa sobre a atividade junto às famílias.

Em relação aos benefícios que o turismo trouxe à EMATER, a extensionista relatou que a atividade construiu uma imagem da entidade, porque o trabalho no município vem sendo reconhecido por instituições locais como a Prefeitura e o Sindicato dos Trabalhadores. O desenvolvimento de ações de turismo rural reforçou a integração com a própria EMATER, que começou a valorizar as ações de turismo devido à resposta positiva do trabalho realizado junto às famílias.

As maiores dificuldades encontradas pela EMATER Rolante para desenvolver esse tipo de assistência foram a falta de conhecimento técnico no início para colocar em prática as ações que estavam sendo planejadas, o descrédito das pessoas em relação à atividade de turismo e a falta de apoio da política pública local para ações que vão além da assistência técnica, como a melhoria da infra-estrutura na a comunidade como, por exemplo, conservação das estradas e apoio na instalação de telefonia.

A extensionista também mencionou que atualmente as famílias beneficiadas estão numa situação melhor do que antes de se inserirem na atividade. Destacou que as pessoas estão mais capacitadas, adquiriram melhor conhecimento desde o início do processo, se tornaram mais seguras e que muitas pessoas da comunidade e cresceram pessoalmente. Além disso, enfatizou que com o turismo as pessoas estão auxiliando mais nos projetos da comunidade. Segundo a informante, pode-se perceber que neste momento, o fator financeiro não é mais o principal fator que os motiva a continuar na atividade.

Em Nova Esperança do Sul, as ações desenvolvidas pelo projeto fizeram com que os balneários tivessem um crescimento da mobilização, principalmente com o público local. Segundo o extensionista, atualmente o proprietário do Balneário Pivotto está se dedicando basicamente a esta atividade.

Na Casa da Família Ferrari, onde se vende casacos em couro, produziu-se e vendeu-se mais no período, porém com a desarticulação do turismo no âmbito regional e também municipal, atualmente as vendas voltaram aos patamares antigos.

Já o atrativo turístico Gruta Subterrânea Nossa Senhora de Fátima, segundo o técnico entrevistado, era um ponto que já tinha um padrão de fluxo de visitação e manteve recebendo muitos visitantes. No caso da pousada, esta teve um significativo aumento de hóspedes.

No que se refere aos aspectos negativos, o extensionista avaliou que o fluxo não foi muito alterado a fim de se criar um impacto negativo para os beneficiários, porém cabe destacar que a falta de fluxo pode servir como um aspecto negativo, já que estas famílias foram incentivadas a trabalharem com o recebimento de visitantes, e a baixa atração de turistas pode gerar frustração aos beneficiários.

Segundo as informações fornecidas pelo extensionista este trabalho trouxe uma imagem positiva para a EMATER porque a entidade está muito vinculada ao desenvolvimento das atividades agrícolas e os beneficiários sentiram o envolvimento da entidade neste processo, o que demonstrou a possibilidade de se atuar em outras frentes, fato que jamais se vislumbrou numa atuação da extensão rural.

Sobre os maiores entraves encontrados pela entidade para desenvolver esse tipo de assistência, este foi à limitação do tempo, porque o agente de extensão geralmente trabalha em vários projetos e “não” pode se dedicar em tempo integral para o desenvolvimento do turismo rural.

Segundo o entrevistado, os extensionistas que se propõem a trabalhar neste tipo de projeto têm que dividir seu tempo com outras ações.

Sobre a atual situação do grupo beneficiado com o turismo no município, pode-se perceber que quase todos empreendedores estão trabalhando no turismo rural, porém as ações coletivas foram quase encerradas. As pessoas já não se identificam mais como grupo, as reuniões foram desarticuladas e as famílias que estão na atividade atuam individualmente. Os apoios diminuiram, porém, verificou-se

que eles vão continuar trabalhando com o turismo rural, sendo apoiados ou não pelas entidades que estiveram presentes nas fases iniciais do desenvolvimento da atividade.

Já o extensionista da ACEVAM mencionou que os benefícios que o turismo trouxe para as famílias foram principalmente relativos à agregação de renda e valorização pessoal dos agricultores que buscaram trabalhar na atividade de turismo rural.

Dentre os aspectos negativos, o técnico relatou que não foi avaliado profundamente, nem teve retorno dos beneficiários sobre o tema, mas percebeu que as famílias perderam um pouco a privacidade e houve alteração de sua rotina diária. Este trabalho trouxe uma maior visibilidade para a imagem da ACEVAM, conforme o relato do extensionista.

Sobre os entraves, o entrevistado da ACEVAM destaca a questão dos projetos, que “esfria” o processo da continuidade. Ele se refere ao fato de que os projetos oriundos de políticas públicas onde os recursos são encerrados apenas são reativados quando se assume recursos de outro projeto. Outro aspecto relatado é a grande demanda de trabalho da ACEVAM, com uma equipe limitada para executar, sendo que o turismo não é a prioridade de trabalho na entidade.

Segundo o extensionista, outros dois aspectos que dificultam o desenvolvimento das ações de turismo são: 1) a falta da demanda turística e, 2) os escassos recursos financeiros dos empreendedores para fazer as adequações e outros investimentos nas propriedades.

Atualmente já existem alguns agricultores que estão trabalhando com o turismo rural e estão obtendo retorno financeiro. Outros ainda estão na perspectiva de que o turismo atinja os objetivos esperados, porém no geral todos estão motivados.

Constatou-se, através da pesquisa, que as entidades de assistência técnica auxiliaram os agricultores, porém, cada uma usou uma estratégia distinta para executar as suas atividades, o que resultou em diferentes resultados no desenvolvimento do turismo rural nas comunidades atendidas, tanto para a imagem da instituição como no desenvolvimento do turismo rural para as famílias atendidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários pontos importantes foram identificados no decorrer do trabalho no que diz respeito às estratégias e ações desenvolvidas pelas entidades de assistência técnica e extensão rural para promover o turismo rural.

No que se refere ao processo de planejamento das ações das entidades de ATER para o desenvolvimento do turismo rural, o presente estudo aponta que nenhuma das instituições pesquisadas adota uma diretriz específica para o desenvolvimento da atividade. Cada ação desenvolvida é planejada pelo técnico extensionista, que busca perceber as necessidades das famílias e apoiar as ações com os recursos que possuem.

O estudo mostra que, para sensibilizar as famílias, dois dos agentes extensionistas articularam visitas técnicas em outras localidades para apresentar como a atividade de turismo rural foi organizada nestas comunidades. Porém, em um dos casos estudados buscou-se fazer oficinas de planejamento turístico convidando o máximo de representantes da política pública, sociedade civil e agricultores para buscarem alternativas para o turismo do município.

Em relação aos cronogramas traçados para o desenvolvimento da atividade de turismo rural, cada entidade apresentou um método para desenvolver o seu trabalho. Em um dos casos, o trabalho era desenvolvido no tempo da comunidade, avançando nas ações conforme as demandas que eram criadas. Porém, uma das instituições tinha que executar as ações conforme o que foi planejado no plano de trabalho do projeto, porque o mesmo era financiado por políticas públicas e tinha um tempo para finalizar.

Com relação às técnicas utilizadas para implementar as ações de turismo rural nos municípios pesquisados, percebe-se um distanciamento das entidades no desenvolvimento com relação à esta atividade. Uma das instituições estudadas focou seu trabalho na realização de cursos, reuniões e visitas técnicas. E em outro caso, aplicou-se o DRP e numa terceira situação a entidade realizou as Oficinas do PNMT.

No que tange as metodologias e estratégias utilizadas pelas entidades de ATER para o desenvolvimento do turismo rural, a pesquisa revelou que nenhuma das famílias entrevistadas recebeu assistência técnica específica para o

desenvolvimento de atividades de condução de turistas pela propriedade e tampouco receberam auxílio para o desenvolvimento de uma política de formação de preços dos produtos que estavam ofertando. A partir daí, pode-se concluir que as entidades não discutiram as ações individualmente com as famílias que estão se inserindo nas atividades de turismo rural e não há uma preparação dos agricultores pesquisados para receber os turistas que buscam visitar a propriedade.

Em relação ao aspecto liderança analisado neste estudo, a pesquisa mostra que nem todas as entidades buscam esse apoio nas comunidades rurais. A entidade que desenvolve uma assistência técnica continuada buscou identificar e trabalhar com as lideranças locais no intuito de construir um corpo técnico para auxiliar os extensionistas no desenvolvimento da atividade, o que não ocorreu com a entidade que trabalha com projetos de políticas públicas, revelando a falta de um trabalho específico para o fortalecimento de grupos de trabalhos ou associações para o turismo.

No que se diz respeito ao desenvolvimento de cursos de capacitação para o turismo rural, os resultados encontrados evidenciam que duas comunidades foram beneficiadas com tais atividades e tiveram os melhores resultados para o desenvolvimento do turismo rural. Pode-se constatar que as informações externas levadas para dentro das comunidades incentivam as pessoas e geram mais segurança em seu trabalho com a atividade turística.

Porém, no caso da pesquisa de mercado para o desenvolvimento do turismo rural, nenhuma das entidades pesquisadas desenvolveu tal atividade, o que leva a inferir que o turismo rural foi incentivado como uma atividade baseada no conhecimento dos técnicos e/ou da percepção (por parte dos extensionistas e dos agricultores) sobre a demanda dentro dos municípios pesquisados. Verifica-se que, sem tais informações, são grandes os desafios das famílias e dos agentes de assistência técnica em perceber o tipo de público que visita os empreendimentos de turismo e quais são as necessidades e carências dos turistas.

Já dentro das ações de acesso ao crédito, o estudo demonstra a importância de se levar tal informação para os agricultores que atuam no turismo rural e isso se deve ao interesse das entidades (principalmente as que atuam com assistência técnica continuada) em repassar essa informação aos agricultores que atuam com o turismo rural. Porém ainda falta informação aos extensionistas e das próprias financiadoras de crédito em entender esse tipo de processo.

No que se refere às parcerias, a pesquisa aponta que todas as entidades buscaram outros agentes para desenvolver as ações propostas, porém constatou-se que a maioria das parcerias foram articuladas nos municípios de origem e a função dos parceiros se resumiu ao âmbito representativo político-institucional, não desempenhando um papel específico de agente de desenvolvimento com ações definidas para apoiar as famílias que trabalham com o turismo rural.

Dentro das ações de promoção e marketing, o estudo comprova a importância deste tipo de ação para o desenvolvimento turismo rural nas localidades. A pesquisa revelou que todos os extensionistas estão preocupados em divulgar a imagem da entidade e das iniciativas de turismo, tanto que fizeram previsões e planejaram ações para promover e divulgar os roteiros ou empreendimentos turísticos apoiados por eles.

A pesquisa deixa clara as dificuldades dos extensionistas em desempenhar tais funções para promover o local, tanto que algumas ações atividades foram pouco trabalhados, tanto no auxílio às famílias como para a região.

Percebe-se que trabalhar com o turismo rural requer muitos esforços por parte dos agentes de assistência técnica e a pesquisa realizada comprova que trabalhar com a atividade requer empenho, tanto individual dos agentes de extensão, como também de um grupo que represente e trabalhe de forma concentrada para o desenvolvimento desta atividade.

Constata-se, a partir dos estudos desenvolvidos, que existem ações isoladas de apoio à atividade de turismo rural e que não existe uma diretriz das entidades de extensão rural que oriente os técnicos extensionistas a desenvolverem a atividade na sua área de atuação, não apresentando aos mesmos ferramentas que possam auxiliá-lo na prestação de assistência técnica no turismo rural.

Verifica-se que o turismo rural é uma atividade desafiadora e que a entidade que apóia esta iniciativa terá grandes dificuldades em auxiliar as famílias que estão inseridas nas atividades se estiver trabalhando isoladamente sem que haja ações sinérgicas com outras entidades.

Portanto, as ações para buscar desenvolver o turismo rural devem ser apoiadas por mais de uma entidade.

O ideal é trabalhar de forma interdisciplinar, contando com o apoio de várias organizações de trabalho onde todas estão cientes das atividades que irão desempenhar para sustentar a atividade de turismo rural na comunidade/região.

Devemos ressaltar que este estudo pode contribuir com as discussões do segmento de turismo rural, porém, destaca-se que a amostra realizada neste campo de pesquisa é relativamente pequena, talvez, se fossem entrevistados outros grupos, seriam obtidos resultados diferentes.

Cabe também ressaltar que a escassez de bibliografia sobre o assunto foi um desafio para o pesquisador, que teve seu estudo baseado no conceito de dois autores que abriram o debate sobre a assistência técnica no turismo rural.

Porém, acredita-se que esta contribuição apresenta algumas realidades que poderão ser aperfeiçoadas para o desenvolvimento das políticas públicas destinadas a atividade de turismo rural.

5.1 SUGESTÃO PARA AS ENTIDADES DE ATER

Como observado no decorrer do trabalho, os projetos desenvolvidos pelas entidades de ATER tem falhas no processo de gestão, não permitindo que se desenvolva um trabalho completo junto às famílias que apóiam a atividade. Compete-nos deixar algumas contribuições que possam auxiliar as entidades de assistência técnica no desenvolvimento do trabalho de campo.

A pesquisa revelou que falta um trabalho específico para o fortalecimento de grupos de trabalhos ou associações para o turismo. Propõem-se focar no auxílio aos grupos de empreendedores para criar esta estância de governança dentro de sua comunidade ou município. Tal procedimento pode ajudar as famílias a discutirem e planejarem ações de turismo na região como: criação de um grupo de discussão sobre políticas públicas voltadas para o turismo no município ou região; planejamento dos métodos de promoção do turismo; criação de materiais promocionais coletivos, como folder, banners, cartão de visita e páginas na internet, com o objetivo de diminuir custos.

Num segundo momento, com a criação de um grupo de trabalho e/ou associação, grupos de empreendedores poderão reivindicar melhorias, tais como: padronização de placas de sinalização turística, melhorias nas estradas e nos meios de comunicação na área rural (sinal telefone celular e internet) e na melhoria da

capacidade de fornecimento/geração de energia da comunidade rural (aumentado as fases como, por exemplo, passando do sistema bifásico para o trifásico).

No quesito acesso ao crédito, a pesquisa apontou o interesse das entidades em repassar essa informação aos agricultores que atuam com o turismo rural, porém a pouca informação das entidades e das próprias financiadoras de crédito dificulta o acesso a este financiamento.

Sugere-se que a entidade faça um trabalho em conjunto com as empresas fornecedoras de crédito do município, buscando todas as informações possíveis para facilitar o acesso deste recurso para os agricultores. Para tanto, seria necessário: verificar em qual grupo se enquadra e qual o tipo de financiamento que a família pode fazer, considerando quais são os objetivos para acessar o crédito, a renda e a sua capacidade de pagamento; como apresentar ao agente financeiro a proposta e o projeto de financiamento; quais os documentos necessários para fazer a solicitação; quais serão as normas para acessar o crédito e como será feita a fiscalização dos recursos investidos na propriedade rural.

Tal ação poderá ser democratizada para os beneficiários se a entidade de ATER e a empresa financiadora de crédito promoverem um encontro com as famílias que atuam com a atividade de turismo rural, apresentando as vantagens de acessar o crédito e a importância de ter um capital de giro para fazer os investimentos necessários.

No que diz respeito ao trabalho de planejamento nas propriedades rurais, a pesquisa constatou que nenhuma das 19 famílias entrevistadas recebeu uma assistência técnica específica para o desenvolvimento de atividades de condução de turistas pela propriedade. A partir daí, pode-se dizer que não se discutiram as ações de turismo nas propriedades rurais com os moradores.

Orienta-se que a entidade crie uma metodologia de planejamento e acompanhamento das ações de campo, formulando um plano de ação individual que detalhe todas as ações necessárias de melhorias e ou intervenções. O plano poderá orientar as famílias para planejarem as atividades e as formas de condução pela propriedade, os prazos para implementação das ações, os responsáveis pelas atividades a serem desenvolvidas e os recursos necessários para desenvolver tais ações.

Além disso, com um plano de ação individual, a assistência técnica responsável terá o histórico de todas as ações desenvolvidas pela família, o que

facilitará no auxílio de novas atividades, fortalecendo a criação de novos mercados, as formas de comercialização e promoção do empreendimento turístico, a legislação do empreendimento, a busca do acesso ao crédito rural e demais ações que vierem a ser desenvolvidas.

Sobre a política de formação de preços, a pesquisa constatou que nenhuma das famílias pesquisadas dos municípios de Nova Esperança do Sul, Rolante e Praia Grande recebeu assistência sobre este tema. O que se pode constatar é que os extensionistas das entidades pesquisadas não tinham o conhecimento técnico sobre essa ação. Sugere-se que seja criada uma ficha dos gastos realizados pelos empreendedores de turismo rural. Esta ferramenta poderá auxiliar o produtor rural a analisar quais os lucros que os mesmos terão com a atividade, quanto ganham no recebimento de um grupo ou qual o valor gasto por cliente quando se oferece uma alimentação ou hospedagem.

No que se refere às formas de promoção dos empreendimentos turísticos no meio rural, a pesquisa constatou que quase inexistente este tipo de assistência para as famílias rurais nos municípios pesquisados. Orienta-se que sejam apresentadas às famílias algumas ferramentas de comunicação, tais como: folder, flyer, cartão de visitas, banners, cartão postal, placas de sinalização turística até o empreendimento, respeitando o perfil das famílias e de seus recursos financeiros.

No caso da divulgação, sugere-se apresentar algumas ferramentas que façam os agricultores analisarem a forma de como atingir o seu público desejado, tais como: divulgar o empreendimento nas pousadas e hotéis do município, nos centros de informações turísticas do município ou região, na mídia impressa (jornal e revistas), na rádio, TV, internet (pagina da prefeitura ou site/blog próprio), nas agências de viagens, nas escolas e universidades, em eventos regionais e do setor turístico.

Enfim, essas sugestões visam prover mecanismos para auxiliar as entidades de assistência técnica no desenvolvimento do turismo rural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

ALVES, J. R. **Histórico do Município de Rolante**. 2011. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>> Acesso em: 15 jan. 2011.

BRIGHTWELL, M. G. S. Transformações na provisão alimentar no espaço rural: um estudo de caso sobre famílias agricultoras em Praia Grande, Santa Catarina. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** , Barcelona, v.12, n.270, p.75 - 89 , 2008.

BONETI, L.W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Unijuí, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 16 nov. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. 2003. Disponível em:<<http://www.portal.mda.gov.br/o/875076>>. Acesso em: 18 nov.2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil (2003 – 2007)**. 2003. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

_____. **Turismo rural**: orientações básicas. 2.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CRUZ, R.C.A. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

DEPONTI, G. **Processo de desenvolvimento do turismo em Nova Esperança do Sul / RS e microrregião**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2007.

ELESBÃO, I. **Turismo rural em São Marinho (SC)**: uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal. Santa Maria: Grupo de Turismo e Desenvolvimento, 2005.

EMATER, Rio Grande do Sul / ASCAR. **Turismo Rural**. Porto Alegre: 2004. (Série Realidade Rural, 38).

GASTAL, S; MOESCH, M. M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007

GEORGE, E.W.H.; REID, D.G. **Rural tourism development: localism and cultural change**. UK: Channel View Publications, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOELDNER, C.R; RITCHIE, J.R.B; MCINTOSH, R.W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologia qualitativa na sociologia**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HALL; C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2004.

HENZ, A.P. **Políticas de turismo no Brasil: a interferência da política nacional de turismo entre 2003 e 2007 no direcionamento das políticas estaduais**. 2009 Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) –Programa de Pós-graduação de Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico do município de Praia Grande**. 2011. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>> Acesso em: 16 Jan. 2011.

LEMOS, L.A. de. O turismo e as informações de mercado. In: CASTROGIOVANI, A.C; GASTAL, S. **Turismo urbano: cidades, sites de excitação turística**. Porto Alegre: Edição dos Autores, 1999. p.45-65.

LONG, P.T.; NUCKOLLS, J. S. **Organizing Resources for Tourism Development in Rural Areas**. South Dakota, 1993. Disponível em: <<http://www.ecu.edu/csacad/sustainabletourism>.> Acesso em: 20 jul. 2010.

LONG, P.T; NUCKOLLS, J. S. Organizing Resources for Rural Tourism Development: The Importance of Leadership, Planning and Technical Assistance:

Tourism Recreation Research, South Dakota, v. 19, n. 2, p. 19-34, 1994.

LOUSA DA FONSECA, M. T. **A Extensão Rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

MAIA, L. F. S. Políticas públicas e identidade cultural: um binômio significativo na construção de uma intervenção no turismo local. In: BARBOSA, A.; et al (Org.) **Turismo**: cultura, lazer e possibilidades de intervenção. Natal: Banco do Nordeste, 2004.

OAKLEY P., GARFORTH C. **Guia de formação para a extensão rural**. Roma: FAO, 1992.

O'BRIEN, D. J., HASSINER E. W. Community Attachment among Leaders in Five Rural Communities. **Rural Sociology**, Missouri, v. 57, p. 34-52, dez./mar. 1992.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

OLIVEIRA, F.M. As políticas de turismo rural no Brasil nos anos noventa. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v.19, n.2, ago. 2008.

PAGE S. J., GETZ D. **The Business of Rural Tourism**: International Perspectives. Boston: International Thomson Business Press, 1997.

PEDRON, F. A. **Planejamento do turismo rural**: estudo do roteiro Nostra Colônia, Jaguari, RS. Santa Maria: FACOS, 2007. (Dissertações em Turismo Rural; n. 15).

PEDRON, F. A.; KLEIN, A.L. Políticas públicas para a atividade de turismo rural: estudo da utilização dos recursos do PRONAF. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, ano 11, p. 91-103, jan/ dez 2004.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm> Acesso em: 25 set. 2010.

PERUFO J. P. **Histórico do município de Nova Esperança do Sul**, RS. 2010. <Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 10 out. 2010.

RAMEH, L. M.; SANTOS, M. S. T. Extensão rural e turismo na agricultura familiar: encontros e desencontros no campo pernambucano. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.49-66, abr. 2011.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, A.S.; PIRES, P S. Políticas públicas de turismo rural: uma alternativa necessária. In: SANTOS, E. O. ; SOUZA, M. **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010.

SANTOS, E. O. **Agroturismo e turismo rural**: alternativa econômica para a metade sul do Estado do Rio Grande do Sul. Santa Maria: Facos, 2005.

SILVA, C.L; LIMA, E.S. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p.20-45, jul/dez.2006.

SPRICIGO, G. **O Rural no Vale dos Sinos (RS)**: aspectos contemporâneos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ano. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE Federal de Santa Maria. Grupo turismo e desenvolvimento. **Carta de Santa Maria**. 1998. Disponível em:
<<http://w3.ufsm.br/turismorural/index?acao=carta>> Acesso em: 15 nov. 2010.

WILSON S. et al. Factors for Success in Rural Tourism Development. **Journal of Travel Research**, v. 40, p.132-138, nov. 2001.

APÊNDICE A - ENTREVISTA COM O AGENTE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E/OU EXTENSIONISTA

Pesquisador		Data	
--------------------	--	-------------	--

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

01	Nome do Entrevistado:		
02	Entidade de Assistência Técnica:		
03	Profissão:		
04	Endereço:		
05	Bairro/ distrito/comunidade/linha/povoado:		
06	Município:	UF:	CEP:
07	Fone: ()	08	Fax: ()
		09	Celular: ()
10	E-mail:		
11	Quanto tempo trabalha na entidade de Assistência Técnica?		
12	Cargo que ocupa:		

METODOLOGIAS E ESTRATÉGIAS DE EXTENSÃO

13	<p>COMO SE INICIOU O PROCESSO DE SENSIBILIZAÇÃO DAS FAMILIAS RURAIS PARA A PRATICA DA ATIVIDADE TURÍSTICA?</p>
14	<p>QUAIS FORAM AS ESTRATÉGIAS USADAS PARA SENSIBILIZAR AS FAMILIAS RURAIS PARA O TURISMO?</p>

15	<p>ESTE TRABALHO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA TEM/TINHA ALGUM CRONOGRAMA A SER SEGUIDO?</p> <ol style="list-style-type: none">1. Sim.2. Não <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, COMO ERA ESSE CRONOGRAMA, E QUANTO TEMPO TERIA PARA FINALIZÁ-LO?</p>
16	<p>A ENTIDADE RECEBEU ALGUM RECURSO FINANCEIRO EXTERNO? Ex: Patrocínio, recursos de política pública ou pagamento de produtores rurais.</p> <ol style="list-style-type: none">3. Sim.4. Não <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, COMO FOI CAPTADO ESTE RECURSO?</p>
17	<p>QUAIS FORAM AS METODOLOGIAS UTILIZADAS PARA IMPLEMENTAR AS AÇÕES DE TURISMO RURAL NO MUNICÍPIO ?</p>

TREINAMENTO E/OU FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS

18	<p>FOI DESENVOLVIDO ALGUM TRABALHO COM OS BENEFICIÁRIOS A FIM QUE SE FORMASSEM LIDERANÇAS LOCAIS OU SE IDENTIFICASSEM AS LIDERANÇAS JÁ EXISTENTES?</p> <p>5. Sim.</p> <p>6. Não</p> <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, COMO FOI ESSE TRABALHO E QUAIS AS PESSOAS QUE ASSUMIRAM ESSE PAPEL?</p>
----	---

19	<p>A METODOLOGIA UTILIZADA FEZ COM QUE A COMUNIDADE SE APROPRIASSE DA PROPOSTA, FORMANDO ALGUM GRUPO DE TRABALHO OU DE DISCUSSÃO SOBRE O TURISMO OU ATÉ MESMO ALGUMA ASSOCIAÇÃO?</p> <p>7. Sim.</p> <p>8. Não</p> <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, COMO ANDA O TRABALHO DESTE GRUPO NOS DIAS DE HOJE?</p> <p>SE A RESPOSTA FOR NÃO, PORQUE ACHA QUE O GRUPO NÃO AVANÇOU NESTE PROCESSO?</p>
----	--

PESQUISA DE MERCADO PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

20	<p>FORAM FEITAS PESQUISAS COM OS TURISTAS PARA VER O QUE ELES BUSCAM CONHECER NO MUNICÍPIO?</p> <p>9. Sim.</p> <p>10. Não</p> <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, COMO FOI DESENVOLVIDA ESTA PESQUISA E EM QUAIS LOCAIS?</p>
----	--

21	<p>FORAM FEITAS PESQUISAS COM OPERADORAS OU AGENCIAS DE TURISMO, APRESENTANDO OS ATRATIVOS EXISTENTES?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sim. 2. Não <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, COMO FOI DESENVOLVIDA ESTA PESQUISA E PARA QUANTAS AGENCIAS/ OPERADORAS?</p>
----	---

PLANEJAMENTO PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

22	<p>FORAM FEITAS CURSOS DE CAPACITAÇÃO COM AS FAMÍLIAS ENVOLVIDAS?</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Sim. 4. Não <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, QUAIS CURSOS FORMA DISPONIBILIZADOS E O NUMERO DE HORAS DE CADA UM?</p>
----	---

23	<p>FORAM REALIZADAS VISITAS TÉCNICAS COM AS FAMÍLIAS BENEFICIADAS A OUTROS ROTEIROS/ EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS?</p> <ol style="list-style-type: none"> 5. Sim. 6. Não <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, QUAIS FORAM AS PROPRIEDADES E/OU ROTEIROS VISITADOS?</p>
----	---

24	<p>A ENTIDADE TRABALHOU INDIVIDUALMENTE COM CADA FAMÍLIA, CONSTRUINDO UM PLANO DE ATIVIDADES PARA CONDUÇÃO DO VISITANTE, ADEQUAÇÕES E/OU MELHORIAS DAS ATIVIDADES PROPOSTAS?</p> <p>7. Sim.</p> <p>8. Não</p> <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, COMO FOI DESENVOLVIDO ESTE PLANO?</p>
----	---

25	<p>AS FAMÍLIAS BENEFICIADAS RECEBERAM ALGUMA ASSISTÊNCIA PARA DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PREÇO DO PRODUTO TURÍSTICO QUE ESTA SENDO OFERTADO?</p> <p>9. Sim.</p> <p>10. Não</p> <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, COMO FOI DESENVOLVIDO ESTE TRABALHO?</p>
----	--

26	<p>ATUALMENTE, EXISTE ALGUMA AÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA SENDO DESENVOLVIDAS PARA AS FAMÍLIAS BENEFICIADAS?</p> <p>11. Sim.</p> <p>12. Não</p> <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, QUAIS AÇÕES?</p>
----	---

ACESSO AO CRÉDITO

27	<p>FORAM REPASSADAS PARA AS FAMÍLIAS AS INFORMAÇÕES SOBRE AS LINHAS DE CRÉDITO EXISTENTES EM TURISMO RURAL?</p> <p>13. Sim.</p> <p>14. Não</p> <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, QUE TIPO DE AÇÃO FOI DESENVOLVIDA E QUAIS LINHAS FORAM APONTADAS?</p>
----	--

28	<p>FOI REALIZADA ALGUMA AÇÃO ESPECIFICA ENTRE AS FAMILIAS BENEFICIADAS E AS EMPRESAS FINANCIADORAS DE CRÉDITO DO MUNICIPIO?</p> <p>15. Sim.</p> <p>16. Não</p> <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, QUE AÇÃO FOI DESENVOLVIDA?</p>
----	---

PARCERIAS

29	<p>FORAM FEITAS PARCERIAS COM OUTRAS ENTIDADES, PREFEITURA OU ASSOCIAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE TURISMO RURAL ?</p> <p>17. Sim.</p> <p>18. Não</p> <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, QUAIS OUTROS PARCEIROS ENVOLVIDOS? QUAL FOI (FORAM) SUAS FUNÇÕES?</p>
----	---

PROMOÇÃO E MARKETING

30	<p>DENTRO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, ESTÃO PREVISTAS AÇÕES DE PROMOÇÃO/ DIVULGAÇÃO DOS ROTEIROS OU PROPRIEDADES RURAIS DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS?</p> <p>19. Sim.</p> <p>20. Não</p> <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, QUAI OU QUAIS AÇÕES DE PROMOÇÃO/ DIVULGAÇÃO?</p>
31	<p>A ENTIDADE ESTIMULOU OU PARTICIPOU DE ALGUM EVENTO DIVULGANDO OS EMPREENDIMENTOS OU ROTEIROS TURISTICOS?</p> <p>21. Sim.</p> <p>22. Não</p> <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, QUAL OU QUAIS OS EVENTOS QUE PARTICIPARAM?</p>
32	<p>A ENTIDADE ESTIMULOU OU PROMOVEU ALGUMA INAUGURAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS/ ROTEIRO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO?</p> <p>23. Sim.</p> <p>24. Não</p> <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, O QUE FOI DESENVOLVIDO?</p>
33	<p>EXISTE ALGUM TIPO DE DIVULGAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS/ ROTEIRO DE TURISMO RURAL?</p> <p>1. Sim.</p> <p>2. Não</p> <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, COMO ESTA SENDO FEITA ESTA DIVULGAÇÃO?</p>

34	<p>A ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA TRABALHOU EM PARCERIA COM A IMPRENSA LOCAL PARA DIVULGAR AS AÇÕES E/OU O PROJETO DE TURISMO QUE ESTAVA SENDO DESENVOLVIDO?</p> <p>3. Sim. 4. Não</p> <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, O QUE FOI FEITO E EM QUE MEIOS DE COMUNICAÇÃO FOI DIVULGADO?</p>

CONSIDERAÇÕES

35	<p>NA SUA AVALIAÇÃO:</p> <p>QUE BENEFICIO O TURISMO TROUXE PARA AS FAMÍLIAS BENEFICIADAS?</p> <p>SE ESTA ATIVIDADE TROUXE ALGUM ASPECTO NEGATIVO PARA AS FAMÍLIAS BENEFICIADAS?</p> <p>QUE BENEFÍCIOS ESTE TRABALHO TROUXE PARA A IMAGEM DA ENTIDADE ATER?</p> <p>QUAIS OS MAIORES ENTRAVES ENCONTRADOS PELA ENTIDADE PARA DESENVOLVER ESTE TIPO DE ASSISTENCIA TÉCNICA?</p> <p>QUAL É A ATUAL SITUAÇÃO DO GRUPO DE AGRICULTORES FAMILIARES QUE TRABALHAM COM O TURISMO RURAL NO MUNICÍPIO?</p>
----	---

OBSERVAÇÕES

--

QUAIS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA FAMÍLIA:

() AGRICULTURA

() PECUÁRIA

() TURISMO

() PRODUÇÃO ASSOCIADA. ESPECIFICAR: _____

() OUTROS. QUAIS: _____

6 DESTAS ATIVIDADES APONTADAS, QUAL É A **PRINCIPAL**?

QUANTO TEMPO A FAMÍLIA VIVE NA PROPRIEDADE?

17 E POR QUANTO TEMPO RECEBEM OS VISITANTES?

QUANTAS PESSOAS MORAM NA PROPRIEDADE?

TODAS AS PESSOAS SÃO DA FAMÍLIA?

5. Sim.

6. Não

18 SE A RESPOSTA FOR NÃO, QUANTOS SÃO DA FAMÍLIA?

19	<p>QUAL É A RENDA MÉDIA DA FAMÍLIA (EM R\$/MÊS)?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Menos de 1.500,00 2. De 1.501,00 a 3.000,00 3. De 3.001,00 a 5.000,00 4. De 5.001,00 a 10.000,00 5. Mais de 10.000,00
----	---

RELAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE TURISMO

20	<p>ATUALMENTE, QUANTO DA RENDA FAMILIAR É PROVENIENTE DO TURISMO?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ATÉ 10% 2. DE 11 A 20% 3. DE 21 A 30% 4. DE 31 A 40% 5. DE 41 A 50% 6. DE 51 A 60% 7. DE 61 A 70% 8. DE 71 A 80 % 9. DE 81 A 90% 10. DE 91 A 100%
----	---

21	<p>QUAL É A ORIGEM PRINCIPAL DOS SEUS CLIENTES?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Próprio município 2. Municípios vizinhos / região (distantes até 150 km) 3. Capital do estado 4. Municípios de outras regiões 5. Outros estados
----	--

22	<p>QUAL O PERFIL DO VISITANTE QUE VISITA A FAMÍLIA?</p> <ol style="list-style-type: none"> 6. Turistas individuais 7. Grupos de estudantes 8. Grupos via agências de viagens 9. Grupos de terceira Idade 10. Famílias 11. Moradores locais 12. Grupos por agendamento 13. Outros: Quais? <p>DESTES PUBLICOS, QUAL É O PRINCIPAL VISITANTE?</p>
----	---

23	<p>QUAL O NÚMERO MÉDIO DE CLIENTES RECEBIDOS POR ANO:</p> <p>HIERARQUIZE OS TRÊS MESES DE MAIOR FLUXO DE VISITANTES:</p> <p>1. Mês: _____ </p> <p>2. Mês: _____ </p> <p>3. Mês: _____ </p>
24	<p>QUAIS AS PRINCIPAIS MOTIVAÇÕES QUE FIZERAM A FAMÍLIA A SE INTERESSAR E INGRESSAR NA ATIVIDADE DE TURISMO RURAL?</p>
25	<p>QUAIS SÃO OS ATRATIVOS OFERTADOS PARA OS VISITANTES?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentações campeiras / manifestações culturais 2. Atividades eqüestres / passeios em animais 3. Contemplação da natureza (fauna/ flora local) 4. Observação de plantações / atividades agropecuárias / criação de animais 5. Observação da produção agroindustrial / artesanal 6. Participação na lida / nas atividades agropecuárias ou artesanais 7. Passeio em bicicleta 8. Passeio em charrete/carroça/carro de boi/trator 9. Pescaria 10. Passeio em embarcação (barco/lancha/canoa/pedalinho/caiaque) 11. Atividades recreativas 12. Atividades pedagógicas 13. Caminhadas 14. Trilha auto guiada 15. Trilha com guia / condutor 16. Visita a propriedades vizinhas 17. Outras: _____
26	<p>A FAMÍLIA FAZ PARTE DE ALGUM GRUPO DE TRABALHO, GRUPO DE DISCUSSÃO OU ASSOCIAÇÃO QUE FAÇA AÇÕES PARA O TURISMO?</p> <ol style="list-style-type: none"> 11. Sim. 12. Não

SE A RESPOSTA FOR NÃO. QUAIS SÃO OS MOTIVOS? (NÃO EXISTE GRUPO, EXISTE MAS NÃO TEM INTERESSE)

ASSISTENCIA TÉCNICA

ALGUM MEMBRO DA FAMILIA PARTICIPOU DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO NA AREA DE TURISMO?

13. Sim.

14. Não

SE A RESPOSTA FOR SIM, QUANTAS PESSOAS DA FAMÍLIA FIZERAM?

27 QUAIS CURSOS FORAM FEITOS?

VOCÊ TEM INFORMAÇÃO DE QUAL ENTIDADE MINISTROU O CURSO?

A FAMÍLIA RECEBEU ALGUMA ASSISTÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES E/OU CONDUÇÃO DE TURISTAS DENTRO DA PROPRIEDADE?

1. Sim.

2. Não

28 SE A RESPOSTA FOR SIM, COMO FOI DESENVOLVIDO ESTE TRABALHO?

	<p>A FAMÍLIA RECEBEU ALGUMA ASSISTÊNCIA PARA DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PREÇO DO PRODUTO TURÍSTICO QUE ESTA SENDO OFERTADO?</p> <ol style="list-style-type: none">3. Sim.4. Não <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, COMO FOI O TRABALHO?</p>
30	<p>FOI DADA ALGUMA INFORMAÇÃO OU AUXILIO SOBRE AS LINHAS DE CRÉDITO EM TURISMO RURAL?</p> <ol style="list-style-type: none">5. Sim.6. Não <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, QUAIS LINHAS FORAM APONTADAS E O QUE FOI REPASSADO?</p>
31	<p>A FAMÍLIA RECEBEU ALGUMA ASSISTÊNCIA SOBRE FORMAS DE DIVULGAÇÃO DA SUA PROPRIEDADE RURAL PARA O MERCADO TURÍSTICO?</p> <ol style="list-style-type: none">1. Sim.2. Não <p>SE A RESPOSTA FOR SIM, O QUE FOI DESENVOLVIDO E COMO ESTA SENDO FEITA A DIVULGAÇÃO DA PROPRIEDADE?</p>
32	<p>FOI FEITO ALGUM INVESTIMENTO FINANCEIRO PENSANDO NO RECEBIMENTO DE TURISTAS?</p>

- 3. Sim.
- 4. Não

SE A RESPOSTA FOR SIM. QUAIS INVESTIMENTOS FORAM FEITOS?

CONSIDERAÇÕES

NA SUA AVALIAÇÃO:

QUE BENEFÍCIOS SOCIAIS E ECONÔMICOS O TURISMO TROUXE PARA A FAMÍLIA?

ESTA ATIVIDADE TROUXE ALGUM ASPECTO NEGATIVO PARA A FAMÍLIA?

- 34 QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA TRABALHAR COM O TURISMO RURAL?

A ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA FOI IMPORTANTE PARA A FAMÍLIA NESTE PROCESSO DE INSERÇÃO NA ATIVIDADE DE TURISMO RURAL ?

- 5. Sim.
- 6. Não

POR QUÊ?

--	--

OBSERVAÇÕES

--	--

APENDICE C – Quadros de resumo das informações

NOVA ESPERANÇA DO SUL	BENEFÍCIOS:	
	ROLANTE	PRAIA GRANDE
<ul style="list-style-type: none"> • Conheceram novas pessoas; • fizeram novas amizades; • diminuíram seu tempo de ócio; • a vida social está mais enriquecida pela convivência com as pessoas; • tiveram aumentado das finanças. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentou a renda dos envolvidos; • Os filhos puderam optar em trabalhar na propriedade; • a comunidade mudou a forma de conviver, de receber pessoas, de atender ao público e de fazer novas amizades; • De ver seus produtos serem vendidos; • ajudou a quebrar resistências na comunidade. Relação pais x filhos; • valorizaram o seu modo de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer pessoas do mundo inteiro • A troca de idéias com os clientes; • na possível quebra de muitos mitos em relação ao turista; • na valorização dos agricultores e do seu modo de vida; • na agregação de renda e na melhoria da qualidade de vida.

ENTRAVES:

NOVA ESPERANÇA DO SUL	ROLANTE	PRAIA GRANDE
<ul style="list-style-type: none"> A grande parte do grupo entrevistado NÃO tem nenhum tipo de reclamação sobre a atividade; 	<ul style="list-style-type: none"> Os entrevistados NÃO conseguiram responder os malefícios da atividade. <p>Apontou-se algumas questões como:</p> <ul style="list-style-type: none"> à falta de privacidade; à diminuição do sossego; os riscos com a segurança porque trabalham com a porteira aberta. 	<ul style="list-style-type: none"> NENHUMA família pesquisada apontou quaisquer tipos de problemas.

MAIORES DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA TRABALHAR COM O TURISMO RURAL

NOVA ESPERANÇA DO SUL	ROLANTE	PRAIA GRANDE
<ul style="list-style-type: none"> • falta de apoio dos organismos governamentais, que não ajudaram de fato no desenvolvimento do turismo; • falta de orientação sobre como receber o turista; • problemas com clientes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Insegurança no atendimento ao público; • falta de mão-de-obra; • insegurança no saber falar; • dificuldade de receber grupos de turistas e cobrar pela prestação de serviço e pela degustação; • adequação de espaço para degustação. 	<ul style="list-style-type: none"> • dificuldades de trazer turistas; • dificuldades financeiras para fazer as melhorias nas propriedades; • insegurança no atendimento ao turista; • falta de divulgação dos empreendimentos; • quase ausência de comunicação com guias, pousadas e agências receptoras; • a forma de como a política pública conduz o turismo no município; • problemas de gestão dos empreendimentos;

PLANEJAMENTO PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO TURISMO RURAL

	EMATER NOVA ESPERANÇA DO SUL	EMATER ROLANTE	ACEVAM PRAIA GRANDE
SENSIBILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS	Articulou lideranças locais e algumas famílias rurais para receber o repasse do PNMT na região.	Apontou o turismo nas reuniões de debate do Programa Desenvolvimento Rural Sustentável.	Fez reuniões nas comunidades, convocando todas as famílias para apresentar a atividade de turismo.
MÉTODOS E ESTRATÉGIAS UTILIZADAS	Convidou pessoas de diferentes setores da sociedade e famílias rurais para participar das oficinas de planejamento.	Realizou duas visitas técnicas com as famílias rurais, e as convidou para participar de um curso de turismo rural promovido pela entidade no município.	Convidou aos agricultores interessados para fazer uma visita técnica.

	EMATER NOVA ESPERANÇA DO SUL	EMATER ROLANTE	ACEVAM PRAIA GRANDE
CRONOGRAMAS	Fez um cronograma amplo porém não desenvolveu um plano de execução das ações ou atividades com as famílias beneficiadas.	Estruturou seu cronograma dentro dos prazos propostos pelo planejamento de projetos de desenvolvimento rural sustentável.	Como tinha um projeto financiado através de políticas públicas, a entidade teve que criar um cronograma e executá-lo dentro do prazo.
FINANCIAMENTOS EXTERNOS	Recursos próprios	Recursos próprios	Foi beneficiada por dois projetos, através de editais públicos.
TÉCNICAS UTILIZADAS PARA IMPLEMENTAR AS AÇÕES	Enfatizou a realização das Oficinas do PNMT, que discutia as ações de turismo.	Aplicou o Diagnóstico Rural Participativo – DRP, e através de suas análises, planejou as ações.	Focou na realização de cursos, reuniões e viagens de intercâmbio. Realizou 5 cursos e uma visita técnica na região do Alto Uruguai dos Estados do Rio Grande do Sul e Oeste Catarinense.

FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS PARA A ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL

EMATER NOVA ESPERANÇA DO SUL	EMATER ROLANTE	ACEVAM PRAIA GRANDE
<p>Através dos encontros para o planejamento do PNMT, foram discutidas e designadas atividades aos gestores locais e aos produtores rurais para que assumissem papéis de lideranças no desenvolvimento de ações em suas comunidades.</p>	<p>Identificou as lideranças através de reuniões. Valorizou as ações com os jovens para que alguns assumissem certas responsabilidades.</p>	<p>Não identificou nem trabalhou na formação de líderes dentro do prazo do projeto.</p>

PESQUISA DE MERCADO PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

EMATER NOVA ESPERANÇA DO SUL	EMATER ROLANTE	ACEVAM PRAIA GRANDE
Não apoiaram.	Não apoiaram.	Não apoiaram.

ACESSO AO CRÉDITO NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

EMATER NOVA ESPERANÇA DO SUL	EMATER ROLANTE	ACEVAM PRAIA GRANDE
Apresentou as linhas de crédito aos beneficiários em reuniões individuais ou nos encontros nas comunidades.	Fez encontros individuais e abordou o assunto em palestra.	Não fez nenhum tipo de assistência.

PARCERIAS NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EXTENSÃO RURAL

EMATER NOVA ESPERANÇA DO SUL	EMATER ROLANTE	ACEVAM PRAIA GRANDE
Prefeitura municipal. (institucional)	Sindicato de Trabalhadores Rurais; (institucional) Prefeitura municipal (apoio na infraestrutura)	Prefeitura Municipal (institucional); EPAGRI (institucional); SEBRAE (divulgação do projeto); APCE (divulgação do projeto).

PROMOÇÃO E MARKETING NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O TURISMO

<p align="center">EMATER NOVA ESPERANÇA DO SUL</p>	<p align="center">EMATER ROLANTE</p>	<p align="center">ACEVAM PRAIA GRANDE</p>
<p>Trouxe uma maior divulgação do município nos meios de comunicação, com inserções na TV e rádio comunitária;</p> <p>Criaram de cartões postais como forma de divulgação dos atrativos do município;</p> <p>Participaram de eventos regionais, na EXPOINTER e em evento em Tramandaí.</p>	<p>Participaram de eventos de expressão regional e em eventos como a EXPOINTER;</p> <p>Participaram de evento de turismo na FACCAT, na Rolantefest e Festa das Cucas;</p> <p>Participaram do programa de televisão RS Rural, em jornais regionais e na rádio comunitária;</p> <p>Inseriram fotos das cantinas junto aos produtos agroindustriais do “Sabor Paranhana” nas gôndolas de supermercados.</p>	<p>Criaram folheteria;</p> <p>Participaram do Salão de Turismo - SP, no Salão Catarinense de Turismo em Florianópolis e na Feira da Agricultura Familiar em Joinville/SC;</p> <p>Levaram informação para os empreendedores de meios de hospedagem do município, para indicar os empreendimentos;</p> <p>Colocaram placas de identificação das propriedades.</p>

ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TURISMO RURAL QUE VEM SENDO DESENVOLVIDAS

	EMATER NOVA ESPERANÇA DO SUL	EMATER ROLANTE	ACEVAM PRAIA GRANDE
ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TURISMO RURAL QUE VEM SENDO DESENVOLVIDAS	Não deu continuidade à atividade de assistência técnica, alegando a falta de demanda.	Continua apoiando e buscando parcerias para novas capacitações. Esta auxiliando na legalização do suco de uva de algumas cantinas e; Desenvolve assistência individual para a melhoria dos espaços das propriedades a fim de auxiliar na ambientação.	Continua apoiando e auxiliou na contratação de um técnico para construir um plano de ação junto às famílias.

APÊNDICE D – FOTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL – RS

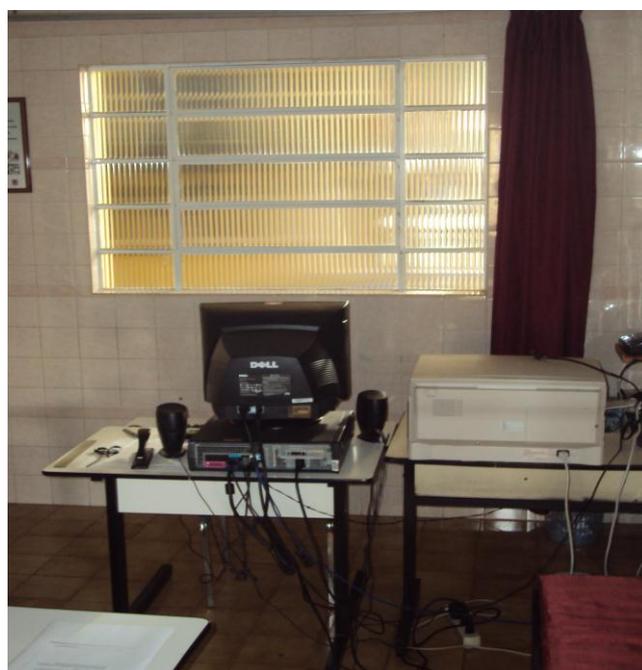
Gruta Subterrânea Nossa Senhora de Fátima
Fonte: pesquisa de campo, 2010.



Empreendimento Casa da Família Ferrari
Fonte: pesquisa de campo, 2010.



Escritório da EMATER de Nova Esperança do Sul
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



Escritório da EMATER de Nova Esperança do Sul
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

APÊNDICE E – Fotos do município de Rolante – RS



Cantinas de Rolante
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



Vinhos do Caminho das Pipas
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



Placa de sinalização turística interna das cantinas
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



Escritório da EMATER Rolante
Fonte: Pesquisa de campo, 2010

APENDICE F – FOTOS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE - SC

Empreendimento Casa Nossa Restaurante Rural
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



Empreendimento Casa Nossa Restaurante Rural
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



Empreendimento Hospedaria Rural
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.



Escritório da ACEVAM Praia Grande
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.